



Débora Marques

**Engajamento narrativo e mitigação da culpa em
interrogatórios policiais de uma Delegacia da Mulher**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras/Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Liliana Cabral Bastos

Rio de Janeiro
Março de 2015



Débora Marques

**Engajamento narrativo e mitigação da
culpa em interrogatórios policiais de
uma Delegacia da Mulher**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Liliana Cabral Bastos

Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Lucia Gonçalves de Freitas

UEG

Profa. Liana de Andrade Biar

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Ana Cristina Ostermann

UNISINOS

Profa. Amitza Torres Vieira

UFJF

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

Débora Marques

É graduada em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É graduada em Língua Espanhola e suas respectivas Literaturas pela UFJF. É mestre em Linguística pela UFJF. Estuda a interface entre Linguística e o Direito, em específico, as relações entre narrativas, identidades e interrogatórios policiais de Delegacia civil especializada em violência doméstica. É associada à ALIDI - Associação de Linguagem e Direito.

Ficha Catalográfica

Marques, Débora

Engajamento narrativo e mitigação da culpa em interrogatórios policiais de uma Delegacia da Muller / Débora Marques; orientadora: Liliana Cabral Bastos. – 2015.

189 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2015.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Análise de Narrativa. 3. Identidade. 4. Mitigação da culpa. 5. Interrogatórios Policiais. I. Bastos, Liliana Cabral. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

À minha amada Saritinha, pelo incentivo de sempre.

Agradecimentos

São muitas as pessoas que fizeram parte do percurso acadêmico que me trouxe até aqui, agradeço a todos os professores, amigos, colegas de turma e funcionários das instituições em que estudei.

De modo mais pontual, gostaria de agradecer, imensamente, à amiga Livia, por ter me ajudado tanto: sem sua contribuição eu, seguramente, não teria conseguido! Mesmo que a distância, minha gratidão é para sempre, viu?

Gostaria de agradecer ao Mateus, meu companheiro de sempre! Você foi fundamental para que eu acreditasse no meu potencial e não desistisse nunca (de quase tudo, aliás).

Meu muito obrigada à Liliana, por ter me ajudado de modo tão preciso e cordial. Serei sempre grata pela sua leitura atenta, pelos comentários que me fizeram aprimorar minha forma de comunicação escrita. Obrigada pela parceria em eventos, artigos, capítulos de livro. Obrigada por ter me possibilitado analisar as histórias que eu tanto via nos meus dados!

À amiga Amitza, meu obrigada: foi ótimo aprender, rir e viajar para eventos com você! Obrigada pela companhia acadêmica e pelas boas risadas de sempre!

Obrigada à Carmo, sempre tão gentil e competente. Muito obrigada por me ajudar a acreditar em mim mesma. Ainda venho tentando me enxergar como *elefante*...

Obrigada à Sônia! Foram tantas histórias e aprendizagens desde a UFJF... Muito obrigada pelos textos: sempre com as indicações mais pontuais e ajustadas para o que eu precisava. Meu muito obrigada!

À minha amiga Priscila, com quem compartilho os dados da Delegacia e experiências – boas e tristes – da vida. Obrigada por sua amizade e por seu carinho de sempre!

Às colegas e aos colegas do grupo de pesquisa NAVIS (antigo GNIT): obrigada por compartilharem saberes comigo. Em especial, agradeço à Cláudia: obrigada pelos comentários e sugestões sobre a tese! À Elizabeth, que tão gentilmente revisou meu abstract!

Às professoras da PUC-Rio com as quais convivi: obrigada pelo carinho e pelas aprendizagens! Fui muito bem acolhida por vocês!

À Chiquinha: como ser aluna na PUC sem você? Muito obrigada pela paciência e pela presteza de sempre!

À PUC-Rio, que me proporcionou estudar sem ônus financeiro algum: meu muito obrigada. Ao CNPq, agradeço pela ajuda para desenvolver esta pesquisa, para participar de eventos – nacionais e internacionais – que tanto agregaram valor acadêmico e pessoalmente.

Resumo

Marques, Débora; Bastos, Liliana Cabral (Orientadora). **Engajamento narrativo e mitigação da culpa em interrogatórios policiais de uma Delegacia da Mulher**. Rio de Janeiro, 2015, 189p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nesta tese, analisamos a mitigação da culpa coconstruída, discursiva e interacionalmente, por inspetores de polícia, suspeitos e vítimas em interrogatórios policiais de uma Delegacia da Mulher. Para isso, ancoramo-nos na Análise de Narrativa e nos pressupostos da Linguística Aplicada contemporânea, de perspectiva construcionista da pesquisa qualitativa. Em nossas análises, olhamos, mais focalmente, para as performances narrativo-identitárias que emergem no trabalho interacional de tentativa de mitigação da culpa frente aos crimes em análise nos interrogatórios. Nesse cenário, mostramos como o engajamento narrativo assume um papel essencial e constitutivo nesse tipo de interação institucional-legal. Analiticamente, lançamos mão de elementos do modelo narrativo laboviano – destacando dele a avaliação (sobretudo o discurso reportado) e a ação complicadora. Esse modelo mostra-se como uma ferramenta produtora para entender como as histórias são coconstruídas por suspeitos e por vítimas e como elas configuram-se como um meio discursivo-interacional para tentar mitigar agência e responsabilidade a fim de buscar mitigar a culpa: suspeitos buscam distanciar-se, interacional e discursivamente, da confissão do crime em investigação na Delegacia, vitimizandose ao responsabilizarem suas esposas/vítimas pela agressão e vítimas, por sua vez, buscam distanciar-se dessa responsabilidade atribuída a elas nas histórias que seus companheiros/suspeitos contam. Nessa mesma perspectiva, nossas análises mostram como o engajamento narrativo dos participantes ocorre como *accounts* (explicação), já que suspeitos e vítimas usam, interacionalmente, as histórias que contam como uma forma para tentar justificar e prestar contas de suas ações (essas histórias são chamadas, nesta tese, de narrativas-*accounts*). Dessa forma, mostramos que é contando histórias, avaliando ações e personagens sob sua própria ótica, que narradores – suspeitos e vítimas – constroem confissões e depoimentos, que são tomados como ‘fatos’ no ambiente jurídico. Ainda, relacionamos construções identitárias, o trabalho confessional e o tipo de atividade em curso, posto que a culpa e a responsabilidade perante crimes são coconstruídas na interação negociada entre os participantes. Face ao exposto, destacamos que entender melhor como a agência e a responsabilidade são mitigadas, discursivamente, pode contribuir para a atuação dos agentes da lei, sobretudo, daqueles que participam de contextos investigativos.

Palavras-chave

Análise de Narrativa; Identidade; Mitigação da culpa; Interrogatórios Policiais.

Abstract

Marques, Débora; Bastos, Liliana Cabral (Advisor). **Narrative engagement and guilt mitigation in police interviews at a police station specialized in crimes against women.** Rio de Janeiro, 2015. 189p. Doctoral Thesis – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In this thesis, we analyze the mitigation of guilt, discursively and interactionally co-constructed by police officers, suspects and victims in police interrogations that took place in a police station specializing in crimes against women. To this end, we adopt Narrative Analysis and contemporary Applied Linguistics' constructionist perspective for qualitative research. In our analyses, we focus on the narrative, identity performances that emerge in the interactional work involved in attempting to mitigate guilt related to the crimes analyzed during interrogations. In this scenario, we show how narrative engagement plays an essential and constitutive role in this type of institutional, legal interaction. Analytically, we employ elements of Labov's narrative model – highlighting evaluations (particularly in reported speech) and complicating actions. This model shows itself to be a productive tool for understanding how stories are co-constructed by suspects and victims, and how they serve as a discursive, interactional means for attempting to mitigate agency and responsibility in order to seek to mitigate guilt. Suspects attempt to distance themselves, interactionally and discursively, from the confession of the crime being investigated in the police station, victimizing themselves by attributing responsibility for the aggressions to their wives/victims. Victims, on the other hand, seek to distance themselves from the responsibility attributed to them in the stories told by their partner/suspects. In this same perspective, our analyses show that the narrative engagement of the participants occurs as accounts (explanations), since suspects and victims use, interactionally, the stories they tell as a way of attempting to justify and account for their actions (in this thesis, these stories are called narrative accounts). Thus, we show that it is by telling stories and evaluating actions and characters in their own point of view that narrators – suspects and victims – construct confessions and testimonies, which are taken as 'facts' in the legal environment. Moreover, we connect identity constructions, confessional work and the type of activity in progress, given that guilt and responsibility for crimes are co-constructed and negotiated in participants' interactions. In view of the above, we emphasize that a better understanding of how agency and responsibility are mitigated discursively can contribute to the work of law enforcement officers, especially those who participate in investigative contexts.

Keywords

Narrative analysis; Identity, Mitigation of guilt; Police interrogations.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
2. NARRATIVA, INTERAÇÃO E CONTEXTO INSTITUCIONAL	21
2.1. Narrativas e Identidades	22
2.1.1. Análise de Narrativa: uma perspectiva interacional, social e cultural de narrativa	23
2.1.2. Modelo de narrativa laboviana e reportabilidade	26
2.1.3. Principais críticas ao modelo narrativo laboviano	29
2.1.4. Narrativas, Identidades e Avaliação	32
2.1.5. Identidades, narrativas, performance e a socioconstrução do <i>self</i> e dos ‘fatos’	38
2.2. Narrativas, Interação e Ambiente Institucional	44
2.2.1. Espaço interacional para contar histórias: contribuições dos estudos narrativos e da Análise da Conversa	45
2.2.2. Turnos de fala e piso conversacional na perspectiva da Análise da Conversa	47
2.2.3. Olhando a sequencialidade: pares adjacentes de Pergunta-Resposta e a noção de Relevância Condicional	50
2.2.4. A institucionalidade da interação, a assimetria entre os participantes e o conceito de tipo de atividade	52
2.2.5. A confissão, o trabalho narrativo nos interrogatórios policiais e a diferenciação entre eventos narrado vs narrativo	59
2.2.6. A (des)atribuição de responsabilidade, a questão da Agência e de <i>account</i> (explicação/prestação de contas)	63
3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, DELEGACIAS DA MULHER E INTERROGATÓRIOS POLICIAIS	68
3.1. A violência contra a mulher e algumas problematizações	68
3.1.1. Alguns aspectos sobre a violência contra a mulher	70
3.1.2. A violência contra a mulher no Brasil: uma sociedade patriarcal	72
3.2. O cenário de proteção à violência doméstica no Brasil e as funções policial e social das Delegacias da Mulher	76
3.2.1. A Delegacia da Mulher e a Polícia Judiciária: alguns aspectos organizacionais	78
3.2.2. A Lei Maria da Penha	79
3.3. Interrogatórios Policiais	82
3.3.1. Interrogatórios e Inquéritos policiais: significados locais e propósitos específicos	82
3.3.2. Abordagens sobre os Interrogatórios Policiais em Linguística, Antropologia, Sociologia e Direito	86

4. ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS E DOS DADOS DE ANÁLISE	94
4.1. Alguns aspectos metodológicos	94
4.1.1. Os Métodos Quantitativo e Qualitativo	95
4.1.2. Descrição do contexto de pesquisa: estrutura física	97
4.1.3. A Geração dos Dados e as Notas de Campo	97
4.1.4. A Transcrição dos dados	98
 5. ENGAJAMENTO NARRATIVO E MITIGAÇÃO DA CULPA: “o senhor pode ver que (.) bater em mulher num é o meu costume (.) que se eu ti- fosse batedor de mulher, eu já tinha batido nela há mais tempo”	 102
5.1. O engajamento narrativo nos Interrogatórios Policiais da Delegacia da Mulher	104
5.1.1. O espaço interacional da narrativa nos interrogatórios policiais e a confissão	105
5.1.2. Pares adjacentes de Pergunta-Resposta: a relação entre fala institucional e os episódios narrativos	111
5.1.3. A contribuição do modelo narrativo laboviano para entender a estrutura das histórias contadas nos interrogatórios policiais	115
5.1.4. A relação entre o Boletim de Ocorrência e os episódios narrativos	134
5.2. A relação entre construções narrativo-identitárias e tentativas de mitigação da culpa	143
5.2.1. As construções narrativo-identitárias do suspeito e sua relação com tentativas de mitigação da culpa e de (des)atribuição de responsabilidade	145
5.2.2. As construções narrativo-identitárias da vítima e sua relação com o trabalho institucional de (des)atribuição de culpa/responsabilidade	155
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 163
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 171
 APÊNDICES	 181
Apêndice I - Nota de campo – Interrogatório Policial I	182
Apêndice II – Nota de campo – Interrogatório Policial IV	184
Apêndice III - Nota de campo – Interrogatório Policial VII	186
 ANEXO	 188
ANEXO I - CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO	189

Lista de quadros

Quadro 1: Legenda dos Interrogatórios Policiais gerados na Delegacia da Mulher.	100
Quadro 2: Sequência de pós-expansão – excerto 2.	115
Quadro 3: Ação complicadora por personagem, referente à narrativa presente no excerto 3.	123
Quadro 4: Ação complicadora por personagem, presente na narrativa do excerto 4.	129
Quadro 5: Esquema comparativo entre o conteúdo do BO e a história contada no excerto 5.	138
Quadro 6: Esquema comparativo entre o conteúdo do BO e a história contada no excerto 6.	142

Histórias não caem do céu (ou emergem do recôndito do *self*): elas são construídas e recebidas em contextos – interacionais, históricos, institucionais e discursivos, para nomear alguns. Histórias são artefatos sociais que nos dizem muito sobre a sociedade e a cultura, bem como sobre uma pessoa ou grupo.

(RIESSMAN, 2008, p. 105, tradução nossa)

INTRODUÇÃO

Os interrogatórios policiais fazem parte da atividade investigativa de Delegacias Cíveis brasileiras e também das Delegacias especiais, tais como a Delegacia da Mulher, na qual são levados casos envolvendo crimes entre pessoas que têm, entre si, relações de afetividade e/ou parentesco. No cenário institucional da Delegacia da Mulher, a inspetoria – policiais cíveis responsáveis pela análise dos crimes – tem de realizar um trabalho de investigação, engajando-se numa busca por provas, materiais ou não, que consubstanciem o quadro de crime, apontando aquele/a que o cometeu.

Nesse cenário institucional e, mais especificamente, nos interrogatórios policiais, o inspetor de polícia tem como meta de trabalho conduzir um encontro – que se realiza interacional e discursivamente – com a vítima (quem reclamou o acontecimento do crime) e com o suspeito¹ (quem foi apontado pela vítima como aquele que realizou o crime). Esse encontro tem, então, como uma de suas metas, o objetivo de ouvir o que as partes têm a dizer sobre o crime em investigação na Delegacia.

O interrogatório policial é, portanto, um momento interacional. É, exatamente, nesse ponto que uma análise sócio-linguístico-aplicada mostra-se importante. Isso porque é por meio dela que se busca entender como *na e pela* linguagem os participantes coconstroem esse tipo de atividade de fala no mundo social e institucional.

Para tentar compreender como os participantes negociam sentidos e suas relações sociais nesse contexto em específico, buscamos analisar, nesta tese, como a linguagem corporifica os significados locais/interacionais. Para isso, partimos de uma análise sociointeracional do discurso, situando-nos na Linguística Aplicada contemporânea (MOITA LOPES, 2006), de perspectiva construcionista da pesquisa qualitativa. Ancoramo-nos no arcabouço teórico-metodológico da

¹ O termo ‘suspeito’ é aqui utilizado em detrimento de ‘acusado’ (ou de qualquer outro semelhante) em virtude de ser o termo adotado tanto pelo próprio inspetor de polícia (perspectivaêmica), quanto por pesquisadores que estudam interrogatórios policiais, a exemplo de França (2008), Shuy (1998), Watson (1991), entre outros.

Análise de Narrativa (BASTOS & BIAR, 2015, *no prelo*; BASTOS, 2004, 2005, 2008; RIESSMAN, 2008, 1993; MISHLER, 2002, 1999, 1986), que inclui o estudo interacional da narrativa (MISHLER, 2002, 1986; BAUMAN, 1986; LINDE, 2001, 1993; SCHFFRIN, 1996; SACKS, 1992; BASTOS, 2005; BASTOS & OLIVEIRA, 2002), o modelo de narrativa canônica (LABOV & WALETZKY, 1967; LABOV, 1972, 2013) e os estudos de performances identitárias (GOFFMAN ([1975] 2009; HALL, 2000; BAMBERG, 2002; BASTOS & OLIVEIRA, 2004; FABRÍCIO & MOITA LOPES, 2002; WORTHAM & GADSDEN, 2009; BASTOS, 2008; RIESSMAN, 2008; MOITA LOPES, 2009). Ainda, valemo-nos das ferramentas da Análise da Conversa para contribuir com a análise micro e situada dos dados (SACKS, SCHEGLOFF & JEFFERSON, [1974] 2003; HERITAGE, 1997; SACKS ([1968]; 1992; JEFFERSON, 1978; GARCEZ, 2001; GARCEZ, 2008; LODER *et al.*, 2008; LODER, 2008; HUTCHBY & WOUFFITT, 1998; PSATHAS, 1995, dentre outros).

Nos interrogatórios, muitas das respostas às perguntas do inspetor contêm histórias. É para essas histórias que esta tese busca olhar, analiticamente, mais de perto. Olhando para essas histórias, investigamos como suspeitos (e também vítimas), dentre outras ações que desempenham, podem buscar mitigar suas culpas: de um ponto, colocaremos em evidência como a mitigação da culpa é usada como um recurso de (des)atribuição da responsabilidade e agência e como isso está relacionado à confissão nas narrativas dos suspeitos. De outro ponto, estaremos interessados em mostrar como as narrativas da vítima², de igual maneira, direcionam-se à uma tentativa de mitigação da culpa, não em sua relação com um trabalho confessional³, mas sim em sua relação com uma tentativa de

² Quanto às ações de (des)atribuição da responsabilidade por parte da vítima, destacamos que analisaremos apenas um interrogatório no qual essas ações de desatribuir agência e responsabilidade foram tornadas relevantes. Contudo, essa perspectiva analítica mostra-se importante, exatamente, por ser a Delegacia o lugar no qual ela busca ser defendida: na interação com suspeito e inspetor, esse quadro é discursivamente alterado, já que o suspeito, narrativamente, tenta (des)construir a identidade institucional de *vítima*, para construí-la como aquela que desencadeou a ação criminosa.

³ Um dos objetivos do interrogatório é o de obter a confissão. Na perspectiva jurídica, confessar “É a admissão por parte do suposto autor da infração de fatos que lhe são atribuídos e que lhe são desfavoráveis. (...) Confessar é reconhecer a autoria da imputação ou dos fatos objeto da investigação preliminar por aquele que está no polo passivo da persecução penal.” (TÁVORA & ANTONNI, 2009 *apud* NAGIMA, 2012, s/p).

buscar desconstruir, narrativamente, acusações feitas pelo suspeito/marido, às quais a construíram como ‘responsável’ pela ação criminosa realizada pelo suspeito. Nesse sentido, esperamos mostrar, com nossas análises, que tanto suspeitos, quanto vítimas lançam mão de recursos de mitigação da culpa nas narrativas que contam nos interrogatórios policiais. Nesse cenário, o suspeito engaja-se em (des)atribuir de si a culpa imputada a ele pelo próprio ambiente legal, atribuindo à vítima a culpa pela agressão. E a vítima, por sua vez, de (des)atribuir de si a culpa imputada a ela pelo suspeito nas histórias que ele conta e que buscam justificar o crime por ele cometido.

Analizamos, também, a centralidade que as histórias parecem assumir nos interrogatórios policiais, apresentando uma metodologia de análise que se mostra produtora para o entendimento de como elas são construídas por suspeitos e vítimas e como elas configuram-se como um meio discursivo-interacional usado para mitigar agência/agentividade⁴ e responsabilidade. Nessa mesma perspectiva, buscamos, ainda, analisar o engajamento narrativo⁵ de suspeitos e vítimas como um recurso de *account* (ou de explicação, prestação de contas, LABOV, 2013; SCOTT & LYMAN, 1968), que converge para uma tentativa de mitigação da culpa. Isso porque, ao contarem suas histórias nos interrogatórios policiais, suspeitos e vítimas parecem querer justificar/explicar ações que têm/teriam consequências perturbadoras quando/se ditas.

Relacionamos, também, as noções de agência (AHEARN, 2001), confissão (SHUY, 1998; WATSON, 1990; NAGIMA, 2012; TÁVORA & ANTONNI, 2009) e atribuição da responsabilidade (POMERANTZ, 1978) – (renomeada, nesta tese, como (des)atribuição de responsabilidade⁶) –, haja vista que é por meio das histórias que contam que suspeitos e vítimas podem tentar minimizar suas

⁴ Para esta tese, entendemos agência e agentividade como termos sinônimos. Vale destacar, contudo, que defendemos aqui a noção de que há duas valências de agentividade: uma que relaciona a agência, ou seja, àquele que faz algo - 'agente' - em contraste com 'reagente' – alguém que realiza alguma ação em decorrência de uma outra ação anterior e uma outra na qual agentividade conteria a ideia de que 'sou responsável pelo que faço'. Nessa segunda noção de agência de que falamos, haveria dois níveis de agentividade: uma ligada à ação daquele que conta a história – ao narrador – e uma outra relacionada à agentividade construída ‘na’ narrativa, por meio das ações que são desempenhadas pelas personagens no ‘mundo da história’.

⁵ Cunhamos, nesta tese, o termo engajamento narrativo. Por meio dele, esperamos deixar em evidência que contar histórias é uma atividade para a qual os participantes de interrogatórios policiais engajam-se, discursiva e interacionalmente, já que a ação de narrar é central para trazer à tona confissões e depoimentos.

⁶ Essa adaptação da nomenclatura conceitual foi feita por nós a fim de melhor clarificar a característica de desconstrução da responsabilidade nos dados analisados nesta tese.

agências, buscando (des)atribuir de si mesmos a responsabilidade/agentividade sobre uma determinada ação. Com isso, suspeitos buscam distanciar-se, interacional e discursivamente, da confissão do crime em investigação na Delegacia da Mulher e vítimas buscam distanciar-se da responsabilidade atribuída a elas nas histórias que seus maridos/suspeitos contaram para buscar justificar as ações criminosas por eles cometidas.

O trabalho analítico ao qual nos propomos justifica-se pelo fato de que, embora haja estudos relativos a esse tipo de atividade no contexto dos estudos linguísticos e jurídicos (SHUY, 1998; ANDRADE, SILVA & OSTERMANN, 2008; BRIGGS, 1997; OSTERMANN, 2002; WATSON, 1990; FRANÇA, 2008; FERRO JR. & DANTAS, 2006; MCKENZIE, 2001), bem como estudos relativos ao cenário institucional das Delegacias da Mulher (MARCELLA OLIVEIRA, 2006; MACHADO, 2003; BRANDÃO, 1997; DEBERT, 2002; DEBERT & OLIVEIRA, 2007; PONCIONI, 2006; BARREIRA & NOBRE, 2008) e estudos relativos à violência contra a mulher, especificamente (STREY *et. al.*, 2004; HEARN, 1998; RITT, 2010; SILVA, 2010; COSTA *et.al.*, 2010; NEGRÃO, 2004; MURARO E BOFF, 2002), esses estudos não tratam, focalmente, de um ponto que nos parece central: vítimas e suspeitos, quando estão nos interrogatórios policiais, contam ‘uma’ história, ou seja, contam a ‘sua’ versão sobre o crime.

É desse aspecto que esta tese trata: da relação entre o caráter discursivo e situado da interação e das narrativas que podem ser contadas a fim de servirem como um meio de inocentar-se, de defender-se ou de acusar o outro no ambiente legal da Delegacia da Mulher. Nesse contexto, esta tese buscará analisar as relações acima elencadas, enxergando-as como recursos discursivo-narrativo-identitários que convergem para uma tentativa de mitigação da culpa. Dentre as categorias analíticas que lançaremos mão, ressaltamos as seguintes categorias narrativas: avaliação e ação complicadora, *accounts*/explicações e (des)atribuição da responsabilidade/agência em sua relação com o trabalho institucional em curso.

Como perguntas que orientam nossa pesquisa, temos: (i) como se dá o funcionamento das narrativas presentes nos interrogatórios policiais em análise? E (ii) como as narrativas orientam-se para a interação em curso, considerando, para isso, o contexto jurídico-institucional?

Diante das perguntas de pesquisa, acima expostas, elencamos os seguintes objetivos gerais, que nortearão nosso trabalho analítico:

- i. Situar os estudos da narrativa como uma ferramenta analítica para os interrogatórios policiais, buscando deixar em ênfase o quanto uma perspectiva narrativo-interacional pode contribuir com o ambiente jurídico ao fornecer subsídios instrumentais que possibilitem a agentes legais relacionar ações, como as de ‘contar’ histórias, com o trabalho de *account*/explicação, confissão e de tentativa de mitigação da culpa, observando, assim, como as narrativas funcionam em situações reais, de fala institucional.
- ii Analisar quais são os recursos discursivo-narrativo-identitários usados por suspeitos e vítimas como forma de tentar mitigar suas culpas.

Como focos analíticos específicos, buscaremos:

- i. Investigar os movimentos narrativos e os espaços sequenciais e interacionais nos quais esses movimentos ocorrem;
- ii. Descrever o desenho das narrativas, ou seja, o formato/estrutura que elas apresentam nos interrogatórios analisados;
- iii. Relacionar as metas institucionais que o inspetor de polícia tem e o trabalho interacional em curso. Para isso, olharemos para as perguntas que ele faz e para as respostas narrativas dadas na sequência pelos outros participantes – suspeitos e vítimas;
- iv. Relacionar o conteúdo apresentado no Boletim de Ocorrência (BO)⁷, as perguntas do inspetor e as respostas dos suspeitos. Nesse momento, focalizaremos o conteúdo apresentado no BO, o qual é resgatado nos momentos iniciais de cada interrogatório, quando o inspetor de polícia realiza a leitura deste;
- v. Analisar as construções narrativo-identitárias que convergem para uma tentativa de mitigação da culpa. Dentre elas, olharemos para as marcas avaliativas e para a ação complicadora;

⁷ As Delegacias Cíveis Brasileiras – e também as Delegacias da Mulher – tomam notícia de um crime quando recebem, da Polícia Militar, Boletins de Ocorrência (BO). Neles, o policial militar que atendeu à vítima apresenta o crime e a qualificação (nome, endereço, números de documentos de identificação pessoal, etc.) dos participantes envolvidos – vítima e suspeito. Para que um inquérito policial seja instaurado, a Delegacia deve receber o BO para, a partir dele, iniciar todo o processo de investigação.

- vi. Analisar as construções narrativo-identitárias que convergem para uma tentativa de mitigação da culpa, dentre elas, a relação entre as orações narrativas (ação complicadora) e a (des)atribuição da responsabilidade e da agência frente à construção discursiva do crime que se desenvolve no momento do interrogatório, relacionando essa (des)atribuição de responsabilidade e agência à (des)construção das identidades institucionais – vítima e suspeito – no cenário em que a confissão e a atribuição de quem cometeu a ação de violência importam;
- vii. Analisar as construções narrativo-identitárias que convergem para uma tentativa de mitigação da culpa, dentre elas, a relação entre narrativas e *accounts*/explicação. Para isso, olharemos para como suspeitos e vítimas contam histórias para justificar/prestar contas (de) ações que têm consequências perturbadoras e como essas narrativas-*account* relacionam-se com a meta institucional maior que o inspetor de polícia tem de ouvir confissões e depoimentos sobre o crime.

Nosso objetivo analítico, então, será o de posicionar o estudo das narrativas como um construto relevante para a análise dos relatos de crime no contexto da Delegacia, na medida em que as respostas dadas ao inspetor são narrativamente construídas e na medida em que as marcas discursivo-narrativo-identitárias, presentes nessas histórias, permitem entender melhor como o narrador constrói a si mesmo (seu *self*) e ao outro no processo de narrar, bem como permite entender como a ação de contar histórias é usada como um meio de explicar/justificar e de (des)atribuir responsabilidade/agentividade em um ambiente institucional no qual essas histórias podem ser usadas para mitigar a culpa.

Ainda, conforme os objetivos gerais e específicos acima delineados deixam em evidência, nosso interesse é o de focalizar os estudos narrativos como um recurso instrumental de análise dos interrogatórios policiais, posto que contar histórias parece ser uma atividade constitutiva desse tipo de atividade de fala, como defendemos nesta tese. Nossa perspectiva, então, é a de oferecer uma metodologia de análise linguística que dê conta de entender como as histórias acontecem, quando acontecem – em termos de espaço conversacional – e quais são as consequências desse engajamento narrativo para o trabalho institucional em

curso. Para isso, olharemos para os significados locais de *por que* uma história é contada, de *o que* os participantes estão fazendo quando a contam e o que elas *significam* no contexto em que são contadas⁸. Com isso, situaremos as histórias não como um ‘retrato dos fatos’, mas sim como uma reconstrução do ‘vivido’, como um drama desenvolvido para uma audiência em específico (GOFFMAN, 1974) e que leva em conta, portanto, as necessidades e os desejos local e contextualmente definidos.

Como propósitos mais amplos, esperamos oferecer subsídios analíticos para que estudos ligados ao discurso e ao meio jurídico possam compreender o formato narrativo-estrutural e os recursos discursivo-narrativo-identitários de mitigação da culpa usados por suspeitos e vítimas em interrogatórios, de modo a facilitar o entendimento das confissões e das versões que são, narrativa e discursivamente, coconstruídas em ambientes legais, tais como o da Delegacia.

A fim de atingir os propósitos acima delineados, esta tese será dividida em seis capítulos:

No capítulo dois, apresentaremos a fundamentação teórica que ancora nossas análises. Para isso, ele será dividido em duas seções: uma que tratará dos estudos narrativos (interacionais e o modelo laboviano) e identitários e outra que tratará da relação entre narrativas e o ambiente institucional, trazendo também as restrições e especificidades que a institucionalidade acarreta para as interações que acontecem nesses cenários. Ainda, apresentaremos uma das articulações teóricas que propomos nesta tese: a que relaciona interrogatórios policiais e as noções de confissão, agência, *account*/explicação/prestação de contas e atribuição de responsabilidade. Ainda, traremos uma breve apresentação das noções de tipo de atividade e eventos narrado e narrativo.

No capítulo três, falaremos sobre violência doméstica, Delegacia da Mulher e interrogatórios policiais. Para isso, abordaremos questões relativas à violência contra a mulher e, especificamente, questões relativas a esse tema no Brasil e sua legislação— a Lei Maria da Penha. Ainda, falaremos sobre a atuação das Delegacias da Mulher brasileiras, trazendo seus aspectos organizacionais e

⁸ Para outras pesquisas nessa mesma perspectiva, cf. trabalhos realizados pelo Grupo de Pesquisa “Narrativa e Interação Social” (cadastrado no CNPq), coordenado pela pesquisadora Liliana Cabral Bastos, tais como BASTOS, 2005; OLIVEIRA & BASTOS, 2014, 2012; MARQUES & BASTOS, 2014, 2012; BASTOS & BIAR, 2015, *no prelo*, dentre outros).

jurídicos. Quanto à relação entre Delegacia da Mulher e interrogatórios policiais, falaremos sobre seus significados locais e propósitos específicos. Também, trataremos a relação entre os interrogatórios e o inquérito policial⁹. Em um segundo momento, prefaciaremos algumas abordagens sobre os interrogatórios policiais em outras áreas, tais como a antropologia, a sociologia, o direito e a linguística.

No capítulo quatro, apresentamos a metodologia de pesquisa que dá suporte ao trabalho e características ligadas ao contexto de pesquisa. Falaremos, brevemente, sobre a metodologia qualitativa e sua relação com a etnografia e sobre questões atinentes à descrição do contexto de pesquisa e da geração e transcrição dos dados.

No capítulo quinto, apresentamos nossa análise dos dados. Esse capítulo será dividido em duas seções. Na primeira seção, relacionaremos, de modo mais amplo, as narrativas e o trabalho confessional. Analisaremos como as narrativas emergem no tipo de atividade ‘interrogatórios policiais’, buscando mostrar a centralidade desse recurso discursivo-interacional nos interrogatórios. Ainda, veremos em quais momentos as narrativas são construídas e como elas são construídas, olhando para a relação entre as metas institucionais que o inspetor tem e o trabalho narrativo. Para isso, veremos como os pares adjacentes de Pergunta-Resposta (P-R) e as histórias contadas nos interrogatórios relacionam-se. Também, analisaremos como as respostas narrativas, dadas pelos participantes – vítimas e suspeitos –, estão relacionadas com o conteúdo trazido no Boletim de Ocorrência (BO) e com o trabalho de confissão. Na segunda seção, analisaremos as narrativas e as construções identitárias (do *self* do narrador e do outro), buscando relacioná-las com o trabalho narrativo-interacional que suspeitos e vítimas engajam-se na tentativa de mitigar suas culpas e de (des)atribuir responsabilidades frente ao crime em análise nos interrogatórios policiais de que fazem parte na Delegacia da Mulher. Nesse ponto, olharemos, mais focalmente, para as construções discursivo-narrativo-identitárias de que vimos falando e que posicionam a ação de contar histórias como um ato de *account* (de explicação/ e prestação de contas) que converge para uma tentativa de mitigar a culpa por meio

⁹ O inquérito policial é um procedimento administrativo preliminar que tem como objetivo apurar autoria e materialidade acerca de um crime (CAPEZ, 2001, cf. mais a esse respeito na seção 3.3.1, desta tese, que trata dos Interrogatórios e Inquéritos Policiais).

da (des)atribuição da agência e, em consequência disso, da (des)atribuição da responsabilidade do narrador frente ao crime em análise na Delegacia.

No capítulo seis, apresentamos nossas considerações finais, trazendo uma ‘coda’ de todo percurso analítico-investigativo desta tese. Para além, traremos também possíveis percursos para pesquisas futuras.

NARRATIVA, INTERAÇÃO E CONTEXTO INSTITUCIONAL

Neste capítulo, situamos nossa pesquisa na análise sociointeracional do discurso, na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Narrativa, que inclui o modelo de narrativa canônica. Para isso, neste capítulo, apresentaremos propostas teóricas que darão suporte às nossas análises. Estruturalmente, ele será dividido em duas partes: uma que tratará da relação entre narrativas e identidades e outra que abordará as questões relativas às narrativas que ocorrem em ambientes institucionais e também da relação entre narrativas, *account*, atribuição de responsabilidade e agência.

Na primeira parte, apresentaremos os estudos narrativos com as perspectivas de cunho sociointeracional, incluindo o modelo narrativo laboviano, apresentando, também, as principais críticas desse último. Ainda, abordaremos a relação entre narrativas, identidades e avaliação, apresentando, sobretudo, aquela que acontece quando os narradores usam o discurso reportado. No que tange à perspectiva construcionista para os estudos narrativo-identitários, dedicaremos uma seção para relacionar como os ‘fatos’ trazidos nas histórias que os participantes – vítimas e suspeitos – contam situam-se no eixo daquilo que é coconstruído interacionalmente, e não como mero reflexo da realidade. Finalizaremos essa seção trazendo a relação entre construções narrativo-identitárias e a construção do *self*.

Na segunda parte, traremos os estudos narrativos e da Análise da Conversa (AC) que nos ajudam a olhar para a interação. Para isso, apresentaremos o espaço interacional no qual a narrativa desenvolve-se. Ainda, mostraremos estudos, sobretudo ligados à AC, que tratam de questões sequenciais, tais como turnos de fala, piso conversacional, pares adjacentes de Pergunta-Resposta (P-R) e relevância condicional a fim de relacionar a análise sequencial ao estudo da narrativa. Também, traremos pesquisas que possibilitam observar como a institucionalidade da interação mostra-se por meio da fala, vendo, nesse cenário, as relações de assimetria entre os participantes - profissional (inspetor) e leigo (vítimas e suspeitos).

Nas seções finais, mostraremos estudos relativos à confissão. Nesse sentido, buscaremos deixar em ênfase a centralidade dessa tarefa dentro dos interrogatórios policiais, haja vista que esta é uma das metas institucionais que o inspetor de polícia tem quando está conduzindo um interrogatório. Ainda, será nosso objetivo relacionar essa meta com alguns aspectos relevantes das narrativas. Também, apresentaremos estudos relacionados à atribuição de responsabilidade e de agência em sua ligação com os *accounts* (prestação de contas ou explicação). Nosso objetivo será o de vincular os recursos de mitigação de culpa à (des)atribuição de agência e, por consequência, à (des)atribuição de responsabilidade frente a ações criminosas. Para além, buscaremos deixar em evidência estudos que suportem nossas análises narrativas quando estas funcionam como narrativas-*account*, ou seja, como histórias que são contadas a fim de justificarem, ou explicarem, algo.

2.1

Narrativas e Identidades

No contexto institucional da Delegacia da Mulher e, mais especificamente, nos interrogatórios policiais, nosso olhar analítico focalizará as práticas narrativas como um *lócus* privilegiado para o entendimento da relação entre discurso/linguagem e sociedade. Isso se deve ao fato de as formas narrativas (re)construírem a experiência passada, organizando nossas ações e o modo como percebemos o mundo.

Assim, a narrativa¹⁰ constitui-se numa prática discursivo-identitária que não pode ser estudada fora das relações sociais, haja vista que sua coerência e inteligibilidade dependem do ambiente, das expectativas dos participantes que, conjuntamente, conegociam e cointerpretam os significados, que são local e interacionalmente construídos, como bem pontuam Fabrício e Bastos (2009):

¹⁰ Nesta tese, entendemos *narrativa* como um conceito mais amplo, que inclui histórias de vida, relatos, histórias episódicas e que congregam também aquelas histórias que seguem o modelo laboviano. Entretanto, usamos, em alguns momentos, os termos “histórias” e “narrativas” como sinônimos (seguindo perspectiva adotada por RIESSMAN, 2008).

“[as histórias] (...) decorrem de um processo seletivo que faz da atividade narrativa um *constante trabalho de edição e procura de uma certa ótica para a produção da pertinência, de relações de causa e efeito entre acontecimentos* e de linearidade, que não guardam necessariamente nexos ou aproximação lógica (...)” (p. 45-46, grifos nossos).

Ao contarmos uma história, estamos, nesse processo, (re)construindo, discursivamente, quem somos e o que fizemos (BASTOS, 2005). Construimos nossos *selves* quando contamos a alguém acontecimentos de nossas vidas, construindo-nos frente a eles (BAMBERG, 2002; MOITA LOPES, 2009). Nesse processo de contar histórias, de descrever sequências de eventos, construímos a nós mesmos como um ‘tipo específico’ de pessoa. Também, quando nos apresentamos como tipos específicos, construindo nossos *selves*, construímos também o outro, ou seja, aquelas pessoas que são personagens de nossas histórias (WORTHAM & GADSDEN, 2009).

2.1.1

Análise de Narrativa: uma perspectiva interacional, social e cultural de narrativa

As narrativas têm despertado o interesse de pesquisadores de diferentes áreas, como das Ciências Humanas e Sociais e dos estudos da linguagem.

Os estudos sobre as narrativas estão relacionados, sobretudo, a:

- (i) características estruturais das narrativas (como os estudos de LABOV & WALETZKY, 1967; LABOV, 1972) e
- (ii) significados locais, sociais e culturais, buscando entender os significados das narrativas em nossa vida cotidiana (como os estudos de BRUNER, 1991; MISHLER, 1986, 2002; BASTOS, 2005; BAUMAN, 1986; BASTOS & OLIVEIRA, 2004; LINDE, 2001, 1993; SCHFFRIN, 1996; SACKS, 1992; dentre outros).

Dentro da segunda perspectiva, um quadro teórico e metodológico foi desenvolvido a fim de tornar possível compreender as narrativas contadas de modo situado, observando a relevância/relação dessas histórias com as atividades em curso, de modo a entender como a narrativa pode ser compreendida como

“uma forma de organização básica da experiência humana” (BASTOS, 2005, p.119). Nesse sentido, o estudo das narrativas tem sido, cada vez mais, relacionado aos significados locais de ‘por que’ contamos uma história, de ‘o que’ estamos fazendo quando estamos contando-a e o que elas ‘significam’ no contexto em que são contadas.

É com essa perspectiva de estudo que nos filiamos, com a que busca inscrever o estudo das narrativas como uma prática social, analisando-as sob a ótica sociointeracional do discurso, que leva em conta o sentido coconstruído e mediado ‘na’ e ‘pela’ linguagem, numa perspectiva de pesquisa pós-positivista e construcionista.

Na Psicologia Social, Bruner (1992; 1991) destacou que há *modos narrativos de conhecimento*. É por meio das narrativas que enfatizamos a intenção e a ação humanas e é também por meio delas que nos conhecemos a nós mesmos e conhecemos o outro. Dentro desse quadro teórico, as histórias que contamos passam a ter uma função fundamental na organização da experiência humana: por meio da análise de narrativas podemos estudar também a vida em sociedade.

De maneira semelhante, na Sociologia, Sacks (1984) propõe que é mediante as histórias que contamos que nos *ocupamos em ser comum*, no sentido de que cabe às histórias que contamos a função de normalizar as experiências que vivemos, organizando-as e fazendo com que, através delas, mostremos o que conhecemos do mundo. As experiências que armazenamos são acionadas e contadas em situações oportunas, nas quais mostramos como nos inserimos no mundo social de maneira comum e relevante.

Objetivando entender como construímos e como representamos as interações humanas, Bruner (1991) destaca que, da mesma maneira que os domínios de construção da realidade lógico-científica, o domínio da interação humana é sustentado por princípios e por procedimentos. Esses princípios são sustentados por ferramentas culturais e por tradições disponíveis, por meio das quais seus procedimentos são modelados. Para ele, as narrativas têm uma função fundamental: nossa experiência e nossa memória de acontecimentos humanos são organizadas, principalmente, na forma de narrativa:

“A narrativa é uma forma convencional, transmitida culturalmente e restrita por cada nível de domínio individual e por seu conglomerado de dispositivos prototípicos (...). Ao contrário das construções geradas por procedimentos lógicos e científicos que podem ser destruídas por falsificações, construções narrativas só podem alcançar ‘verossimilhança’. Assim, as narrativas são uma versão de realidade cuja aceitabilidade é governada por convenção e por ‘necessidade narrativa’, e não por verificação empírica e precisão lógica, embora, ironicamente, não tenhamos nenhum escrúpulo em chamar histórias de verdadeiras ou de falsas” (BRUNER, 1991; p. 4-5, tradução nossa).

Bruner (1991) contrapõe, com isso, duas formas de se fazer ciência: uma ancorada na tradição positivista, quantitativa e lógica e outra, de cunho qualitativo e pós-positivista. Ele destaca que a análise narrativa é também uma forma convencionalizada, dotada por princípios e por procedimentos que a regulam e que permitem a ela ser verossímil. Essa verossimilhança aponta para o caráter partilhado: os conhecimentos são compartilhados em uma determinada cultura de modo que possam ser compreendidos e aceitos dentro de um conjunto de convencionalidades.

Podemos relacionar os pontos destacados por Bruner (1991) com a chamada virada pragmática – ocorrida tanto no âmbito dos estudos sociais quanto no cenário dos estudos narrativos. Essa virada impôs, de modo crescente, às ciências humanas e aos estudos da linguagem, uma atenção maior à questão da significação, sobretudo, daquela que emerge das práticas sociais.

Nesse quadro, a linguagem ganha lugar de destaque. As pesquisas passaram a observar como ela é acionada e negociada de modo situado, seguindo as contingências sócio-histórico-culturais. Essa virada oportunizou que uma visão reducionista do uso da linguagem como atividade meramente comunicativa – baseada em simples troca de informações – desse lugar a uma visão de linguagem como forma de ação, ligada a contextos e a situações específicas (BASTOS, 2005).

Nessa perspectiva, o estudo da linguagem passa a ser interdisciplinar. Essa característica é vista em disciplinas contemporâneas, como é o caso das análises do discurso. Os estudos apoiam-se, cada vez mais, no diálogo com a Sociologia, com a Antropologia e com a Psicologia Social, buscando, em áreas afins, subsídios para entender o ‘como’ e o ‘quando’ dos discursos nas interações sociais, a fim de tornar inteligíveis a linguagem e os discursos que subjazem às ações sociais. Dentro desse cenário, as narrativas seriam um elemento chave,

centralizador – vistas sob a perspectiva de uma abordagem mais humanística –, que estuda os indivíduos, os grupos e as comunidades (BASTOS, 2005).

Diante do exposto, para as análises que desenvolveremos neste trabalho, entendemos narrativa

“como uma forma de organização básica da experiência humana, a partir da qual se pode estudar a vida social em geral (...) [e para a qual se considera] que contar histórias é uma prática social, uma atividade histórica e culturalmente situada (...)” (BASTOS, 2004, p.119).

Ainda, levamos em consideração a ideia goffmaniana de que as narrativas não devem ser vistas como um retrato dos ‘fatos’, mas sim, como uma recriação do ‘vivido’, como um drama a ser desenvolvido para uma audiência específica (GOFFMAN, 1974), que atende, portanto, a necessidades e a desejos local e contextualmente definidos.

2.1.2

Modelo de narrativa laboviana e reportabilidade

Trazemos à discussão o modelo canônico laboviano por entendê-lo como uma ferramenta (ainda) atual e produtora para olhar, na sequencialidade e na relação sintático-semântica, as ações que são (re)construídas narrativamente.

Riessman (2008) pontua que o modelo estrutural de Labov é relevante por orientar análises relativas ao conteúdo. Para ela, esse tipo de análise valoriza o nível ‘micro’ (local) das narrativas. De modo semelhante, destacamos que, embora o modelo tenha recebido, ao longo dos anos e de outras perspectivas teóricas, uma série de críticas¹¹, ele foi (e continua sendo) relevante no que tange aos aspectos “*formais*” e “*funcionais*” das histórias (LABOV & WALETZKY, 1967, p.4).

Por esse motivo (e seguindo também a perspectiva da Análise de Narrativa), o que propomos, nesta tese, é relacionar o modelo estrutural de Labov ao estudo da narrativa interacional (a exemplo de OLIVEIRA & BASTOS, 2014; OLIVEIRA, 2013, dentre outros), a fim de que possamos olhar a sequencialidade com as ferramentas do primeiro e as relações entre ações/personagens/mundo da

¹¹ Para saber mais a esse respeito, cf. seção, 2.1.3, abaixo.

narrativa com o segundo, situando as análises das histórias como uma forma de observar a vida em sociedade. Neste momento, apresentaremos o modelo proposto por Labov e por Waletzky (1967), também revisitado por Labov (1972; 2013).

Estudos seminais como os de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) colaboraram para análises das narrativas. Esses trabalhos contribuíram para o entendimento de como podem ser formatadas as narrativas, em termos de sua estrutura básica e de sua estrutura sintática.

Ao conceber a narrativa como “*uma técnica verbal de recapitulação da experiência*” (LABOV & WALETZKY, 1967, p. 4, tradução nossa), os autores delinearam sua estrutura geral a partir de narrativas orais de experiência pessoal, obtidas por meio de situações de entrevista.

Para eles, as narrativas combinam uma sequência verbal de orações a uma sequência de eventos que ocorreram de fato ou que, ao menos, se infere que tenham ocorrido. As narrativas, dentro desse modelo, têm de remeter a um acontecimento específico, sendo estruturadas em uma sequência temporal. Desse recorte, é necessário dar ênfase à noção de sequencialidade temporal, haja vista que as ações – trazidas, necessariamente, com verbos no passado para esses autores – têm de ser apresentadas na mesma junção temporal, sequencial, ordinal dos “eventos originais” (LABOV & WALETZKY, 1967, p. 13): “(A) A menina entrou na sala de aula (B) e dormiu”, se invertêssemos a sequência de ações (A) e (B) acima, a narrativa não teria o ‘mesmo’ sentido, não só pela ‘quebra’ da ordem, mas também por inverter como os eventos originais aconteceram. Então, tanto a sequencialidade temporal, ou seja, a cronologia, quanto o ordenamento em que as ações aparecem são cruciais no modelo narrativo laboviano.

Segundo Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), para que uma narrativa seja contada, ela deve apresentar um ‘ponto’, ou seja, deve apresentar uma ‘razão de ser’, um motivo pelo qual ela deve ser narrada.

A narrativa deve ser também contável, ou seja, deve apresentar algum fato relevante para ser contada a alguém, fazendo referência a algo extraordinário. Acontecimentos considerados, socioculturalmente, banais e previsíveis têm menos chances de serem contados. Nesse ponto, reside uma outra noção muito relevante: a noção de reportabilidade. Dizer que se acordou cedo, tomou banho, fez o desjejum, por exemplo, não é narrável, já que não traz à baila um evento

extraordinário, fora do comum. É a noção de ‘ponto’, proposta pelo modelo laboviano, que captura a ideia do que é reportável ou não. Na pequena narrativa acima, caso inseríssemos a informação de que, quando se estava no banho, a energia elétrica acabou, por exemplo, retornando apenas três horas depois, a história seria reportável, já que apresentaria um dado que foge da normalidade.

Labov (1972; 2013) definiu também a noção de narrativa mínima: que é aquela em que há, minimamente, duas orações narrativas, ligadas entre si por uma sequência temporal.

A partir de suas análises, Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) propuseram que, em uma narrativa, pode haver a presença de (sendo que apenas a ação complicadora é considerada elemento essencial):

- (i) **Resumo:** orações que resumem, *encapsulam* o ponto da narrativa. Segundo os autores, é um elemento optativo, podendo ocorrer ou não em uma narrativa. Nele, o narrador pode deixar claro o motivo pelo qual a história que contará é reportável, ou seja, relevante a ‘ponto’ de ser contada;
- (ii) **Orientação:** orações livres que se prestam a *orientar* quanto ao tempo, ao lugar, às personagens da história, às suas características pessoais, de personalidade, etc. Configura-se como um elemento optativo e que não está restrito apenas ao início da narrativa, podendo ocorrer em outros momentos da história. Nela, o narrador deixa claro o ‘onde’, o ‘quando’ e o ‘quem’ da história em curso;
- (iii) **Ação complicadora:** orações em que se desenvolvem as *ações/orações narrativas*. É a história em si, que se desenrola em enunciados temporalmente sequenciados, que remetem a eventos ocorridos (ou que se espera que tenham ocorrido) e que, tipicamente, apresentam verbos no tempo passado. Para Labov, este é o único elemento obrigatório em uma narrativa;
- (iv) **Avaliação:** aparece de forma difusa, podendo indicar o ponto da narrativa; o clima emotivo; a carga dramática que remete ao estado emocional do narrador. São os momentos nos quais o narrador justifica o porquê de a história ser contada, trazendo o dado

subjetivo que motivou-o a contar aquela história em específico¹². Ainda, é por meio da avaliação que o narrador pode qualificar/adjetivar a si mesmo e às personagens da sua história e pode qualificar também as ações – as dele mesmo e dos outros: “Nossa, foi péssimo::: aquele momento no cinema, todo mundo gritando, foi mesmo assustador” – nessa pequena sequência narrativa, os adjetivos “péssimo:::” (com fonologia expressiva, já que o narrador intensificou a finalização da sílaba “-mo”) e “assustador” indicam para os ouvintes da história o modo como o narrador escolhe construir a narrativa: “o momento no cinema” não foi recebido por ele como algo positivo e a cena como um todo – as pessoas e a gritaria – foram relatadas como algo “assustador”;

- (v) Resolução: finalização da série de eventos da história em si, ou seja, da ação complicadora e
- (vi) Coda: orações que ‘trazem’ narrador/ouvinte para o momento da interação, podendo apresentar uma breve síntese que conecta evento narrado (mundo da história) a evento narrativo (mundo no qual a história é contada). Ela sinaliza o término da narrativa e os efeitos das ações narrativas para o narrador (LABOV, 1972).

Para este trabalho, utilizaremos a estruturação da narrativa proposta por esses autores a fim de analisar as histórias presentes nos interrogatórios policiais da Delegacia, como também usamos esse arcabouço teórico para entender como são construídas as avaliações (LABOV, 1972), isto é, os modos como os próprios participantes avaliam as histórias que contam e suas impressões/sentimentos, olhando, também, para quais implicações interacionais que elas acarretam.

2.1.3

Principais críticas ao modelo narrativo laboviano

Acima, apresentamos o modelo narrativo proposto por Labov e prefaciamos como ele se mostrará como uma ferramenta para entender os aspectos formais e funcionais das narrativas que analisaremos nesta tese.

¹² As avaliações serão vistas com mais detalhe na seção 2.1.4, deste mesmo capítulo.

Contudo, como estudo cronologicamente precursor, esse modelo recebeu, ao longo dos anos e de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, uma série de críticas.

Em linhas gerais, as principais críticas seriam as de que: (i) a narrativa é concebida como uma estrutura descontextualizada e autônoma, o que limitaria o entendimento da relação entre a interação situada e o mundo social – eventos narrado e narrativo¹³; (ii) o conceito de narrativa abarcaria, apenas, aquelas histórias que seguem uma ordem cronológica, com verbos no passado e que fazem referência a “eventos originais” na “mesma ordem” em que eles ‘ocorreram’ e (iii) a de que a teoria proposta ignora a participação ativa da audiência na construção interpretativa e coerente da narrativa em curso (LINDE, 1997; NORRICK, 1997; SCHIFFRIN, 1984).

Mishler (2002) faz duas críticas centrais ao modelo laboviano. A primeira delas reside no fato de que a noção de sequencialidade e de linearidade cronológica e ordinal deve ser repensada, já que, para ele, as narrativas permitem reenquadrar “*eventos e experiências*” (MISHLER, 2002, p. 105) dentro dos mais variados contextos. Arelado a isso, ele destaca o fato de que não há um “*passado (...) gravado em pedra*” (p. 105) a ser reportado. A segunda crítica trazida por Mishler (2002) reside no fato de que a narrativa, na perspectiva do modelo laboviano, é tratada na ótica do “*ser*”. Para ele, as narrativas devem ser analisadas na ótica do “*fazer*”, da práxis: é por meio delas que ‘fazemos’ ‘algo’, construímos nossas realidades. Ela não ‘são’, mas ‘fazem’/constroem ‘algo’/identidades socialmente (p. 92).

Relativo ao fato de a sequencialidade temporal estar ligada aos eventos originais, há, ainda, três críticas: a primeira reside na questão de apenas serem consideradas histórias aquelas que apresentem verbos no passado e a segunda no fato de não serem consideradas ‘histórias’ relatos sobre situações hipotéticas (RIESSMAN, 1993). Uma terceira pode ser adicionada: em uma perspectiva construcionista, pode ser que não tenham existido, efetivamente, “eventos originais” e pode ser também que a factualidade ou não dos eventos não esteja em pauta. As histórias contadas atendem a propósitos interacionais específicos que

¹³ Cf. mais a respeito dos conceitos de eventos narrado e narrativo neste mesmo capítulo, na seção 2.2.5, especificamente.

conduzem a uma reconstrução do ‘vivido’. A própria noção do ‘vivido’ – dos ‘fatos’, em si – é vista na perspectiva da construção: mesmo que uma narrativa tenha pontos de referência claros quanto a algo que tenha/possa ter ocorrido, o modo como o narrador reconstrói cenas e personagens; o modo como ele avalia ações e personalidades/caráter permite-nos pensar que o ‘drama’ do mundo da narrativa, não tem um compromisso de verdade, de fidelidade, já que atende aos propósitos do narrador, da interação, da audiência e da forma como aquele deseja construir-se narrativamente¹⁴.

Outra crítica que se faz ao modelo laboviano está relacionada à forma desconectada do mundo da história e do mundo no qual se conta a história: Labov e Waletzky (1967) analisaram dados orais de entrevistas a fim de levantar dois tipos de análise, uma “*formal*”, dos padrões sintático-oracionais recorrentes e outra “*funcional*”, da técnica de construção de unidades narrativas que correspondam a uma sequência temporal da experiência (p. 4). Ao focalizar esses aspectos, eles deixaram de ‘fora’ o caráter sociointeracional da narrativa. Nesse sentido, a crítica que muitos autores fizeram ao modelo laboviano reside no fato de que as narrativas devem ser entendidas também como práticas sociais em condições sócio-históricas específicas, que levam em conta a interação, a audiência para a qual a narrativa é contada, assim como o momento histórico e as relações de poder (MOITA LOPES, 2001; RIESSMAN, 2008).

Nesse ponto, Riessman (2008) destaca que, embora o modelo laboviano seja interessante para uma análise micro – das estruturas linguístico-discursivas das narrativas – ele deixa a desejar no que tange às características macro, relativas ao mundo social, ao evento narrativo. Nesse tocante, ele pode ser visto como um modelo que trata as narrativas de forma autônoma e descontextualizada, despregada das práticas sociais nas quais elas são contadas (BASTOS, 2004). Aliada a essa crítica, Fabrício e Bastos (2009, p.44) destacam que

“apesar da operacionalidade e utilidade de certos componentes e elementos da proposta de Labov, o modelo é considerado limitado uma vez que seu interesse central é o de estabelecer correlações entre categorias linguísticas e sociais (tomadas como homogêneas) e não a construção de sentidos, na interação, nas relações micro-macro, características que não propiciam uma compreensão adequada do uso da linguagem.”

¹⁴ Para saber mais a esse respeito, cf. seção 2.1.5, neste mesmo capítulo.

Diante do exposto, destacamos que, embora haja críticas à proposta laboviana, ela mostra-se com uma ferramenta estrutural produtora ao ser usado na interface com outras perspectivas teórico-metodológicas, incluindo, aqui, o estudo interacional das narrativas. Nesta tese, de forte orientação empírica, o modelo laboviano mostra-se relevante para ajudar-nos na análise sequencial da ação narrativa. Nossa proposta é a utilizá-lo como um modelo que traz elementos, tais como a avaliação e ação complicadora, que nos dá subsídios para uma análise estrutural, linguística e sequencial das narrativas presentes nos interrogatórios policiais da Delegacia da Mulher.

2.1.4

Narrativas, Identidades e Avaliação

Nesta seção, apresentaremos a relação entre construção narrativo-identitária e a categoria analítica avaliação. Para isso, usaremos as propostas de Labov (1972, 2013), Linde (1993; 1997) e De Finna (2003) acerca dos mecanismos de avaliação, com destaque para o discurso reportado, na construção de identidades na ação de narrar.

Usando a metáfora do autorretrato, Schifffrin (1996) destaca que as identidades são construídas durante os relatos: as histórias mostram a pessoa do narrador através do relato e de como ele é narrado, de forma análoga como uma imagem na tela mostra a pessoa do artista. Para ela, as identidades que vemos através das histórias não são fixas e constroem-se a partir de contextos interacionais e de valores socioculturais específicos. É nesse cenário que a relação entre narrativas e construção identitária é estabelecida.

Um componente narrativo que contribui para a construção de identidades é a avaliação. Linde (1993) pontua que a avaliação é um elemento essencial nas análises narrativas. Quando avaliamos nossas histórias, estabelecemos a relevância daquilo que contamos. É também através das avaliações que podemos construir nossas identidades nas narrativas, construindo nossos *selves* e o outro. Linde (1997) entende a avaliação como

“(...) um fenômeno complexo, que fica no cruzamento das estruturas linguísticas e sociais. Entendê-lo requer descrições das restrições que as interações podem ter

em vários níveis da estrutura, incluindo as estruturas do discurso, da interação e das demandas operacionais da situação em que a interação acontece.” (p. 170, tradução nossa).

Sob essa perspectiva, a avaliação é contingencial, sendo condicionada pelo discurso e pela interação. Linde (1997), ainda, conceitua a avaliação como:

- (i) uma parte importante da interação social, que tem sérias consequências para as decisões do mundo real;
- (ii) um fenômeno extremamente difundido na linguagem. Qualquer instância de um falante que indique o sentido social ou o valor de uma pessoa, coisa, evento ou relacionamento pode ser considerado como avaliação (são exemplos: ‘Ele é esperto’; ‘Eu não gosto disso’, etc.);
- (iii) uma parte importante da dimensão moral da linguagem, que fornece indicações da ordem social que o falante assume. Linde apresenta duas dimensões da avaliação: (a) referência à reportabilidade: que diz respeito às normas da previsibilidade dos eventos, contrastando eventos que podem ser esperados de eventos que são fora do comum (eventos completamente comuns e não extraordinários tendem a não servir de base para uma narrativa ser contada) e (b) referência às normas sociais: que diz respeito aos comentários morais, às demonstrações de como o mundo é e à maneira como ele deveria ser, quais comportamentos são considerados apropriados, etc.;
- (iv) o coração da narrativa. As narrativas orais tratam muito mais de como chegar a um acordo em termos de ‘significado moral’ de uma série de ações do que apenas do simples relato dessas ações;
- (v) algo que pode aparecer em qualquer lugar na narrativa e pode ser realizado em qualquer nível da estrutura linguística: sentencial, frasal, lexical, fonológico, paralinguístico, etc. e
- (vi) aquela que desempenha um importante papel na interação social imediata e a longo prazo. Ela não é produzida por um único falante, mas deve ser negociada entre os participantes.

O fenômeno da avaliação é, para Linde (1997), crucial na relação entre as estruturas linguísticas e as práticas sociais, na medida em que a avaliação é o componente mais importante na estrutura linguística do discurso. Para ela, ao contar histórias, o narrador faz *“uma apresentação do eu e o componente avaliativo, em particular, [e] estabelece o tipo de ‘eu’ que é apresentado”* (LINDE, 1993, p. 81, tradução nossa). Com isso, as marcas avaliativas nos servem de pista na indicação de qual ‘eu’ estamos construindo em uma dada interação.

De maneira semelhante, Labov (1972) destaca que a transferência de experiências ocorre através dos ‘olhos do narrador’. É ele quem guia e quem orienta seu interlocutor por meio da seleção dos eventos e das diferentes formas de enunciá-los. Nesse contexto, cabe à avaliação expressar o modo como o falante constrói-se, tanto em relação ao que está sendo contado e à sua atitude diante dos fatos, quanto em relação ao ouvinte, no sentido do significado que a história tem para quem escuta. Para Labov, a avaliação está relacionada à perspectiva que o narrador escolhe para significar os fatos. Em outras palavras: *“(...) a avaliação tem como uma de suas funções **enquadrar** a interação [e] sinalizar para o interlocutor como os enunciados devem ser interpretados (...)”* (PINTO, 2001, p. 125, grifo no original).

Segundo Labov (1972), as avaliações podem ser realizadas através de mecanismos encaixados e externos:

- (i) Avaliação externa, na qual o narrador interrompe a história, apresentando uma avaliação, que é, geralmente, direcionada para o ouvinte e
- (ii) Avaliação encaixada, na qual o narrador refere-se aos seus sentimentos e posições, trazendo-os para o momento da narrativa, sem, com isso, interromper o fluxo da história. Na avaliação encaixada, o narrador insere em sua fala discursos reportados, bem como outros recursos linguísticos, tais como as repetições, a fonologia expressiva e os intensificadores lexicais.

Incluem-se nas avaliações narrativas os comentários que são feitos pelo narrador acerca da própria narrativa contada, como também acerca dos elementos que constituem o evento narrado: personagens, ações, cenários, etc. Com a avaliação, o narrador constrói uma ponte entre os eventos narrado e narrativo,

“[atingindo] *faticamente os ouvintes, que se aproximam da história, se identificam com ela e dela participam*” (BAUMAN, 1986, p. 100). Com isso, o narrador focaliza, trazendo para o centro, aspectos da experiência vivida, de modo a fazer com que sua plateia veja o que ele deseja que seja visto (LABOV, 1972).

Ainda no que tange à avaliação, as escolhas avaliativas que narradores fazem quando narram estão ligadas à relação entre eles, à sua plateia/ouvinte e ao evento sociointeracional no qual a história é contada. É nesse cenário que o narrador projeta seu ‘eu’ (GOFFMAN, 1981): na relação com seu ouvinte, consigo mesmo e com o discurso/história. É também nesse ponto que nos interessará observar as avaliações que os participantes dos interrogatórios policiais fazem, no sentido de notar como, em suas histórias, os narradores constroem identidades para o outro e para si mesmos, usando para essa construção identitária, marcas narrativo-avaliativas.

Dentre os movimentos avaliativos, destacamos o discurso reportado nas narrativas, o qual receberá especial atenção em nossas análises (também conhecido como discurso relatado ou discurso construído, mais a esse respeito, cf. TANNEN, 1989; CLIFT & HOLT, 2007¹⁵). Para De Fina (2003), ele é “*um recurso narrativo (...) usado para realçar aspectos importantes do mundo das histórias*” (p.93).

A metáfora dramatúrgica, usada por Goffman ([1975] 2009), parece ser indiciada nesse recurso avaliativo: o discurso reportado põe em cena um ‘ator’, que recorta, edita, seleciona, performatiza e ressignifica algumas ações e alguns eventos em detrimento de outras/os. Na posição teórica que assumimos, os discursos reportados não são entendidos como uma reprodução da fala do outro, de modo meramente referencial: analisaremos o discurso reportado nas narrativas presentes nos interrogatórios policiais como um encaixe intertextual que atende a objetivos interacionais, os quais levam em conta como o narrador quer se construir e quer construir ao outro. Para isso, importam o evento em que a narrativa acontece e a audiência para a qual o narrador conta a história.

Nesta tese, buscaremos mostrar que o narrador não ‘repete’ o que alguém disse (ou teria dito). Ele ressignifica o que esse alguém disse (ou teria dito),

¹⁵ Para uma revisão completa a respeito de discurso reportado na interação, cf. Clift & Holt (orgs.), 2007.

construindo, sob sua própria ótica, a fala (real ou não) da personagem que ele dá voz no mundo da narrativa. Desse modo, destacamos o caráter avaliativo da narrativa (LABOV & WALEZTKY, 1967): é porque ressignifica, reconstrói as ações no mundo de contar histórias que o discurso reportado funciona como marca discursiva a serviço de ‘avaliar’ a fala de outrem, por destacar/editar certas ações em detrimento de outras¹⁶.

De modo semelhante, De Fina (2003) salienta o caráter estratégico do discurso reportado, no sentido de que esta não é uma atividade passiva, mas ao contrário, é um processo ativo de transformação da fala do outro, que passa por uma “escala de objetividade”, em que há uma clara separação entre o que é a fala do narrador para o que é a fala de uma personagem. A autora aponta que o discurso reportado é uma estratégia avaliativa central, usada para enfatizar diferentes aspectos e elementos da narrativa. Isso acontece, por exemplo:

- (i) quando os narradores dão destaque às personalidades de suas personagens, dando voz a elas;
- (ii) quando os narradores apresentam-se a si mesmos como figuras morais, ativando cenários nos quais diferentes personagens falam;
- (iii) quando os narradores avaliam os eventos, representando as reações das personagens e
- (iv) quando os narradores tornam as ações proeminentes, representando-as através do diálogo, ao invés de simplesmente recontá-las.

De maneira semelhante, as noções de Goffman (1981) de ‘autor’ – quem produz uma elocução – e de ‘animador’ – quem reproduz essa elocução – nos ajudam a olhar para os estilos de citação, os quais produzem diferentes relações entre as vozes nas narrativas. Isso porque quando um narrador reporta a fala de alguém, ele atua como ‘animador’ desse alguém, não sendo ele o responsável (‘autor’) pelo conteúdo dessa fala. Nesse bojo, tudo que foi dito – e que interacionalmente foi recontextualizado/recortado a posteriori – focaliza determinado aspecto da fala, sublinhando-a ao mesmo tempo em que isenta o

¹⁶ Mais a esse respeito, cf. noção de entextualização (BAUMAN & BRIGGS, 1990) e de recontextualização (SARANGI, 1998 e, especificamente recontextualização em interrogatórios policiais, cf. MARQUES & BASTOS, 2012).

‘animador’ da responsabilidade frente o conteúdo dessa fala: quando um narrador, por exemplo, traz a voz de outra personagem dentro de sua história, ele (re)focaliza as ações/fala, mantendo-se, no entanto, livre de quaisquer comprometimentos morais, etc., que possam ser decorrentes dessa fala, reportadamente trazida à tona na narrativa em curso – ele isenta-se exatamente pela separação entre o que é fala do narrador do que é fala da personagem (discurso reportado). Nesse sentido, o discurso reportado pode ser entendido como uma forma de atribuir agência, na medida que (des)atribui a responsabilidade daquele que fala – ou seja, do narrador –, no momento da interação, para focalizar a ação daquela personagem que tem sua fala reportadamente trazida. Então, a fronteira entre o que é discurso reportado e o que não é pode ser estabelecida também por meio da noção dos papéis ‘animador’ e ‘autor’, propostos por Goffman (1981). Ao atuarem como ‘animador’ da fala/ação de outrem, narradores podem sinalizar, interacionalmente, que não estão se comprometendo com o conteúdo daquilo que reportaram/narraram, fazendo, com isso, com que a responsabilidade dessas ações recaia sobre aquele que, ‘efetivamente’, disse.

Nesta tese, nosso olhar então será o de focalizar o quão estratégico o uso do discurso reportado pode ser para uma tentativa de mitigação da culpa via (des)atribuição da responsabilidade, especificamente quando o narrador coloca em pauta alguma fala/ação que oportunamente ilustra/justifica/etc. algo relacionado ao mundo da história, isentando-se da responsabilidade sobre o conteúdo trazido. Em um cenário legal como o da Delegacia, trazer à tona certas ações e falas pode comprometer o outro à medida que pode favorecer o narrador – é para essa relação que buscaremos olhar.

Os discursos reportados, assim, representam aspectos particulares da narração, conforme destaca De Fina (2003):

“(...) dentro da narrativa, o discurso reportado tem a função específica de transmitir a avaliação de quando os narradores usam suas próprias vozes ou quando usam as vozes dos outros para, implicitamente, destacar elementos da história. O discurso reportado, então, constitui-se em uma estratégia de interpretação das características do mundo da história dentro do mundo de contar histórias” (p.95, tradução nossa).

Como veremos em nossas análises, o discurso reportado nas narrativas é um dispositivo importante, que pode ser, deliberadamente ou não, gerenciado pelo

narrador em tentativas de inocentar-se, retirar ou minimizar sua culpa, contribuindo, assim, para a construção de identidades e para a (des)atribuição de responsabilidade.

2.1.5

Identidades, narrativas, performance e a socioconstrução do self e dos ‘fatos’

Nesta seção, veremos mais de perto a relação entre narrativas e identidades e o caráter de coconstrução. Para isso, situaremos os estudos identitários na perspectiva construcionista, buscando relacionar também a noção de ‘fatos passados’ à perspectiva do ‘coconstruído’, situacional e localmente, no aqui-e-agora da interação.

O conceito de identidade tem sido revisado por teorias pós-modernas em uma variedade de áreas disciplinares. Sobretudo, tem sido criticado o conceito que concebe identidade como algo integral, original e unificado (HALL, 2000).

A visão pós-moderna de mundo trouxe mudanças na forma de entendimento das identidades. As noções: (i) do socialmente construído; (ii) da descrença nas “*grandes verdades*” (HALL, 2000, p.103), bem como (iii) do reconhecimento da instabilidade nas práticas de inteligibilidade reconfiguraram a compreensão acerca desse conceito. Nesse cenário pós-moderno, “*têm[-se] celebrado (...) a existência de um “eu” inevitavelmente performativo*” (HALL, 2000, p.103).

As identidades individuais passaram a ser entendidas em relação ao social e ao interpessoal. O ‘eu’ é melhor entendido em sua relação com os contextos nos quais está inserido e com os discursos sociais: as identidades dos indivíduos são moldadas não só pelas interações sociais, mas também pela construção social baseada na influência dos discursos sociais (TAYLOR, 2008). Também a esse respeito, Hall (2000) destaca: “*Parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade (...) volta a aparecer*” (p. 105).

Essa perspectiva leva em consideração o fato de que somos agentes ativos em nossas construções identitárias:

“Em contraste com o “naturalismo” dessa definição, a abordagem discursiva vê a identificação [a identidade] como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, “ganhá-la” ou “perdê-la”; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional: ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência.” (HALL, 2000, p. 106).

A adoção de uma perspectiva construcionista e pós-moderna de identidades implica, portanto, o entendimento de que há a necessidade de se perceber o processo de construção identitária como um processo contingencial, de contínua construção.

Para dar conta dessa perspectiva construcionista, o conceito de identidade que adotamos não é essencialista, nem está ligado ao “*eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou artificialmente impostos*” (HALL, 2000, p. 108). Ele é aquele “*estratégico e posicional (...) multiplamente construído ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos*” (*ibidem*).

É nesse sentido que a pesquisa que buscamos fazer se inscreve: nas possibilidades que os participantes dos interrogatórios policiais têm de acessar suas experiências passadas, trazendo à tona identidades que são produto de seus conhecimentos compartilhados em sociedade e que são produto, também, de suas agências, buscando construir sentidos locais específicos, atrelados-os a sentidos institucionais, mais amplos.

Esta pesquisa associa-se, ainda, à consideração de que as identidades devem ser vistas, como abordado por Bastos e Oliveira (2002), como um *ato performativo*¹⁷, no qual estamos construindo *quem somos* a cada encontro social, levando para ele nossas características pessoais e afetivas, levando também os processos históricos, políticos e culturais a que estejamos ligados (FABRÍCIO e MOITA LOPES, 2002).

¹⁷ Destacamos que, embora estudos de gênero, tais como o de Butler ([1993] 2010) discutam a noção de performance e performatividade, a perspectiva adotada aqui é a de performance como atuação dramática, na medida em que nosso viés analítico se pautará nas ações e nos recursos discursivos usados pelos participantes dos interrogatórios a fim de atingirem objetivos locais. Ainda, essa escolha baseia-se no fato de não estarmos focados, especificamente, em olhar para as performances que regulam e essencializam gênero e sexualidade, como é, em alguns casos, o foco dos estudos performativos de gênero.

A noção de performance aqui adotada filia-se à perspectiva goffmaniana da ação dramática, na qual os atores sociais ‘encenam’ suas performances nos mais diferenciados ‘palcos’ da vida (em situações interacionais cotidianas e institucionais). Partindo da noção de Goffman ([1975] 2009, p. 23) de que a performance é “*toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes*”, podemos notar que as ações performáticas estão ligadas:

- (i) Às questões referentes ao gerenciamento das impressões do *self* em presença de outros na interação;
- (ii) Ao reconhecimento de que o indivíduo espera ser reconhecido por seus atributos morais e
- (iii) Ao comportamento deliberado que possibilita ao indivíduo transmitir à sua ‘plateia’ a ‘impressão’ que deseja transmitir de si mesmo (GOFFMAN, [1975] 2009).

A performance narrativa nos traz muitas informações sobre o narrador, sobre a cultura, sobre o grupo social ao qual está ligado e sobre o gerenciamento, deliberado ou não, das impressões que ele, enquanto narrador, quer passar.

Assim, a noção de coconstrução, nos termos goffmanianos, se dá a partir da interação com o outro e do trabalho de coconstrução da interação com uma audiência em específico, na qual negociamos nosso “eu/*self*”. A construção de nossas identidades, assim, pode emergir por meio das narrativas que produzimos: por meio da forma como dramatizamos nossa experiência, “*organizando-a temporalmente*” através de nossa perspectiva pessoal (BASTOS, 2008, p.77).

No contexto socioconstrucionista que sumarizamos acima, identidade consiste em um fenômeno a ser coconstruído no “aqui e agora” da interação, não sendo, portanto, algo dado *a priori*, como um reflexo de realidades sociais e psicológicas (OLIVEIRA, L.M. 2008). Como bem salienta Oliveira (2008), a construção de identidades é um processo conjunto, que envolve uma intrincada maquinaria de negociação que, mesmo implícita (nas expressões verbais, olhares, posturas, gestos e outras pistas de contextualização), está presente em todo o processo.

Bastos e Oliveira (2002) salientam que as identidades podem ser vistas como:

- (i) um processo de exposição e de interpretação das posições sociais e dos *status* (BASTOS e OLIVEIRA, 2002, p.33) e
- (ii) como um ato performativo, “isto é, como algo que necessariamente fazemos quando mostramos quem somos a cada momento de um encontro social, em função de fatores interacionais e interpessoais” (BASTOS e OLIVEIRA, 2002, p.33).

Segundo Moita Lopes (2001, p. 65), é “na dinâmica de relatar o que se passou, [que] as identidades surgem”. O narrador, então, é aquele que se posiciona moral e ideologicamente em relação aos eventos narrados, ele é aquele que se engaja, simultâneo ao ato de narrar, na construção de seu *self*, de sua autoimagem.

É nessa perspectiva que nosso olhar analítico buscará se pautar. Para isso, torna-se relevante destacar a relação entre narrativas e construção do *self*, especificamente. De acordo com Schiffrin (1996), a narrativa é uma das formas de se chegar a um entendimento do *self* que emerge em nossas ações e experiências. Essa construção está relacionada a como nossas histórias se desenrolam e a um conjunto de significados, crenças e práticas socioculturais.

Em nossas análises, focalizaremos como os participantes – vítimas e suspeitos – constroem seus *selves*, partindo do pressuposto de que estes estão inseridos em um conjunto de significados e de normas regulatórias do que significa, entre outras coisas, ser homem/pai/marido/trabalhador e mulher/mãe/esposa/dona de casa na atual sociedade brasileira.

Conforme aponta Mishler (1986), é por meio da linguagem que descrevemos objetos e eventos, explicamos como algo funciona e por que algo aconteceu, ou ainda, persuadimos outras pessoas no curso de uma ação e de experiências narrativas:

“nós expressamos, mostramos, declaramos o que somos – e o que gostaríamos de ser - nas histórias que contamos e como as contamos. Em suma, nós desempenhamos nossas identidades” (MISHLER, 1999, p.19, tradução nossa).

Ainda, como De Fina (2003) destaca, a construção identitária no discurso pode se voltar para a apresentação do *self* em relação às suas experiências sociais. Nesses casos, ela aponta para como essa apresentação (que ocorre através das

estruturas de ações narrativas) pode representar, esquematicamente, “quem fez o que”. É nesse movimento que os narradores constroem agência para si próprios e para os outros e constroem seus *selves* e também o outro. É também nesse movimento que o narrador pode apresentar-se de forma moralmente positiva, ou seja, com atributos sociais positivos, podendo se autoengradecer (LABOV, 1972) ao posicionar-se como alguém que se preocupa em como sua imagem e sua reputação serão recebidas e interpretadas por aqueles que escutam suas histórias.

Partindo de uma perspectiva semelhante, para Riessman (2008), a noção de performance em análises narrativas aponta tanto para a situacionalidade das histórias que contamos, quanto para a composição e para a interpretação das histórias para aqueles que nos ouvem. A autora afirma que as identidades que construímos por meio de nossas performances narrativas levam em consideração a audiência para a qual elas são direcionadas. Ainda, a noção de performance em análises narrativas, segundo Riessman (2008) aponta também para a notoriedade que a encenação da história adquire quando os eventos passados são trazidos para o aqui e para o agora da interação. As performances narrativo-identitárias reconstróem ou destroem aquilo que nomeamos, no senso comum, como verdade de uma história. O conceito de performance proposto por Riessman (2008) concebe as narrativas como artefatos sociais e concebe a verdade como uma construção ‘na’ interação face-a-face. É a essa perspectiva de verdade que nos filiamos. Também Bauman (1986) entende performance na relação entre a dinâmica de gerenciar impressões e de construir identidades. Os eventos, para ele, estão situados nas práticas, nas realizações sociais, não estando ligados, portanto, à premissa de que as histórias são espelhos de uma realidade cronologicamente anterior, situada fora do discurso.

Outro ponto que destacamos reside no fato de que a adoção dessa perspectiva de performance (GOFFMAN, [1975] 2009; BAUMAN, 1986; RIESSMAN, 2008) nos ajudará no entendimento dos recursos discursivos usados pelos participantes dos interrogatórios a fim de construírem, para si mesmos, identidades com atributos sociais positivos, assim como nos ajudará no entendimento de que as histórias contadas não têm uma ligação referencial com a verdade, com os fatos ocorridos. Alinhamo-nos à perspectiva de que as histórias ou as performances narrativas (re)constróem o vivido no aqui-e-agora da

interação. A perspectiva que adotamos é aquela que entende que não temos acesso direto e unívoco *ao que aconteceu*, o que temos é o discurso sendo cocontruído entre os participantes, em um momento e em um espaço específicos. Problematicar essa questão, então, no contexto jurídico parece-nos especialmente relevante. Isso porque nesse cenário, lida-se com a perspectiva de busca da verdade, em um sentido, por vezes, unívoco e referencial.

As performances narrativas e identitárias/*self*¹⁸ permitem-nos tentar compreender a relação entre as histórias que os participantes contam e, conseqüentemente, as identidades que eles constroem no ambiente institucional da Delegacia. As performances narrativas desempenhadas por eles contribuem para transformar seus discursos em ‘histórias oficiais’, as quais podem ser usadas na condução e na (não) resolução de possíveis crimes domésticos.

No processo de coconstruir performances identitárias, as histórias contadas devem ser vistas como atividades inseridas em práticas socioculturais específicas, nas quais os narradores contam-nas a partir de uma determinada posição e com propósitos interacionais específicos:

“(...) as narrativas não podem ser entendidas de forma simples e interpretadas exclusivamente para o que foi dito e contado. Em vez disso, elas devem ser *analisadas* e a análise das narrativas tem que trabalhar a fim de perceber como elas criam sentido do *self* – ou de uma “identidade” – que foi encaminhado e que é indexado [na história contada]”. (BAMBERG, 2006, p. 141, grifo no original, tradução nossa).

Um ponto que Bamberg (2006) destaca é que as construções narrativo-identitárias não se dão de forma arbitrária e descontextualizada, exatamente, porque “as pessoas não (...) escolhem filiações, elas têm de **negociá-las** com os outros e são posicionadas dentro destas pelos outros” (BAMBERG, 2006, p. 144, grifo e tradução nossa). Será também nessa perspectiva que nossas análises buscarão caminhar: em como os narradores agem *na* e *pela* linguagem, engajando-se em uma negociação com os outros participantes para (des)atribuírem de si mesmos agentividade e responsabilidade em um cenário institucional no qual a atribuição de quem fez o que importa.

¹⁸ Destacamos que os termos identidade e *self* são usados como sinônimos nesta tese, a exemplo de outros pesquisadores, tais como Goffman ([1975] 2009), De Finna (2003), Bamberg (2006), dentre outros, que os usam como elementos intercambiáveis entre si.

De maneira similar:

“nas circunstâncias (interacionais) em que reportamos nossa própria conduta e as condutas dos outros, nossas descrições são elas mesmas fenômenos responsáveis através dos quais nós, deliberadamente, reconhecemos [as] aç[ões como] (im) próprias, (in) corretas, (in) adequadas, (in) apropriadas, (in) justas, (des) honestas, e assim por diante. Na medida em que as descrições são inevitavelmente incompletas e seletivas, elas são desenhadas para propósitos interacionalmente locais e específicos. Portanto, essas descrições podem, sempre e irremediavelmente, ser entendidas como aquelas que fazem um trabalho ‘moral’ – que fornecem uma base para avaliar o “certo” ou o “errado” de tudo o que está sendo contado” (BAMBERG, 2006, p. 144, tradução nossa).

É, exatamente, nesse ponto que nossa pesquisa busca se inscrever, na interface dos estudos de narrativas e identidades, no sentido de tentar entender, local e interacionalmente, os significados das identidades construídas pelos participantes – tanto para seus *selves*, quanto para os outros – quando estão engajados no processo de contar histórias.

2.2

Narrativas, Interação e Ambiente Institucional

Contar histórias configura-se como algo essencial para a construção de quem somos em nossa vida cotidiana. De maneira semelhante, também as histórias que contamos contribuem para organizar nossa experiência no mundo do trabalho, criando sentido sobre essas ações (LINDE, 2001; 2009).

Nesta tese, esperamos mostrar como as narrativas ocupam um lugar de destaque dentro dos interrogatórios policiais, configurando-se como práticas discursivas fundamentais para a condução desse tipo de atividade. Defendemos a ideia de que as histórias são constitutivas deles, no sentido de que fazem parte do trabalho institucional, ao serem um dos meios pelos quais o inspetor tem de buscar a confissão do crime em discussão, de fazer vir à tona as versões de vítimas e de suspeitos.

Acreditamos, assim, que as histórias assumem posição discursiva central nos interrogatórios, ao se configurarem como um meio pelo qual se busca tomar ciência de relatos sobre um crime na sequencialidade e na relação entre perguntar e responder.

2.2.1

Espaço interacional para contar histórias: contribuições dos estudos narrativos e da Análise da Conversa

Neste momento, enfatizamos outra característica das narrativas no ambiente institucional da Delegacia: o ordenamento sequencial no qual as histórias são contadas. Além do caráter situado histórico-social, consideramos também que essas histórias são “*situadas na sequência conversacional*” de que fazem parte (BASTOS, 2004, p.121). Nesse sentido, o trabalho narrativo é interacional, desempenhado e coconstruído entre participantes nos eventos sociais (SACKS [1968] 1992).

Utilizaremos a perspectiva da Análise da Conversa para contribuir com o estudo das narrativas e para observar o caráter negociado, verificado nas interações em estudo.

Na fala cotidiana, o narrador deve negociar com os outros participantes um espaço para contar sua história. Também, ele necessita negociar a atenção dos participantes para que estes aceitem assumir a posição de ouvintes (SACKS ([1968]; 1992; JEFFERSON, 1978; GARCEZ, 2001).

O narrador precisa assegurar um espaço interacional para sua narrativa. Para que isso ocorra, há suspensão do andamento regular da troca de turnos (JEFFERSON, 1978; GARCEZ, 2001): ao contar uma história, há uma mudança na dinâmica interacional, o turno de fala fica mais longo, o que faz com que a pessoa que está contando a história detenha a posse da palavra por um período maior do que o habitual.

Diferentemente, em nossos dados, analisaremos como o espaço interacional é garantido, mantido e organizado, levando em consideração o fato de que eles estão inseridos em um ambiente legal. Esse aspecto acarreta uma série de restrições em virtude da institucionalidade das interações que ali se desenrolam. Em eventos discursivos, tais como os interrogatórios policiais, as histórias contadas podem ocorrer como resposta, tanto para perguntas abertas quanto para

perguntas fechadas¹⁹ (MISHLER, 1986; SCHIFFRIN, 1996²⁰), dependendo da coconstrução feita por entrevistado e entrevistador e, no nosso caso, feita por inspetor e vítimas/suspeitos.

Mishler (1986, p.105-106, tradução nossa) afirma que:

“[as narrativas] podem ser eliciadas por perguntas diretas para “se contar uma história”, mas podem também aparecer como respostas a perguntas específicas sobre tópicos determinados e em relatos de eventos e experiências de vida significativos, feitos por indivíduos em entrevistas em profundidade. Quando entrevistadores permitem que os entrevistados falem e quando os investigadores estão atentos às possibilidades e buscam narrativas, sua ubiquidade é evidente”.

Mishler (1986) destaca o papel da negociação no processo de contar histórias em situação de entrevista. Nesse cenário, o entrevistador, e no nosso caso, o inspetor, demonstra sua atenção para com a história contada, não só por tê-la eliciado (por meio das perguntas que faz), mas também pelos sinalizadores de encorajamento, como o uso de continuadores como “uhum”, para que o entrevistado/suspeito/vítima continue sua narrativa.

Ainda a esse respeito, segundo Bastos (2004) os continuadores exercem um papel relevante no processo narrativo: sinalizam que o ouvinte está atento, não quebrando, assim, “o *fluxo do relato*” (p.120). Também, o ouvinte pode demonstrar atenção fazendo perguntas de pedido de esclarecimento ou comentários, como pode, ainda, reagir emocionalmente com expressões faciais, gestos, interjeições (BASTOS, 2004).

É porque inspetor propõe tópicos a serem contados; aloca, seleciona e mantém o piso conversacional para determinado falante que ele auxilia na construção de narrativas nos interrogatórios²¹. Esse formato de controle interacional por parte do inspetor (seleção de tópicos e de falantes para os turnos) permite que um turno maior seja mantido para a narração de uma história.

¹⁹ As perguntas abertas podem eliciar narrativas, opiniões. Já as perguntas fechadas, do tipo sim/não, ou do tipo polares, são aquelas que têm respostas mínimas – sim ou não – como preferidas (THORNBORROW, 2010; FREED & EHRILCH, 2010).

²⁰ Embora essa característica tenha sido apontada pelos autores para as situações de entrevista, há uma semelhança quanto ao formato de Pergunta-Resposta entre essas duas situações – interrogatórios e entrevistas.

²¹ Cf. capítulo 5, de análise dos dados, especificamente, na seção 5.1.1, que trata do espaço interacional da narrativa nos interrogatórios policiais.

Na seção a seguir, trataremos de questões importantes e que estão ligadas a esse controle interacional: a assimetria de poder entre os participantes e que está vinculada ao ambiente institucional no qual a interação acontece.

2.2.2

Turnos de fala e piso conversacional na perspectiva da Análise da Conversa

Nossa pesquisa utilizará algumas noções da Análise da Conversa (AC), sobretudo no que tange às ferramentas para análise dos dados. Para isso, torna-se relevante destacar alguns conceitos.

Por ter uma vocação empírica, a AC tem como motivação histórica os estudos etnometodológicos, etnográficos e sociológicos. A Etnometodologia foi fundada por Garfinkel, no início dos anos 60, e esteve preocupada com as ações humanas diárias. Ela buscava investigar a constituição da realidade no mundo e a forma como as pessoas se apropriam do conhecimento social e das ações (em virtude disso o radical *etno*).

Um dos pontos levantados nas pesquisas em AC reside em relacionar a conversa (que se organiza sequencialmente) e a vida (cotidiana ou institucional). Com essa relação, a AC vincula o aspecto situacional com o caráter pragmático da conversa (GARCEZ, 2008; LODER *et al.*, 2008; LODER, 2008).

Segundo Hutchby & Wooffitt (1998) e Psathas (1995), a AC é o estudo da organização das ações sociais em locais de interação social, i.e., de fala-em-interação. Ela, então, tem como objetivo descobrir os procedimentos e as competências sociolinguísticas sublinhadas na produção e na interpretação da fala em sequências organizadas na interação.

A AC entende que a conversa cotidiana seja constitutiva do próprio mundo social e tem o status de *pedra sociológica fundamental* (SSJ, [1974] 2003), já que vivemos em um mundo basicamente conversacional, em que a grande maioria das tarefas cotidianas em sociedade estrutura-se através da interação (COULON, 1995; GARFINKEL, 1967).

Para a AC, os métodos de inteligibilidade da ação humana em tempo real podem ser observados a partir da atenção que os próprios participantes dão para as

relações sequenciais nas interações. Conforme Sacks apontou (1984, p.23), há uma “*ordem em todos os pontos*” dos materiais conversacionais, no sentido de que, em termos práticos, a conversa é ‘um todo’ bem ordenado. A linguagem, nesse quadro teórico-metodológico, é uma forma de ação social, ou seja, um objeto de estudo que possibilita investigar o que as pessoas ‘fazem’ com a fala nas diferentes situações. Isto equivale a dizer que as elocuções passaram, na perspectiva da AC, a ser tratadas como objetos sociais, i.e, como estruturas por meio das quais as pessoas organizam suas interações (DURANTI, 2007). Dessa forma, é na sequencialidade e na organização de tomada de turnos e da interação como um todo que analisaremos os espaços conversacionais nos quais as narrativas ocorrem nos interrogatórios policiais.

Sacks, Schegloff & Jefferson ([1974] 2003, doravante SSJ) realizaram estudos a fim de descrever a sistemática da tomada de turnos, i.e., como os falantes se organizam para saber em qual momento falar. Eles objetivaram fornecer assim: “*uma descrição sistemática para a organização da tomada de turnos na conversa*” (SSJ, [1974] 2003, p.12). Esses autores ([1974] 2003) apontaram, ainda, que os sistemas de tomada de turnos são usados para ordenar as interações, desde ambientes mais formais e ‘vigiados’, até as interações cotidianas, não-institucionalizadas, como os bate-papos entre amigos. Os seguintes pontos foram verificados por eles:

- i. a tomada de turnos se dá de forma organizada, não arbitrária, nem aleatória em uma conversa;
- ii. uma parte fala de cada vez; embora haja alternância e variabilidade entre o tamanho dos turnos;
- iii. as transições de falantes são coordenadas;
- iv. a alocação de turnos é feita por meio de técnicas, ou seja, a seleção do próximo falante não acontece de forma desordenada e
- v. a coordenação da transferência e a alocação de turnos são feitas por meio de técnicas de construção de elocuções, em que cada participante ‘sabe’ a sua vez de falar.

Em síntese, eles apresentaram a tomada de turnos como:

“uma forma básica de organização para a conversa, (...) à medida que seria invariável para as partes, de modo que quaisquer variações que as partes apresentassem na conversa seriam acomodadas sem mudança no sistema e de tal forma que ela seria seletiva e localmente afetada por aspectos sociais do contexto” (SSJ, [1974] 2003, p.14).

A noção de turnos e a relação entre os falantes, acima elencada, colocam em evidência o caráter sequencial da fala, na qual participam falantes que coordenam, entre si, tanto a tomada do turno, quanto a forma como constroem esse turno.

Os estudos em AC, sobretudo os de SSJ ([1974] 2003) descrevem, conforme Heritage (1997) sumariza:

- i. como as pessoas tomam o turno em uma conversa e negociam sobreposições e interrupções;
- ii. como os vários tipos de sequências de ações básicas são organizados e quais opções de ações são ativadas dentro dessas sequências;
- iii. como as falhas na interação são negociadas, tais como falhas na escuta e na compreensão e como se dão os reparos;
- iv. como se processam as aberturas e os fechamentos das interações;
- v. como a linguagem não-verbal, tal como olhares e postura corporal se relacionam com a conversa;
- vi. como formas gramaticais e segmentos do discurso estão relacionados à tomada de turno e a outras questões interacionais, etc.

Em termos linguísticos, então, a atividade verbal conversacional é organizada em um espaço conceitual chamado de *turno de fala* (SCHEGLOFF, 1996), às unidades de fala dá-se o nome de *Unidades de Construção de Turnos* (UCTs). Dentro dessa sistemática, os turnos podem ser compostos por UCTs: (i) lexicais - que são aquelas compostas de uma só palavra; (ii) *sintagmáticas* - que são aquelas equivalentes a um sintagma; (iii) clausais - que são aquelas compostas

por uma oração (i.e. apenas um núcleo verbal) e (iv) sentenciais - que são aquelas compostas por orações com mais de um núcleo verbal. A primeira finalização possível nesse tipo de construção constitui-se em um lugar relevante para a transição de falante. Assim, essa transferência é coordenada em relação a esses lugares relevantes para a tomada de turnos.

Na seção abaixo, continuaremos a olhar para conceitos da AC que dizem respeito à relação de sequencialidade, sobretudo, àqueles que poderão nos ajudar na análise dos interrogatórios policiais.

2.2.3

Olhando a sequencialidade: pares adjacentes de Pergunta-Resposta e a noção de Relevância Condicional

Ao utilizarmos algumas questões levantadas pelo referencial teórico da Análise da Conversa (AC), entendemos a fala-em-interação como um fenômeno sistematicamente organizado e ordenado. Um exemplo dessa organização reside na fala alocada em turnos e na fala proferida pelos interlocutores uns após os outros, em sequências de ações nas mais diferentes situações interacionais. Por meio do termo ‘relações sequenciais’ pretende-se captar a ideia de que as ações, interacionalmente construídas, são definidas sequencialmente: se realizamos um convite, ações responsivas poderão ser ou a aceitação ou a recusa, por exemplo.

Levando em consideração a relação de adjacência, a AC, por meio da análise dos dados, evidencia que um turno corrente (ou seja, uma Primeira Parte do Par (PPP)) projeta uma próxima ação, cuja execução se torna relevante no próximo turno (ou seja, uma Segunda Parte do Par (SPP)). Dessa forma, é pertinente dizer que os falantes orientam-se por aquilo que foi anteriormente produzido para elaborar suas falas. A projeção de uma próxima ação relevante pode ser compreendida por ações reconhecidas convencionalmente entre os interagentes.

Muitas ações conversacionais se processam em pares adjacentes, ou seja, em dois turnos que ocorrem um após o outro: cumprimento/cumprimento; convite/recusa ou aceitação e pergunta/resposta: (exemplo: Falante A: Vamos ao cinema? – Falante B: Hoje não posso, infelizmente).

Schegloff (1995) conceitua adjacência como o emparelhamento de pares, sequências, sucessões que têm as seguintes características:

- i. dois comprimentos de declaração (uma primeira pessoa que fala, seguida por uma outra pessoa que fala imediatamente na sequência);
- ii. posicionamento adjacente das declarações;
- iii. falantes diferentes que produzem cada declaração.

Ele divide as declarações em PPP e SPP, em que uma PPP se filia a uma SPP para formar um *tipo de par* em específico, como o par de Pergunta-Resposta (P-R).

Para Schegloff (1995), os pares adjacentes são relações especialmente fortes, já que a primeira parte de um par seleciona uma ação responsiva particular: um *jogo* restrito de ações que deve ser logo compreendido pela segunda parte do par. Quanto mais próximos os falantes fizerem uma dada ação, eles não só apontarão que estão obedecendo às exigências da PPP, que iniciou o turno, como também mostrarão, em sua declaração, que houve compreensão da declaração nela contida.

Ao esquema acima, acrescentamos mais dois itens relacionados, sobretudo, às possibilidades de expansão que as PPPs e as SPPs podem ter (baseados em Schegloff (1995), disponíveis em Gago (2005)):

“1) são compostos de dois turnos; 2) executados por diferentes falantes; 3) posicionados adjacente, i.e., um depois do outro; 4) podem ser diferenciados em primeira parte do par (PPP) e segunda parte do par (SPP); 5) os pares são de tipo específico, i.e., não é qualquer SPP que pode seguir uma PPP; não se pode oferecer em resposta a um convite (“você aceita um café”) um cumprimento (“oi”).” (p. 64)

Dos itens 4 e 5, acima, destacamos que a relação de adjacência é um dos exemplos de que a fala ocorre em sequências de ações através de turnos, nos quais os primeiros enunciados orientam os seguintes e apontam para o quão colaborativo e coconstruído é o evento nominalizado conversa, quer seja ela cotidiana ou institucional.

Nesse ponto, entra em questão a relação de adjacência e a regra de relevância, vez que, após uma PPP, é esperado, na SPP, que a fala seguinte seja relevante, i.e., que traga uma resposta possível à PPP proferida. A relevância

condicional, nas palavras de Gago (2005, p. 65), trata, exatamente, da relação entre a PPP e a SPP e, sobretudo, da ocorrência de uma SPP após uma PPP:

“Assim, partindo do princípio de que PPP e SPP são posicionamentos específicos na trajetória sequencial da conversa, podemos formular a regra que, após a ocorrência de uma PPP, torna-se relevante (mas não obrigatória) a ocorrência de uma SPP. A esta relação estabelecida entre PPPs e SPPs denomina-se de *relevância condicional*.”

Embora a relação de adjacência prototípica seja a de dois pares – PPPb e SPPb (em que “b” aponta para os pares de ‘base’) – pode haver expansões dessa sistemática: antes da PPP (pré-expansão), depois dela (expansão inserida), ou depois da SPP (pós-expansão). Em nossa análise dos dados, veremos como entender a sistemática de expansões (pré, pós e inserida) pode contribuir para compreender as narrativas que acontecem sequencialmente após as perguntas do inspetor de polícia.

Dessa forma, destacamos que, quando estamos interagindo com o outro, a adjacência e a relação entre o que é o *esperado*, em termos de respostas que vêm na sequência (ou seja, da relevância condicionada pelas PPPs) são importantes para a interação como um todo. Em nosso caso, muito nos importará entender a relação de adjacência dos pares de Pergunta-Resposta (P-R), os quais fazem parte do trabalho investigativo desempenhado nos interrogatórios policiais.

2.2.4

A institucionalidade da interação, a assimetria entre os participantes e o conceito de tipo de atividade

Quando analisamos uma interação, para além de ser importante observar ‘o que é dito’, devemos levar em consideração também o ‘como alguma coisa é dita, quando e onde’. Nesse sentido, nossas análises não podem deixar de lado a relação entre as histórias contadas, o cenário institucional e o tipo de atividade em curso, os quais restringem e norteiam as formas de discurso possíveis. Estudos realizados em ambiente profissional investigam como as realidades institucionais são evocadas, manipuladas e, por vezes, transformadas na interação (HERITAGE, 1997).

Nesses ambientes, os participantes geralmente estão orientados para as identidades que são relevantes na instituição em que estejam, no nosso caso, os participantes estão orientados para as identidades de suspeito/vítima e inspetor. Essa interação sofre restrições do ambiente institucional, que reduz a variedade de práticas interacionais que poderiam estar disponíveis para os participantes em outros ambientes (DREW & HERITAGE, 1992). Nas palavras de Levinson (1979, p. 393, tradução nossa):

“(...) os tipos de atividade (...) desempenham um papel central no uso da linguagem. Eles fazem isso por dois caminhos especificamente: de um lado, eles restringem o que vai ser considerado como uma contribuição viável para cada atividade e, de outro lado, eles ajudam a determinar como aquilo que é dito vai ser ‘entendido’, ou seja, quais tipos de inferências serão feitas a partir daquilo que é dito. Ambas as questões são de interesse teórico e prático”.

O tipo de atividade (episódio social), então, desempenha um papel central no uso da linguagem e na construção de uma interação, já que é ele que: (a) vai restringir o que pode ser recebido como uma contribuição verbal, podendo deixar de lado quaisquer contribuições que não tenham relação com a interação e (b) vai ajudar a criar inferências sobre como aquilo que foi dito deve/pode ser interpretado. É porque uma dada interação está em um ambiente institucional em específico que alguma ação é aceita como possível, o que contribui para a forma como os outros participantes entendem/inferem significados sobre o que foi dito. Uma das formas de restrição impostas pelo ambiente institucional advém, então, do conceito de tipo de atividade, proposto por Levinson (1979). Em um ambiente como a Delegacia da Mulher, por exemplo, o interrogatório policial pode ser visto como um tipo de atividade de fala específico, que possui uma série de características intrínsecas ele.

Para Drew e Heritage (1992), o contexto de fala institucional deve receber a mesma análise empírica das pesquisas em conversas cotidianas: a conduta dos participantes incluindo suas orientações para identidades locais e específicas, que sublinham a organização de suas atividades (DREW & HERITAGE, 1992). Assim, é por meio da análise das conversas, imersas nesses contextos, que localizamos os mundos sociais dos quais os participantes fazem parte.

Drew e Heritage (1992, traduzidos também em Corona, 2009²²), de modo muito similar ao proposto por Levinson (1979), propõem que:

“a interação institucional envolve uma orientação de pelo menos um participante para alguma meta, tarefa ou identidade fulcral (ou o conjunto delas), convencionalmente associada com a instituição em questão. Em suma, a conversa institucional é normalmente informada por *orientações para metas*, de caráter convencional relativamente restrito.” (CORONA, 2009, p. 16-17, grifos no original)

Ainda, eles propõem que “*a interação institucional pode amiúde envolver limites especiais e particulares quanto àquilo que um ou ambos os participantes vão tratar como contribuições admissíveis ao que está sendo tratado na ordem do dia*” (DREW & HERITAGE, 1992, traduzidos em CORONA, 2009, p. 19) e que a fala institucional pode estar associada a padrões inferenciais e a procedimentos que são particulares em um contexto institucional em específico (DREW & HERITAGE, 1992).

Dessa forma, pode-se dizer que os participantes, nos mais variados ambientes institucionais, orientam suas atividades para metas e tarefas que compõem uma dada instituição e que as identidades profissionais ou institucionais se tornam relevantes para as atividades em que eles engajam-se. As interações institucionais envolvem, então, uma redução na variedade de práticas interacionais disponíveis aos participantes, que são restringidas pelos locais/contextos/ambientes em que elas são estão (DREW & HERITAGE, 1992; LEVINSON, 1979).

Nesse cenário, interessa-nos compreender como inspetor, representante legal da instituição em que geramos nossos dados, orienta e coordena a interação a fim de cumprir seu mandato institucional central (MAYNARD, 1984). De modo esquemático, listamos, a seguir, algumas metas que parecem ser cruciais nos interrogatórios policiais que analisaremos. Essas metas parecem ser relevantes para o trabalho do inspetor, já que ele engaja-se em: (i) uma busca pela verdade/pelos fatos ocorridos; (ii) uma busca pela confissão do suspeito; (iii) uma busca por depoimentos, relatos que esclareçam o crime na perspectiva da vítima;

²² Como o artigo de Corona (2009) revisita, quase que integralmente, o trabalho de Drew e Heritage (1992), resolvemos reproduzir as traduções já realizadas pela pesquisadora ao invés de propormos uma nova tradução.

(iv) uma busca de entendimento sobre o que aconteceu e que possa ajudá-lo a dar andamento ao caso e (v) uma busca por subsídios que consubstanciem o que deve ser apontado no relatório que ele tem de fazer²³.

Nesse ponto, destacamos a questão do poder²⁴. Essa noção ajuda-nos a entender a relação sequencial e de tomada de turnos entre os participantes: quem tem o poder conversacional/institucional seleciona e aloca falantes para um próximo turno, no caso da Delegacia, é o inspetor de polícia quem tem o poder institucional de selecionar quem será o próximo falante, ou seja, aquele que responderá, numa Segunda Parte do Par (SSP), à pergunta (proferida em uma Primeira Parte do Par (PPP)). Esse fator leva a uma assimetria entre os participantes: daquele que traz a ‘voz’ da instituição, ou seja, do profissional em relação à voz do leigo. Aqui, o uso de termos técnicos, bem como a forma pré-alocada dos turnos e a coordenação da atividade como um todo concorrem para marcar, linguística e interacionalmente, a institucionalidade/assimetria da fala que ali se desenvolve.

Em Marques (2009; 2013), desenhamos o formato de ações e de procedimentos inerentes ao trabalho do inspetor na condução dos interrogatórios policiais. Apresentamos que os interrogatórios policiais contam com três fases distintas: (i) a Fase I, em que o inspetor realiza, majoritariamente, a tarefa de solicitação de identificação dos participantes; (ii) a Fase II, em que o inspetor realiza, majoritariamente, a tarefa de leitura do Boletim de Ocorrência (BO) e (iii) a Fase III, em que o inspetor interroga, efetivamente, os participantes por meio de perguntas que estão direcionadas, sobretudo, à tentativa de se apurar o que – no meio jurídico – entende-se pela ‘verdade dos fatos’ e que são organizadas, sequencialmente, em pares adjacentes de Pergunta-Resposta (P-R).

Para Drew & Heritage (1992), há cinco aspectos que diferenciam a conversa cotidiana da conversa institucional, os quais podem ser analisados a fim de se observar a institucionalidade da interação:

(i) a escolha lexical: o tipo de atividade em curso pode ser observado também nas marcas lexicais que os participantes deixam. O uso de termos

²³ Para saber mais a respeito do relatório elaborado pela inspetoria e sobre sua função dentro do inquérito policial, cf. no capítulo 3, seção 3.3.1, especificamente.

²⁴ Destacamos que, embora a AC não aborde questões de poder – apenas de assimetria institucional – pensamos ser pertinente já enfatizar aqui, nesta seção, a relação entre poder e assimetria, a qual será problematizada em nossas análises.

técnicos, por exemplo, indicia o conhecimento do profissional e difere a interação cotidiana da institucional. Uma das formas pelas quais a assimetria entre os participantes fica evidenciada é pelo uso de jargões técnicos, que, geralmente, não são de conhecimento do participante leigo: um médico que usa o termo técnico ‘cefaleia’ em detrimento de ‘dor de cabeça’ coloca em evidência sua *expertise* profissional, bem como ratifica seu “*status de detentor do conhecimento*” (CORONA, 2009, p. 23). Com isso, ele cria, pela linguagem, um distanciamento com seu interlocutor/paciente. De igual modo, também o uso de termos coloquiais no ambiente institucional pode sinalizar, na interação, ações de afiliação e de alinhamento, como por exemplo o uso do vocativo “meu amigo” nos interrogatórios que analisamos indicia uma tentativa de alinhamento entre inspetor e suspeito²⁵.

(ii) a construção dos turnos: o caráter institucional da interação pode ser marcado, também, pela forma como os turnos são construídos, ou seja, pelo modo como os participantes: (a) desempenham ações no turno e (b) realizam as construções verbais no turno. Em um interrogatório policial, por exemplo, os participantes, em turnos de resposta (SPPs), vão construí-los de modos específicos, a fim de atender à solicitação presente no turno anterior. Em suas respostas, vão utilizar uma dada construção verbal, podendo responder de forma direta ou não, com ou sem apresentação de elementos, etc.

(iii) a organização de sequências: o modo como as sequências são organizadas em uma interação permite-nos observar, também, a institucionalidade da fala. Quando em cenários institucionais, os falantes tendem a adaptar o sistema usado na fala cotidiana (reparos, tomadas de turno, mudança de tópicos, etc.). Esse ambiente impõe, como vimos falando, restrições em termos de ações possíveis, um exemplo disso reside na forma pré-alocada dos participantes que podem proferir SPPs em interrogatórios policiais: se na fala cotidiana os participantes podem autosselecionar-se livremente, nos interrogatórios, é o inspetor quem seleciona o próximo falante corrente.

(iv) a organização macroestrutural: o formato formulaico/ a orientação das ações que acontecem em ambientes de interação institucional aponta para a

²⁵ Para conferir mais a respeito de recursos discursivo-interacionais de afiliação, olhar Andrade & Ostermann (2007).

institucionalidade da fala, exatamente, porque o representante da instituição tem metas/tarefas específicas a serem realizadas. É o cumprimento dessas metas, desse mandato institucional (MAYNARD, 1984) que orienta/regula/ norteia as ações que acontecem na interação. Um exemplo disso é a busca pela confissão, a qual orienta grande parte das ações dos inspetores quando estão coordenando um interrogatório policial. É porque eles têm metas específicas que as ações por eles desempenhadas seguem um roteiro pré-estabelecido, regulado pelo próprio ‘fazer’ institucional. Ostermann (2002), analisando dois ambientes de proteção a vítimas de violência doméstica, destaca como as interações nas duas instituições são diferentes, justamente, por cada uma delas ser orientada/moldada por um mandato institucional específico, que condiciona os modos diferentes de conduzir e de fechar as interações.

(v) a epistemologia social e as relações sociais: os aspectos sequenciais e interacionais elencados acima acarretam restrições e norteiam as relações entre os participantes de um dado tipo de atividade institucional. Então, a assimetria entre os participantes, profissional e leigo, é um exemplo de como a fala institucional diferencia-se da cotidiana. Em um ambiente institucional, como o da Delegacia da Mulher, a assimetria entre inspetor e suspeito/vítima é perene: em todos os interrogatórios, a fala desses participantes é marcada pelo poder institucional do inspetor em detrimento dos outros participantes (é inspetor quem pode conduzir a interação, é ele quem aloca próximos falantes, etc.). Esse poder institucional está ligado, também, a questões epistemológicas, tais como as identidades de profissional e de cliente da instituição. Essas identidades impõem certas restrições e responsabilidades, ligadas ao caráter institucional do ambiente onde estão. Elas impactam, de algum modo, nas interações em que aparecem. Dentro dessa perspectiva de ‘olhar’ para a institucionalidade da interação, Drew & Heritage (1992) propõem três possibilidades de análise: (a) olhar para questões relacionadas à estrutura de participação: como cada participante ‘pode’ interagir, como responde, etc.; (b) olhar para quem domina o conhecimento e para como o direito a ter esse conhecimento é gerenciado na interação: como o representante legal mostra seu conhecimento e como, ao leigo, não é possibilitado, de modo explícito, saber sobre, por exemplo, o mandato institucional da interação em curso e (c) olhar para quem tem acesso às rotinas e aos procedimentos intrínsecos à

instituição: é o representante legal quem tem acesso ao mandato institucional e às metas/tarefas ligadas àquele tipo de atividade, em específico. Isso restringe a participação do leigo, que deve nortear-se pela condução do profissional. O participante leigo tem, geralmente, um conhecimento restrito da rotina, das fases de um tipo de atividade profissional, ainda mais se ele nunca tiver participado dela: a título de exemplo, imagine um réu que nunca tenha participado de um tribunal, ele, possivelmente, desconhecerá procedimentos inerentes a esse tipo de audiência.

Segundo Heritage (1997), há dois tipos de pesquisas conversacionais na atualidade, que se sobrepõem de várias formas, mas que se distinguem quanto ao foco: enquanto o primeiro tipo examina a instituição social da interação como uma entidade em si mesma, o segundo tipo de pesquisa examina o gerenciamento/manejo dessas instituições sociais nas interações. Nesta tese, tratamos, especificamente, de como a Fase III, na qual o inspetor interroga os participantes (MARQUES, 2009; 2013), organiza-se, observando como a relação de pares de P-R pode nos ajudar no entendimento de quais metas/tarefas institucionais são tornadas relevantes pelo inspetor na condução dos interrogatórios que analisaremos.

Destacamos, mediante os estudos que apresentamos, que a interação institucional está permeada por marcas que a distinguem da conversa cotidiana. Essas marcas, que se tornam visíveis não apenas pelo uso dos jargões técnicos, estão ligadas ao caráter institucional. Elas relacionam-se à realização de metas/tarefas intrínsecas à instituição e ao mandato institucional em curso. Também, as identidades institucionais imprimem certas restrições, tanto em termos de assimetria de participação, quanto de poder, já que se trata da relação entre o profissional e o leigo; entre aquele que detém o conhecimento das rotinas e dos procedimentos, com aquele que não; entre aquele que coordena, de modo deliberado e perene, algum tipo de atividade profissional, daquele que é participante dele.

2.2.5

A confissão, o trabalho narrativo nos interrogatórios policiais e a diferenciação entre eventos narrado vs narrativo

Em um ambiente institucional, como o da Delegacia da Mulher, no qual se deve apurar casos de violência doméstica, a confissão ganha destaque: é também por meio dela que o inspetor de polícia busca materializar ações criminosas.

No cenário jurídico, confessar significa “*ato de assumir a responsabilidade penal de um fato delituoso*” (NAGIMA, 2012, s/p) ou ainda, melhor caracterizado, a confissão:

“É a admissão por parte do suposto autor da infração de *atos que lhe são atribuídos e que lhe são desfavoráveis*. (...) *Confessar é reconhecer a autoria da imputação ou dos fatos objeto da investigação preliminar por aquele que está no polo passivo da persecução penal.*” (TÁVORA & ANTONNI, 2009 *apud* NAGIMA, 2012, s/p, grifos nossos).

Nesta tese, relacionamos confissão (no sentido trazido acima de reconhecimento de autoria) e (des)atribuição da responsabilidade, vez que, nos interrogatórios policiais em análise, importa-nos olhar para a relação entre *aquilo* que é interacional e discursivamente coconstruído (e que converge para uma tentativa de mitigação da culpa) e o cenário institucional-penal no qual a atribuição de quem é responsável pelo crime é investigada.

A confissão, segundo Shuy (1998), é feita de forma indireta pela reconstrução de pedaços do crime. Essa reconstrução acontece na sequência de pares de Perguntas-Respostas (P-R) (SHUY, 1998; MARQUES, 2008; 2009; 2013): “*confissões muitas vezes são formatadas por agentes da lei por meio de um interrogatório. Pedaços do crime são extraídos um a um, em forma de perguntas e respostas*” (SHUY, 1998, p. 9).

Então, é por meio da interação entre profissional e suspeito/vítima que a história do possível crime é contada e empacotada como resposta viável (ou não) para a resolução do crime/delito, no formato formulaico de P-R:

“Confissões são construídas dialogicamente, elas trazem a marca não só do suspeito, mas também do interrogador, e o produto final deve ser analisado sob essa ótica. Tal construção dialógica conduz, inevitavelmente, a questões sobre o que realmente foi confessado versus o que foi admitido, por exemplo. Um suspeito, por um lado, pode admitir certas coisas que, em sua mente pelo menos,

não o incriminam como suspeito do crime. O interrogador, por outro lado, pode ligar diretamente essas admissões ao crime [em análise].” (SHUY, 1998, p. 9, tradução nossa).

Dentro desse processo de coconstrução, as histórias dizem muito mais do que apenas responder pontualmente a uma primeira parte do par (PPP) adjacente de pergunta²⁶: e é dessa perspectiva narrativa que nossa tese tratará, do modo como os participantes contam as suas histórias e a forma como elas são constitutivas do tipo de atividade em questão – interrogatório policial – e de como, na sistemática de perguntar-e-responder, as confissões podem conarrativamente emergir. A esse respeito, Shuy (1998) destaca que as confissões podem levar os suspeitos a dois caminhos paralelos, ou a se revelarem ou a se autoengrandecerem:

“Assim como há duas maneiras principais de mentira - ocultação e falsificação - há dois caminhos paralelos para se confessar: revelar ou se autoengrandecer. (...) Como com a mentira, a ocultação é preferida, porque deixa de fora os atos mais hediondos ou repreensíveis que foram cometidos. Interrogadores de polícia que tratam de suspeitos criminosos estão bastante familiarizados com essas estratégias e suas tarefas são as de construir uma resolução para o crime através dessas pequenas confissões” (SHUY, 1998, p.6).

O ponto levantado acima por Shuy (1998) ajuda-nos na compreensão dos movimentos narrativo-identitários dos participantes: é através do autoengrandecimento – das construções identitárias com atributos sociais positivos para seus *selves* – que suspeitos constroem seus depoimentos nos interrogatórios que analisaremos nesta tese. Também, como veremos em nossas análises, é por meio das histórias que as confissões aparecem. Nesse cenário, importa-nos analisar ‘o que’ os participantes controem narrativamente, já que um dos caminhos para o autoengrandecimento é realizado por meio da construção de identidades.

Em um estudo de cunho linguístico, Watson (1990) analisou interrogatórios de homicídio. Neles, similar ao estudo de Shuy (1998), ele mostrou como as confissões são eliciadas. Valendo-se dos pressupostos teóricos da Análise da Conversa (AC), Watson analisou gravações, em vídeo, de interrogatórios policiais de dois suspeitos de terem cometido assassinatos em uma cidade norte-americana. Nesse estudo, ele destacou o uso de dispositivos de

²⁶ Cf., no capítulo 2, desta tese, a seção 2.2.3, que trata da relação de adjacência e da organização sequencial nos interrogatórios policiais.

persuasão usados por interrogadores a fim de induzir a confissão por parte dos suspeitos: ao perguntar “Nós *sabemos* que X”, ao invés de usar verbos como “crer”, “pensar” ou “supor”, os policiais criaram uma preferência pela confirmação: segundo as análises de Watson (1990), esses tipos de alegações – usadas mesmo quando os policiais não tinham certeza ou quando estavam baseados em um ‘palpite’ apenas – pareceu exigir que os suspeitos fornecessem informações mais detalhadas, baseadas na alegação embutida nas perguntas. Isso porque a alegação/afirmação contida na pergunta inviabiliza uma resposta do tipo ‘sim/não’, ela parece exigir explicações mais detalhadas a fim de desconstruir a factualidade expressa por “sabemos”. Os suspeitos, segundo Watson, não encaram esse tipo de pergunta como mentira, porque acreditam que a inspetoria possa ter coletado provas testemunhais ou físicas para respaldar o uso desse verbo e não de outro.

De modo convergente, segundo Shuy (1998), o objetivo dos interrogatórios é o de obter a confissão. O autor trata da questão da confissão e das formas linguísticas, das perguntas e dos modos interacionais para se obtê-la: ele analisa casos judiciais a fim de observar como a polícia chega às confissões e como os profissionais atuam nesses ambientes. Para isso, Shuy (1998) elenca quatro características prototípicas sobre a confissão:

- (i) a primeira delas está relacionada à temporalidade, a confissão é um ato de fala do tipo pós-evento, porque ela olha para o passado. A confissão, portanto, exige (ou, ao menos, deveria exigir) a recordação explícita e factual de um evento que já tenha acontecido;
- (ii) a segunda característica prototípica dos atos de fala de confissão é que o confessor tem três noções: (a) a de que fez algo de errado em relação a um conjunto de normas, (b) a de que a pessoa para quem ele está confessando também compartilha essas normas e (c) a de que a pessoa para quem ele está confessando está em uma posição de autoridade, passível de puni-lo;
- (iii) a terceira característica prototípica é a de que as confissões comprometem o confessor com a verdade do que ele diz, mesmo

que não seja ‘verdade’. A confissão, portanto, se encaixa nos atos de fala comissivos, que são aqueles nos quais o falante está comprometido com o curso de ação expresso em sua fala. Conforme nossa tese buscará observar, a própria noção de verdade, em termos narrativos, está ligada à (re)construção do ‘vivido’, sem que haja relação referencial explícita entre o evento narrado e a realidade²⁷ e

- (iv) a quarta característica prototípica da confissão é a de que ela está baseada naquilo que o falante acredita ser uma informação nova para o ouvinte. Em nosso caso, para aquilo que o suspeito acredita que seja uma informação nova e relevante para o inspetor de polícia. A confissão ganha dramaticidade à medida que novos tópicos vão sendo introduzidos e ‘resolvidos’ na interação entre os interlocutores.

Das características elencadas acima, destacamos a relação entre o evento narrado e o narrativo: os participantes, quando contam as suas histórias (evento narrado, ou seja, os eventos do mundo da história) no ambiente legal da Delegacia, não se distanciam dos efeitos jurídico-penais do evento narrativo (contexto sócio-cultural em que a história é contada), pois sabem que as perguntas que o inspetor faz ‘devem’ ser respondidas e que ele tem, como uma de suas tarefas, o objetivo de coletar os depoimentos/versões ou até mesmo de fazê-los confessar. Essa diferenciação, proposta por Bauman (1977), entre o evento narrativo (a situação discursiva da sua narração) e o evento narrado (as palavras e ações que nele são relatadas) é um dos princípios organizadores da etnografia da performance. Esses termos são usados para designar um segmento limitado e culturalmente definido do comportamento e da experiência, que constitui um contexto significativo para a ação. Isso porque, nas narrativas orais – ou seja, nas performances narrativas orais – o tempo e o espaço do narrador encontram-se com o tempo e o espaço da audiência, da plateia (GOFFMAN, 1974), propiciando uma

²⁷ Para saber mais a esse respeito, cf. capítulo 2, desta tese, seção 2.1.5, que trata da abordagem construcionista que adotamos.

interação e uma troca de experiências que estão, no aqui-e-agora, sendo compartilhadas (BAUMAN, 1977; SARANGI, 2006).

Os eventos narrativos estão ligados, então, à natureza situada da narrativa e é a partir do contexto que podemos entender os eventos narrados: o contexto é relevante para entender se a narrativa contada está se prestando a justificar ações e demandas, se está revelando acordos e tensões e, nesse processo todo, é relevante para entender como as identidades estão sendo indexadas em um dado evento narrativo.

É nessa perspectiva que a confissão, que acontece nos interrogatórios que analisaremos, serão vistas. Isso porque, nesta tese, objetivamos observar as histórias e as identidades que são contadas na Delegacia de modo muito focal, já que as pessoas que atuam nesse ambiente institucional aprendem, reproduzem e ‘fazem sentido’ de suas ações também por meio delas.

Em nossa tese, defendemos, também, a ideia de que as confissões são empacotadas em narrativas, contadas como respostas às perguntas feitas pelo inspetor nos interrogatórios policiais. As confissões, assim, não reportam para ‘coisas’ que o participante tenha feito ou que tenha pensado em fazer – numa relação referencial narrativa/verdade – mas para as histórias que ele conta, nas quais tem a oportunidade de (re)construir sua versão da história, as personagens que participam dela e a si mesmo. Nesse processo, ele constrói-se como alguém que corta, seleciona, performatiza e edita ações conforme sua deliberação. Ainda, nesta tese, buscaremos mostrar como uma análise narrativa revela-se como uma ferramenta crucial para entender como, discursiva e interacionalmente, suspeitos podem empacotar suas confissões. Nesse cenário, como nossas análises mostrarão, entender como, sequencial e narrativamente, a confissão é feita importa muito para o trabalho institucional de materializar e de apurar crimes.

2.2.6

A (des)atribuição de responsabilidade, a questão da Agência e de *account* (explicação/prestação de contas)

Nesta seção relacionamos como, narrativamente, os participantes – suspeitos e também vítimas – buscam mitigar suas culpas por meio da

(des)atribuição da responsabilidade e da agência ao construir narrativas-*accounts*, que se prestam a justificar ações nos interrogatórios policiais.

Quando se conta uma história, ela pode ter como um de seus objetivos principais explicar algo, deixar claro quem fez *o que* e *como* o fez no mundo da narrativa. As explicações, “*accounts*”, segundo Scott e Lyman (1968), podem ser respostas verbais direcionadas ao outro. Elas têm como uma de suas finalidades proteger a interação social das consequências perturbadoras que eventos problemáticos possam causar, mantendo o equilíbrio social entre os participantes. Mediante a isso, os *accounts* (explicações/prestações de contas), empacotados em episódios narrativos, podem constituir-se como uma ‘resposta’ a uma conduta problemática. Nesse cenário, as histórias – e a função explicativa nelas contida (que nesta tese estamos chamando de narrativas-*accounts*) – constituem-se como tentativas de explicar eventos, aparentemente inconvenientes ou incomuns, ou, ainda, servem para tentar minimizar a responsabilidade dos atores responsáveis por eles.

De modo semelhante, Labov (2013) também destaca o caráter de prestação de contas/explicação/*account* que as narrativas podem assumir. Nesse contexto, em uma revisão de seu modelo, ele amplifica o conceito de narrativa e conceitua-a como:

(...) uma prestação de contas ou uma explicação dos eventos mais reportáveis, os quais maximizam o interesse do narrador ou, para ser mais genérico, desenvolvem totalmente o ponto de vista do narrador na explicação de como esse evento surgiu. (LABOV, 2013, p. 42, tradução nossa).

Com essa conceituação, Labov (2013) focaliza a figura do narrador no mundo da narrativa. É também nesse sentido que nossa tese buscará analisar as histórias contadas nos interrogatórios em análise: no entendimento de que elas, para além de trazer o relato dos eventos reportáveis, trazem, também, o ponto de vista e a perspectiva daquele que as conta, as performatiza.

Aliamos, nesta tese, à função explicativa (de *accountability*, de prestação de contas) das narrativas, a noção de atribuição de responsabilidade. Pomerantz (1978) destaca que uma das formas de se atribuir responsabilidade para o outro, isentando-se a si mesmo, reside em enquadrar uma ação criminosa como resultado de uma ação anterior. Assim, trazendo para a realidade de nossos dados, um

"*incidente infeliz*", na terminologia de Pomerantz, é desencadeado não pela vontade e pela deliberação do narrador, mas sim porque uma ação anterior de outra personagem foi realizada. Nossas análises, então, buscarão ver como a confissão e os relatos podem aparecer, narrativamente, no eixo da ação-reação, em que o crime/ "*incidente feliz*" é justificado como resultado (reação) de uma ação anterior que o desencadeia, sendo dado, nos interrogatórios, como uma forma de 'explicar' algum 'evento problemático'.

Dentro do mundo de contar histórias, destacamos também a relação entre o discurso reportado e a agentividade. Em um ambiente como o da Delegacia da Mulher, responder a questões como: 'o suspeito tinha consciência de sua agência?' e "*o que pode significar um ato ser consciente, intencional ou efetivo?*" torna-se relevante (AHEARN, 2001, p.113, tradução nossa). Isso porque responder a essas questões fomenta a reflexão sobre a noção de agência – quem fez o quê? A noção de agência, então, envolve motivação, responsabilidade, expectativas de reconhecimento ou de recompensa (AHEARN, 2001).

Nesta tese, focalizamos as implicações que a noção de agência traz para as características de causalidade e de ação, já que, como Ahearn (2001, p. 112) destaca: "*agência refere-se ao sociocultural mediado pela capacidade de agir*". Nesse ponto, importa-nos analisar, por meio das ações sequenciais, como os participantes 'agem' por meio 'da' e 'na' linguagem: é porque narradores escolhem dar 'voz' às suas personagens, sob suas próprias perspectivas, que elas 'ganham vida', 'agem' na narrativa. Assim, destacaremos, em nossas análises, como, ao produzir histórias com discurso reportado, os narradores constroem um espaço de fala narrada no qual certas ações e certas personagens são destacadas. Veremos, com isso, como eles projetam interpretações particulares sobre 'o que' aconteceu e sobre 'quem' fez o 'que'. É, exatamente, por essa via que o estudo dos discursos reportados na narrativa mostra-se como um espaço para estudar a agentividade dos discursos construídos narrativamente (DE FINA, 2003).

Essa perspectiva de atrelar discurso reportado à agentividade, a nosso ver, não se distancia da proposta de Ahearn (2001) acerca de agência, apenas coloca em foco uma outra possibilidade: não apenas o próprio falante sinaliza, *pela* e *na* interação, sua agência. Quando um narrador conta uma história e confere agentividade ao outro por meio de discurso reportado, ele constrói para o outro

um quadro de agência, independente do livre-arbítrio e da vontade daquele que é construído, narrativa e avaliativamente, como tal.

De modo semelhante, recortamos a função avaliativa, proposta por Labov (2013), a fim de mostrar que, também na sequenciação e no encadeamento das ações de uma história as noções de atribuição de responsabilidade e de agência podem residir. Relacionada à noção de narrativa mínima, definida por Labov (1972; 2013), que é aquela em que há, minimamente, duas orações narrativas, ligadas entre si por uma sequência temporal ou por uma “*sequência de duas orações independentes*” (LABOV, 2013, p.15, tradução nossa), como em: “*Eu bati nele. Ele bateu em mim*” (*Ibidem*), Labov (2013) destaca a função avaliativa da narrativa. Nesse contexto, a junção temporal (*temporal juncture*, p. 15) funciona como uma forma não só de reconstruir a sequência em que as ações ocorrem (ou supõe-se que tenham ocorrido), mas também de mostrar quem fez ‘o que’ e ‘depois’ de quem. Aqui, questões como agência e atribuição de responsabilidade são relevantes: se invertermos a ordem oracional das ações, narrativamente, contadas “Ele me bateu, eu bati nele”, esse “eu”, enquanto narrador, mitiga sua agentividade e sua responsabilidade frente à ação, já que ele passa de *agente*, a *reagente*. É interessante notar como esta é uma marca avaliativa ligada ao ordenamento das ações tornadas relevantes na própria sequência da história, ou seja, na ordem em que uma dada ação aparece. É também nesse sentido que a mitigação da culpa e a (des)atribuição da responsabilidade²⁸/agência serão vistas nesta tese: nos modos avaliativos que os participantes têm de reordenar e de reposicionar ações no curso da narrativa a fim de construírem-se como reagentes em ações desencadeadas anteriormente por outra personagem.

Em outras palavras, é também através do recurso narrativo de reposicionar/reordenar ações, mitigar a culpa (des)atribuindo a responsabilidade para o outro (eixo ação/reação) que os narradores *podem* conseguir, nas histórias que contam, reconstruir os fatos, posicionando-os não como fatos/ações, fruto de sua vontade/deliberação, mas sim como uma ação não deliberada, na qual o

²⁸ Esse termo – (des)atribuição – extrapola a nomenclatura proposta, inicialmente, por Pomerantz (1978) e está sendo usado por nós, nesta tese, por melhor enfatizar o trabalho interacional de desconstrução das agentividades/responsabilidades dos participantes nos interrogatórios policiais que serão analisados.

narrador não escolhe, ele é ‘compelido’ a fazer determinada ação em virtude de tentar defender-se (ou de tentar realizar outras ações semelhantes) num espaço discursivo-interacional no qual ele não se constrói como agente, mas que, ao contrário, ele se constrói como aquele que ‘teve’ de reagir frente a uma ação (ou ações) desencadeada(s) num momento cronológico/narrativo anterior.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, DELEGACIAS DA MULHER E INTERROGATÓRIOS POLICIAIS

Neste capítulo, trataremos de questões relativas ao contexto de nossos dados de análise. Para isso, ele será dividido em três seções. Na primeira delas, trataremos estudos que tratam da violência contra a mulher (e também desse tipo de crime, especificamente, no Brasil), relacionando-o a uma sociedade de base patriarcal.

Na segunda seção, falaremos sobre o cenário de proteção que as vítimas de violência doméstica dispõem no Brasil. Para isso, apresentaremos o ambiente da Delegacia da Mulher, aspectos organizacionais relevantes desse ambiente e também a legislação que regula o tema no Brasil – a Lei Maria da Penha.

Na terceira e última seção, apresentaremos os interrogatórios policiais, situando-os dentro do trabalho investigativo que ocorre no momento de inquérito policial. Ainda, trataremos conceitos sobre os interrogatórios dentro de outras perspectivas teórico-metodológicas, tais como as do Direito, da Antropologia e da Sociologia, para além de estudos de cunho linguístico.

3.1

A violência contra a mulher e algumas problematizações

O conceito de violência está ligado a contingências históricas, a questões e a problemas sociais (MINAYO, 2006). No que tange à violência contra a mulher, os impactos de uma sociedade brasileira contemporânea altamente violenta podem ser observados, por exemplo, em pesquisas quantitativas sobre o tema. Em relação à violência cometida entre familiares²⁹, por exemplo, pesquisas³⁰ apontam que

²⁹ Para ter acesso às pesquisas realizadas sobre o tema, conferir em: <http://www.sepm.gov.br/nucleo/dado>.

³⁰ Para ter acesso a pesquisas mais atuais sobre o tema, acesse: <http://oglobo.globo.com/rio/relatorio-anual-do-isp-mostra-que-indices-de-violencia-contra-mulher-seguem-elevados-13690680>

- i. 11% das brasileiras com 15 anos ou mais já foram vítimas de espancamentos cometidos, em 56% dos casos, por seus próprios maridos ou companheiros³¹;
- ii. 63% das vítimas de violência no espaço doméstico são mulheres³²;
- iii. o tipo de registro que aparece em maior número relata a violência física contra a mulher e varia entre lesão corporal leve, grave ou gravíssima, tentativa de homicídio e homicídio consumado. Foram 63.838 casos em 2010, 45.953 em 2011 e 26.939 até julho de 2012³³;
- iv. a maioria das pessoas não confia na proteção jurídica e policial à mulher vítima de agressão;
- v. as questões culturais e o álcool estão por trás da violência cometida contra a mulher e
- vi. com medo de morrer, as mulheres não abandonam seus agressores³⁴.

A conscientização de serem crimes a violência doméstica e a lesão corporal contra as mulheres foi fortalecida com a criação das delegacias especiais em defesa da mulher³⁵. Assim, se antes as questões relativas ao campo domiciliar eram consideradas privadas, com a atuação das delegacias, o combate à violência contra a mulher passou a ser exercido em instâncias públicas.

Nesse sentido, a mulher agredida – moral, física ou psicologicamente – pode acionar o trabalho investigativo e de repressão à violência por meio da realização de um Boletim de Ocorrência (BO), o qual é, geralmente, expedido por um policial civil ou militar convocado a comparecer no local do crime. Essa

³¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/mulher/especial.html>. Acesso em: 29 out. 2012.

³² Disponível em: <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=691>. Acesso em: 29 out. 2012.

³³ Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/2822-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

³⁴ Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/nucleo/dados/pesquisa-avon-violencia-domestica-2009.pdf>. Acesso em: 29 out. 2012.

³⁵ As delegacias em defesa da mulher recebem diferentes nomes nos estados brasileiros. Em São Paulo, é chamada de Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e, na delegacia onde nossos dados foram gerados, Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher (DRCCM).

convocação pode ser realizada pessoalmente, em um posto policial, ou por meio de chamadas telefônicas.

De posse do BO, os agentes das Delegacias podem dar abertura ao inquérito policial, que é instaurado quando as partes envolvidas no crime/delito são chamadas à Delegacia para prestarem depoimentos. O teor desses depoimentos é analisado pelos policiais responsáveis³⁶ pelo caso, para que as medidas necessárias sejam tomadas (ANDRADE; OSTERMANN, 2007).

Após o interrogatório, é confeccionado um relatório em que o policial registra suas impressões coletadas na interação e aponta provas, caso haja, como fotografias, exame de corpo de delito, mensagens de texto provenientes de telefones móveis ou de páginas da internet, bem como as confissões, etc. Esse relatório contribui para a continuação do caso. O processo é, então, encaminhado ao delegado do distrito policial, e, depois de analisado, direcionado ao judiciário.

Como mencionado, no momento do interrogatório, há uma tentativa de ‘busca da verdade’³⁷ e essa busca processa-se por meio da tentativa de coletar confissões e depoimentos sobre o crime em pauta. Conforme nossas análises buscarão mostrar, essas confissões e depoimentos emergem, sobretudo, nas histórias que os participantes contam durante esse encontro.

O interrogatório policial, então, é um dos momentos em que há a realização de atividades investigativas, ou seja, de busca de provas de que a violência reclamada foi, efetivamente, cometida e configura-se como um crime.

3.1.1

Alguns aspectos sobre a violência contra a mulher

Em uma pesquisa sobre a violência de homens contra as mulheres, Hearn (1998) destaca que ela é entendida como uma primeira forma de exercício do poder. Nesse cenário, a violência do homem contra a mulher pode ser ignorada, aceita ou condenada. Para ele, esse tipo de violência configura-se como uma

³⁶ Na Delegacia em que geramos nossos dados, apenas a delegada era uma mulher, os inspetores de polícia, incluindo aquele que aparece em nossos dados, são homens.

³⁷ Destacamos que não é nosso objetivo discutir a questão ‘do que seja ou não verdade’, o que nos importará é analisar como, interacional e discursivamente, as identidades são narrativamente construídas no interrogatório policial. Cf. mais a esse respeito no capítulo 2, que trata da Narrativa, Interação e Contexto Institucional, especificamente na seção 2.1.5.

espécie de tabu legitimado, no qual as agressões cometidas por homens contra as mulheres são, por vezes, consideradas como vergonhosas, como um sinal de inadequação dos homens, como uma perda do controle de si mesmos ou como uma forma de controlar a mulher e o corpo dela.

Hearn (1998) elenca três tipos principais de explicações para entender as causas das violências cometidas contra as mulheres:

- (i) Explicação biológica sobre a violência do homem contra a mulher: a violência é posta no sentido de algo ‘natural’. O homem é visto como ‘naturalmente’ agressivo e a violência, nesse cenário, é tida como ‘naturalmente’ associada ao homem. Essa justificativa tem suas bases na relação biológica do ‘instinto’, da territorialidade, do tamanho físico e das diferenças cromossômicas e hormonais entre homens e mulheres.
- (ii) Explicação crítica, de cunho social: essa vertente critica as explicações biológicas, baseadas na corporeidade. As explicações críticas dizem respeito, sobretudo, ao fato de que as explicações biológicas negligenciam as questões sociais e culturais, como o poder, a questão histórica e a moralidade.
- (iii) Explicação psicológica/psicanalítica: a violência cometida contra as mulheres reside na mente, nos processos mentais que transcendem sexo/gênero ou a natureza masculino/feminino.

Dentre essas explicações, a perspectiva crítica, levantada nas ciências sociais e em alguns discursos profissionais, localiza violência como algo mais integrado, que abarca as questões sociais, as leis e os direitos civis. Nesse sentido, a violência do homem contra a mulher é fruto de instâncias ‘sociais’ ao invés de ‘naturais’.

Para Hearn (1998, p. 20, tradução nossa),

a violência é construída como uma derivação de causas sociais ou como algo suscetível às intervenções sociais ou em termos de seus efeitos no longo prazo. Em outras palavras, (...) existe uma fuga significativa que constrói violência como algo em si mesmo, em vez de concebê-la como resultado de coisas que a antecedem ou a precedem. Dentro dos discursos sociais, a violência do homem contra a mulher é construída como parcial, ampla ou totalmente social em sua origem, em sua forma, em seu conteúdo, em seus impactos, em seus efeitos e em seus traços. Há um número variado de dimensões que podem ser usadas para categorizar esse fator social da violência do homem contra a mulher. Essas dimensões incluem variações entre o individual, o grupal/familiar e a sociedade, o antifeminismo e o pró-feminismo e as tradições disciplinares e profissionais.

O autor destaca que algumas teorias e análises sobre a violência são centradas em debates sobre a própria natureza do ‘social’, na relação entre o indivíduo e a sociedade, na ordem e nos conflitos sociais, no corpo e na mente, no interno e no externo e, acima de tudo, no lugar da ‘violência’ no ‘social’.

De modo semelhante, nesta tese, afiliamo-nos à perspectiva crítica das ciências sociais, já que entendemos que a violência contra a mulher deva ser compreendida como um problema social, no qual estão imbricados fatores multifacetados, que abarcam, por exemplo, a questão entre o que significa ser homem e ser mulher na sociedade brasileira contemporânea e também questões relativas à dominação (homem)/subordinação (mulher) e a fatores de natureza socioeconômica, os quais podem levar à dependência financeira e emocional desta em relação àquele.

3.1.2

A violência contra a mulher no Brasil: uma sociedade patriarcal

Nesta seção, discutiremos sobre a violência doméstica e, em especial, sobre a violência cometida contra a mulher no cenário brasileiro. Para isso, apresentaremos algumas pesquisas de cunho sociológico realizadas sobre essa temática.

O reconhecimento de que a violência cometida contra a mulher extrapola o ambiente ‘doméstico e privado’ é recente no Brasil. Esse tipo de violência tem recebido projeção e tem feito com que as pessoas encarem-no como um problema social. A discussão acerca do tema aponta para questões como preconceito, discriminação e abuso de poder numa sociedade patriarcal, como a brasileira.

A ‘naturalização’ da agressão cometida contra a mulher, o silenciamento, a vergonha e a submissão feminina são fatores que impediram (e impedem) que muitas vítimas conseguissem (e consigam) sair de uma relação conflituosa e violenta (RITT, 2010; SILVA, 2010, COSTA *et.al.*, 2010). O “pacto de silêncio” que envolve vítimas, agressores e vizinhança contribui para a manutenção das relações abusivas (COSTA *et.al.*, 2010) e dificultam as ações de punição oferecidas pelo Estado.

No Brasil, o paradigma dominante é de matriz patriarcal, baseado em acontecimentos histórico-culturais nos quais as mulheres são (foram) colocadas em um lugar de inferioridade (NEGRÃO, 2004). A respeito do termo patriarcal, Muraro e Boff (2002) destacam que ele deve ser entendido como uma estrutura complexa, que envolve vários fatores sociais:

o patriarcado não pode ser entendido apenas como dominação binária macho-fêmea, mas como uma complexa estrutura política piramidal de dominação e hierarquização, estrutura estratificada por gênero, raça, classe, religião e outras formas de dominação de uma parte sobre outra. (MURARO & BOFF, 2002, p. 55).

Diante desse complexo quadro que envolve a matriz patriarcal da sociedade brasileira, as relações de gênero são conflitivas e desumanizadoras para as mulheres (NEGRÃO, 2004) na sociedade brasileira. Exemplos dessa realidade podem ser vistos em pesquisas e notícias sobre o tema³⁸.

O ponto nevrálgico que dificulta e que singulariza a violência doméstica é o caráter inerentemente ‘privado’ no qual a agressão ocorre (COSTA *et.al.*, 2010). A esse respeito, Costa *et.al.* (2010) destacam:

O que distingue o momento atual é que essa violência se constitui como um campo particular de intervenções, debates e reflexões, uma nova fonte de normatividade, nova arena de formação de subjetividades. Essa violência, agora problematizada, passa a se destacar entre os temas sociais de maior relevância e se amplia de tal forma que incorpora (na prática ou no debate que suscita) atitudes até então aceitas ou toleradas, ganhando, com isso, novos contornos e diferentes sentidos aos olhos dos especialistas e da comunidade. (p.131).

Um ponto importante destacado por Soares é que novas normatividades são criadas: crenças naturalizadas e essencializadas são sobrepostas. Os Estados, que antes ignoravam o problema, têm aceitado o fato de que são responsáveis por esses crimes e pela prevenção deles. Essa responsabilização foi reforçada por cobranças sociais para a preservação dos direitos humanos e para a igualdade entre mulheres e homens (STREY *at al.*, 2004).

O Brasil, enquanto Estado Democrático de Direitos (art. 1º da Constituição Brasileira (CB), de 1988), tem como uma de suas premissas garantir a dignidade humana (III, da CB) e tem como objetivo fundamental promover o bem a todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, bem como quaisquer outras

³⁸ Para saber mais, cf. <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/08/divulgado-relatorio-final-sobre-a-violencia-contra-a-mulher-no-brasil>

formas de discriminação (IV, da CB). Desde a década de 80 – e por força dos movimentos sociais ligados, sobretudo, à problemática de gênero – o Brasil passou a fazer parte de uma série de tratados internacionais que versam sobre a violência doméstica: a “Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher”, em 1984 e a Declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1992, são exemplos. Essa participação brasileira nos tratados internacionais é reflexo de uma série de denúncias encaminhadas às Organização das Nações Unidas (ONU), como também é reflexo de campanhas internacionais realizadas junto aos governos (NEGRÃO, 2004).

Evitando uma abordagem simplista sobre o tema e sobre sua resolução, apresentamos, abaixo, alguns dos fatores imbricados nas relações conflituosas e agressivas que compõem o quadro de violência contra a mulher no Brasil:

- (i) A dominação masculina,
- (ii) As relações de poder,
- (iii) As condições materiais das vítimas e de seus agressores,
- (iv) O imaginário do senso comum sobre quais sejam as ‘obrigações’ da mulher no casamento e
- (v) A ineficiência do Estado (através de suas instâncias policiais, jurídicas e penais).

Esses fatores podem ser apontados como cruciais na problemática que é privada e pública, ao mesmo tempo. A respeito da esfera privada, alguns aspectos participam dessa delicada ligação entre afetividade/família/violência. Dentre esses aspectos, destacamos as relações afetivas e sexuais entre cônjuges, o funcionamento doméstico, suas sistematicidades em termos de direitos e deveres e o modo como se dá a organização da vida cotidiana.

Segundo Brandão (2004), a violência contra a mulher deve ser tratada na perspectiva *“da cidadania, da afirmação dos direitos da mulher, da equidade entre gêneros em diferentes esferas sociais: no mercado de trabalho, na família, na política, etc.”* (p.86)

Em Strey (2004, p. 35) são apontadas algumas diretrizes para confrontar a violência doméstica no discurso e na prática:

- (i) Entender a violência como um tema de direitos humanos;

- (ii) Entender casos individuais de violência desde uma dimensão social, cultural, legal e psicológica;
- (iii) Gerar atividades preventivas e educacionais dirigidas aos homens e às questões das estruturas tradicionais do poder e privilégios masculinos;
- (iv) Gerar atividades preventivas e educacionais dirigidas aos homens de todas as idades para serem mais responsáveis em termos de paternidade e cuidado doméstico;
- (v) Coletar e disseminar dados que possam ser usados como uma ferramenta de informação;
- (vi) Assegurar a complementariedade e a coordenação de estratégias para prevenir a violência contra as mulheres pelo Estado, pelos movimentos de mulheres e pelas organizações masculinas.

Os aspectos levantados acima são propostas de ações que enxergam o problema da violência contra a mulher como uma violência de gênero, abordando questões de cunho político e social.

É também nessa perspectiva que esta tese entende a violência contra a mulher e seu enfrentamento. É necessário que as políticas públicas, bem como os órgãos que atuam na defesa desse tipo de violência estejam atentos para o caráter multifacetado que ele tem. Isso porque a violência contra a mulher extrapola a relação identitária entre marido/esposa: ela encontra ecos na própria matriz patriarcal e na perspectiva de gênero que (retro)alimenta e reitera como é ser (e o que se espera do que seja ser) mulher/esposa no Brasil. Nesse sentido, (des)naturalizar ações *consideradas típicas* das identidades de mãe/esposa; pai/marido e afins pode ser um dos meios pelos quais os ambientes institucionais jurídicos tenham para atuarem em defesa da vítima. Levando, com isso, à resolução de crimes domésticos, à não-legitimação e ao não-empoderamento das estruturas vigentes de poder hegemônico masculino e de patriarcado que tendem a relativizar, a desempoderar e a desacreditar vítimas/mães/esposas.

3.2

O cenário de proteção à violência doméstica no Brasil e as funções policial e social das Delegacias da Mulher

No Brasil, os trabalhos investigativos e de punição da violência doméstica são coordenados pelas Delegacias da Mulher.

Segundo Marcella Oliveira (2006), foi no final dos anos 70 e início dos anos 80 que as Delegacias da Mulher começaram a ser implantadas. A publicação de homicídios femininos, a contínua absolvição dos réus e os movimentos feministas compuseram um cenário sócio-político importante para pressionar o Estado a implementar políticas de proteção à mulher.

As Delegacias especiais para as mulheres se configuram, assim, como um resultado da ação de movimentos feministas, aliados à percepção, por parte do Estado, de que os problemas originados nas famílias estariam saindo do âmbito domiciliar, atingindo os direitos básicos, constituídos por lei. Esses movimentos feministas no Brasil, de acordo com Machado (2003), estariam ligados à defesa dos direitos das mulheres, à luta pelo direito à sobrevivência e à denúncia de valores discriminatórios presentes nas leis dos Códigos Penal e Civil.

Ainda, no que tange à relação entre violência contra mulheres e violação dos direitos humanos, Brandão (1997) destaca a abordagem feminista que permeou todo o processo:

(...) o termo *violência contra a mulher* adquire um sentido instrumental, tornando-se uma categoria política cunhada pela abordagem feminista para denunciar as desigualdades na relação homem/mulher. No âmbito dessa relação, as posições de *vítima* (como atributo feminino) e *agressor* (como atributo masculino) tendem a ser enfatizadas (BRANDÃO, 1997, p. 58, grifos nossos).

Noronha (1988) ressalta que a proteção à pessoa vai além da tutela da vida, abrangendo também suas integridades física e psíquica: “*Trata-se de bem jurídico não apenas individual, mas social também, pois é inquestionável ser o Estado interessado na inviolabilidade corpórea e mental da pessoa*” (NORONHA, 1988, p.64). No Brasil, conforme aponta Debert (2002), a maioria dos crimes praticados contra as mulheres (e levados às delegacias especiais) são aqueles de lesões corporais e ameaças. Nesse cenário, o conceito de lesão:

(...) compreende mais do que se poderia pensar: não é apenas a ofensa à integridade corpórea, mas também à saúde. É o que bem claro deixa a Exposição de Motivos: “Todo e qualquer dano ocasionado à normalidade funcional do corpo humano, quer do ponto de vista anatômico, quer do ponto de vista fisiológico ou mental””. (NORONHA, 1988, p. 64)

Nesse sentido, compete às Delegacias da Mulher oferecer tanto a proteção física, quanto a integridade mental das vítimas que reclamam de agressões sofridas. Essa proteção, contudo, faz parte de um trabalho complexo, no qual as delegacias devem dar conta, conforme aponta Machado (2003), de duas funções distintas: (i) a de realização de atividades investigativas e (ii) de atendimento às vítimas. Para a autora, a polarização entre essas duas funções constitui-se num dilema, já que cada uma dessas atividades pressupõe e exige lógicas distintas de funcionamento:

“As atividades investigativas são as guardiãs do valor máximo definidor das *funções policiais* privilegiadas [já as] (...) atividades de atendimento às vítimas de violência são guardiãs máximas do valor da *função social* das delegacias especializadas” (MACHADO, 2003, p.79-80, grifos nossos).

Essa polaridade acarreta o entrelaçamento entre as ideias de direitos das mulheres e das violências contra elas praticadas com valores culturais, que para Machado (2003), tendem a “*empurrar as violências contra a mulher para o âmbito de uma problemática social e não para uma problemática policial*” (Ibidem). Nesse cenário, a problemática ainda maior é a de não desempenhar bem nem sua função social – no atendimento respeitoso e digno às vítimas – nem sua função policial – nas ações voltadas à investigação dos crimes e de seus culpados.

Um ponto que merece atenção nos casos da delegacia de mulheres pode ser encontrado no perfil do suspeito: em crimes não domésticos, o agressor é um desconhecido. Nos casos das delegacias das mulheres, aquele que pratica os crimes é o companheiro da vítima (ou alguém com quem ela tem laços de afetividade), não se adequando, assim, no estereótipo de criminoso.

Para além dessa relação familiar/afetiva do suspeito com a vítima, a relação de dependência, seja ela por motivos psicológicos ou financeiros, peculiariza o trabalho nas delegacias especializadas na defesa da mulher, o que culmina, muitas das vezes, na desistência do processo penal. Como bem pontua Marcella Oliveira (2006): “*Quanto mais as atividades da delegacia estiverem voltadas para o atendimento e para a psicologização do conflito, mais distante*

[elas] se posiciona[m] da tipologia criminal e do prestígio dentro do sistema de justiça” (p. 150).

É nesse contexto que pesquisas, como a que apresentamos nesta tese, são importantes. Em nosso caso específico, mostrar, analiticamente, ferramentas discursivo-narrativo-identitárias que ajudem os profissionais, que atuam nesses ambientes, a desempenhar a função investigativa com mais proficiência parece ser relevante. Isso porque, conforme pesquisas sobre o tema apontam, embora seja oferecido às mulheres um espaço legal onde elas podem ir, a efetiva proteção nem sempre ocorre.

3.2.1

A Delegacia da Mulher e a Polícia Judiciária: alguns aspectos organizacionais

Na seção acima, apresentamos como a agressão doméstica passou a ser tratada como um tipo de violência no Brasil e apontamos as funções policial e social que as delegacias da mulher têm.

Nesta seção, discutiremos aspectos relativos à delegacia em termos de sua estrutura organizacional, incluindo aqui a caracterização do trabalho policial e investigativo, realizado por meio de um procedimento conhecido como inquérito policial³⁹, dentro do qual nossos dados de análise – os interrogatórios policiais – estão inseridos.

A Polícia se caracteriza por ser uma instituição de direito público, que tem como função primeira garantir a manutenção da paz e da segurança individual. Conforme Capez (2001, p. 64) apresenta, a polícia se subdivide quanto:

- (i) ao lugar de atividade: terrestre; marítima ou aérea;
- (ii) à exteriorização: ostensiva e secreta;
- (iii) à organização: leiga e de carreira e
- (iv) ao objeto: administrativa ou de segurança (de caráter preventivo, tem como função impedir a prática de atos que lesem os bens individuais e/ou coletivos) e judiciária (de caráter corretivo, já que

³⁹ Mais a esse respeito, cf., neste mesmo capítulo, seção 3.3.1.

auxilia a justiça nos atos lesivos, os quais a polícia administrativa não conseguiu impedir).

A polícia judiciária tem, então, como finalidade a apuração das infrações penais e as respectivas autorias, tendo, portanto, caráter corretivo. Sob essa perspectiva, a Delegacia onde geramos os nossos dados inscreve-se como uma polícia judiciária, na medida em que apura as infrações cometidas por suspeitos com o intuito de verificar a autoria.

A Delegacia da Mulher é, então, uma polícia civil especializada, procurada por mulheres que sofreram algum tipo de abuso, agressão ou constrangimento. Entretanto, embora receba o nome de Delegacia da Mulher, ela não trata apenas de crimes cometidos contra mulheres, mas também trata de crimes cometidos contra indivíduos que sofreram algum tipo de agressão, mental ou física, por parte daqueles com quem mantêm relações de afetividade⁴⁰. Dessa forma, cabe comentar que a expressão violência doméstica está relacionada, principalmente, àquela violência ocorrida dentro do espaço domiciliar entre parentes consanguíneos ou por afinidade; homens e mulheres; pais/mães e filhos, jovens e idosos, enfim, entre indivíduos cujas relações envolvem laços afetivos. Nesta tese, contudo, dentre todos os interrogatórios policiais gravados, analisaremos aquele que têm maridos/esposas como atores sociais envolvidos.

3.2.2

A Lei Maria da Penha

Em uma sociedade permeada por problemas referentes à violência, aquela praticada contra a mulher (bem como contra indivíduos agredidos que tenham laços de afetividade com seus agressores), recebeu, após a criação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - a Lei Maria da Penha⁴¹ - um tratamento

⁴⁰ No que diz respeito às relações de afetividade, é importante destacar que esta é uma premissa verificada na própria legislação que regulamenta o tema e que norteia as atividades de todas as Delegacias da Mulher e não somente daquela em que geramos nossos dados. Cf. mais a esse respeito na seção 3.2.2 a seguir.

⁴¹ A Lei 11.340/2006 recebeu o nome de "Lei Maria da Penha" em homenagem a uma cearense tornada paraplégica pela ação criminosa do marido. O caso tornou-se um dos exemplos mais trágicos de violência contra a mulher no país e da impunidade dos agressores. Após 19 anos do acontecimento do crime, o agressor foi punido por força da ação de grupos de defesa dos direitos humanos e feministas junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

específico na legislação brasileira para o combate à violência doméstica, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Antes de essa lei entrar em vigor, os casos relativos aos abusos contra a mulher eram encaminhados para serem resolvidos em Juizados Especiais Criminais (JECrins). Esse encaminhamento aos JECrins, de um lado, possibilitava rápida resolução, mas, por outro, era visto como uma forma de contribuir para a impunidade: esses casos não eram direcionados ao judiciário, banalizando a pena, que, geralmente, se resumia ao pagamento de cestas básicas.

A Lei Maria da Penha surgiu como resposta do governo brasileiro aos movimentos feministas que exigiam uma resposta no que tange às questões de gênero envolvidas na violência doméstica. Para isso, a Lei propõe a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; alterando o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal, fornecendo, ainda, outras providências. Consoante a Lei:

Art. 5º Para os efeitos dessa Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas nesse artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (Brasil, 2006).

Para essa Lei, os crimes:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006)

A Lei alterou o tratamento dos crimes de violência doméstica contra a mulher no sistema de justiça. Dentre as alterações, em um primeiro momento, destacam-se:

- (i) o aumento da pena máxima, que passa a ser de três anos de detenção, o que retira essa violência do âmbito dos crimes de *menor potencial ofensivo*, não sendo mais enviada aos Juizados Especiais Criminais;
- (ii) a possibilidade da prisão em flagrante para os casos de violência doméstica contra a mulher;
- (iii) o impedimento da aplicação de penas tais como a de pagamento de cestas básicas e
- (iv) a exigência da instauração de um inquérito policial.

Com essa lei, o objetivo foi o de tentar atuar na defesa da mulher, através do processo de criminalização da violência praticada contra ela. Nesse sentido, é ela quem orienta, em termos de legislação, o trabalho institucional-jurídico-penal de defesa da violência doméstica. Entretanto, a efetiva atuação do Estado na condução e no julgamento desses crimes não tem se mostrado como uma solução eficaz, haja vista que muitos problemas e questões têm sido levantadas desde a sua promulgação.

3.3

Interrogatórios Policiais

Nesta tese, focalizaremos um aspecto antes não analisado nas pesquisas relativas aos interrogatórios policiais: a centralidade que as narrativas assumem nesse contexto de fala institucional.

Para isso, nesta seção, apresentaremos alguns estudos que tratam de aspectos relevantes acerca dos interrogatórios. Traremos estudos relativos à área jurídica, que descrevem esse tipo de atividade de fala dentro da conjuntura institucional-investigativa. Para além, apresentaremos alguns estudos linguísticos que possuem algumas semelhanças ou pontos de concordância com o que propomos neste trabalho.

Esta seção será composta por duas partes. Na primeira delas, trataremos dos significados locais do procedimento administrativo-investigativo chamado ‘inquérito policial’, do qual os interrogatórios fazem parte.

Na segunda, apresentaremos, sucintamente, algumas pesquisas que destacam características importantes relativas ao trabalho a ser desempenhado pelos agentes da lei ao conduzirem um interrogatório policial. Traremos pesquisas de áreas tais como a Linguística, o Direito, a Sociologia e a Antropologia.

3.3.1

Interrogatórios e Inquéritos policiais: significados locais e propósitos específicos

O trabalho investigativo realizado nas delegacias civis brasileiras recebe o nome de inquérito policial, que tem como principais objetivos a coleta e a reunião de informações relevantes sobre o crime, que possibilitem ao sistema judiciário julgar com mais segurança os casos em análise. O inquérito policial é, então, o momento no qual se tem como meta institucional obter provas físicas – tais como mensagens por e-mail, por SMS, fotografias, exames de corpo delito, etc. –, testemunhais – quando pessoas que presenciaram o crime contam o que viram/ouviram – e confessionais – quando suspeitos confessam suas ações

criminosas – que indiquem para o juiz que cuidará do caso quais foram os crimes ocorridos e quem deve ser culpabilizado e penalizado por eles.

Para a abertura de um inquérito policial, a comunicação de que um crime foi cometido é feita por meio de um Boletim de Ocorrência (BO). O BO é, geralmente, expedido por um policial civil ou militar convocado a comparecer no local do crime. Normalmente, ele tem validade de seis meses. Durante esse período, a vítima pode solicitar a abertura do inquérito bem como pode retirá-lo, caso esteja em andamento.

O inquérito policial, do qual o interrogatório policial faz parte, é um procedimento preliminar ou preparatório da ação penal, que pode ser visto como uma “*instrumentação provisória*” que antecede os resultados dessa ação. Segundo Campos (1976, p.3) “[o inquérito] *é a garantia contra apressados e errôneos juízos (...) antes que seja possível uma exata visão de conjunto de fatos, nas suas circunstâncias objetivas e subjetivas*”. De caráter probatório, o inquérito tem como finalidade apresentar um conteúdo informativo que forneça ao Ministério Público ou ao ofendido os elementos necessários para dar início à ação penal, caracterizando-se, ainda, como um procedimento administrativo, realizado pela polícia judiciária, e que tem como intuito apurar a autoria e a materialidade dos crimes em análise. Dessa forma, sob a ótica do Direito, o inquérito policial é um procedimento meramente informativo, destinado a autorizar o exercício da ação penal (CAPEZ, 2001). Nele, é produzido um relatório que conta com todo o trabalho de investigação feito pelos inspetores de polícia. Ele apresenta as provas geradas e instrui o Judiciário, ou seja, o juiz que analisará e que julgará o crime e o réu, impondo a ele uma pena ou absolvendo-o.

O Código de Processo Penal apresenta, em vários pontos, a relevância da obtenção de provas com o interesse de que o juiz possa chegar a um convencimento:

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem; (...)
 § 3º A falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal. (VOX LEGIS (org.), 1976, p. 46)
 (...)
 Art. 184. Salvo o caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade. (VOX LEGIS (org.), 1976, p. 47)
 Capítulo III DO INTERROGATÓRIO AO ACUSADO
 (...)

Parágrafo único. Se o acusado negar a imputação no todo ou em parte, será convidado a indicar as provas da verdade de suas declarações. (...) (VOX LEGIS (org.), 1976, pp. 47-48)

Esse convencimento estará atrelado ao que for levantado por meio do inquérito policial (do momento do interrogatório – no qual se busca a confissão por parte do suspeito – e da coleta de provas físicas, testemunhais, bem como do exame de corpo delito). Segundo Capez (2001), o inquérito policial:

- (i) deve ser um *procedimento escrito*, em que são reduzidas todas as peças do inquérito e rubricadas por uma autoridade;
- (ii) deve ser *sigiloso*;
- (iii) deve ter *oficialidade*, i.e., pode ser feito exclusivamente por órgãos oficiais e deve ter caráter investigatório;
- (iv) deve ter *oficiosidade*, i.e., as atividades das autoridades policiais devem independender de qualquer espécie de provocação, sendo a instauração do inquérito obrigatória diante da notícia de uma infração penal;
- (v) deve ter *autoridade*, i.e., deve ser presidido por uma autoridade policial;
- (vi) deve ter *indisponibilidade*, i.e., não pode ser arquivado após a instauração do inquérito;
- (vii) deve ser *inquisitivo*, i.e., deve estar concentrado nas mãos de uma única autoridade que exerça as atividades necessárias para o esclarecimento do crime e de sua autoria.

As intimações para o comparecimento na Delegacia são feitas dentro desse procedimento investigativo: é nesse momento, quando há o encontro entre o inspetor de polícia e os participantes – vítima e suspeito –, que nossos dados são gravados, quando se dá o depoimento das partes via interrogatório.

Assim, o tipo de atividade de fala ‘interrogatório’ faz parte do inquérito policial e contribui para que, em um momento posterior, a sentença final seja dada com a maior precisão possível. Os interrogatórios, então, constituem-se como uma fase de averiguação dos fatos, em que há o cruzamento dos teores expostos em depoimentos das partes envolvidas em algum crime/delito.

Consoante Ferro Jr. & Dantas (2006), as investigações policiais contemporâneas envolvem uma grande quantidade de dados, reunidos de múltiplos formatos e originados de três fontes básicas:

- (i) fontes *humanas*, que são aquelas coletadas nos depoimentos, interrogatórios, denúncias e entrevistas com colaboradores e informantes;
- (ii) fontes *de conteúdo*, que são aquelas coletadas por meio de registros provenientes do sistema bancário, de ocorrências policiais, noticiários midiáticos e de quaisquer outras fontes seguras de registros e
- (iii) fontes *de tecnologia ou tecnológicas*, que são aquelas coletadas via captação de imagens e sinais eventualmente interceptados, captados e devidamente analisados.

Vale destacar que a maneira com a qual os inspetores e investigadores conduzem seus interrogatórios é crucial para a dissolução de alguns casos de delito. Segundo Ferro Jr. & Dantas (2006), na prática, os investigadores que trabalham na elucidação de crimes estão baseados, primordialmente, em suas próprias experiências profissionais e em sua intuição. Assim, ao atuarem nos interrogatórios, lançam mão da própria experiência acumulada.

Ainda, no que tange à expertise dos investigadores/inspetores, Mckenzie (2001) salienta que esses policiais, quando em um interrogatório, contam com uma agenda dirigida e formulaica, o que aponta para certa regularidade no formato e nos direcionamentos dos eventos investigativos.

O interrogatório policial é, para França (2008), o ato no qual o suspeito é convertido em possível autor de delito. Nesse sentido, considera-se indiciado o suspeito que teve lavrado contra si auto de qualificação e interrogatório ou que, preso em flagrante, foi igualmente qualificado e interrogado, com preenchimento de Boletim de Ocorrência (BO) e Boletim de Vida Pgressa (BVP) – documentos formulaicos que fazem parte do auto lavrado e que servem para alimentação do banco de dados.

Diante desse cenário, destacamos que um agente central nessas atividades investigativas é o policial, no nosso caso, o inspetor de polícia. Isso porque é nele (e por meio de sua experiência e de conhecimentos) que o interrogatório está

centrado: compete a ele elaborar e conduzir as perguntas direcionadas aos outros participantes do interrogatório, vítima, suspeito e em alguns casos, testemunhas e advogados.

3.3.2

Abordagens sobre os Interrogatórios Policiais em Linguística, Antropologia, Sociologia e Direito

Nesta seção, trazemos algumas pesquisas da Linguística, da Antropologia, da Sociologia e do Direito sobre interrogatórios policiais e violência doméstica. Esses estudos colocam em evidência a relação peculiar do crime que é encaminhado às Delegacias da Mulher.

Abaixo, apresentamos pesquisas que focalizaram, de alguma maneira, aspectos dos interrogatórios policiais. Elas ilustram, pontualmente, estudos que têm sido feitos a fim de entender melhor como os interrogatórios organizam-se. Sucintamente, elas evidenciam certas características como: afiliações entre inspetor e suspeito; adjacência de pares de Pergunta-Resposta (P-R); função de perguntas em interrogatório de júri; reprivatização e banalização da violência doméstica; problematização das relações público/privado, crime/penalização e a relação esposa/vítima e marido/suspeito; a função social da polícia e o formato de mediação; as novas metodologias investigativo-policiais e a importância do inquérito policial para a condução dos crimes na estrutura jurídica.

Em Linguística (incluindo aqui estudos de cunho sociointeracional e discursivo), tem-se produzido estudos direcionados à pesquisa em ambientes institucionais e jurídicos, como tribunais. No Brasil, destacamos os trabalhos seminais de Ostermann (2002, 2003a, 2003b), que muito contribuíram para fomentar uma discussão linguística e interacional no contexto das Delegacias. Alguns estudos, como os realizados por Shuy (1998), sublinham o fato de que questões legais são linguisticamente construídas: *“Embora os direitos constitutionais sejam, principalmente, uma questão jurídica em vez de uma questão linguística, a lei é encarnada somente através da linguagem”* (SHUY, 1998, p.10). Shuy (1998) destaca, ainda, que é papel do linguista determinar como esse trabalho é feito, analisando a linguagem e seus significados potenciais a fim

de tornar inteligíveis evidências que clarifiquem e que apontem para ambiguidades, (in)coerências e complexidades na apuração de crimes.

Nesse bojo, olhando para a interação, uma pesquisa interessante e que coloca em evidência a coconstrução da afinidade entre suspeito e inspetor foi apresentada por Negraes, Silva & Ostermann (2008). As autoras investigaram como se realiza a construção linguística de gêneros em um interrogatório policial de uma delegacia de polícia civil. Elas mostraram que os participantes (inspetor e suspeito) afirmaram e explicitaram suas masculinidades através de mudanças de enquadres em um interrogatório policial. Essas mudanças de enquadres foram sinalizadas por meio das escolhas lexicais e dos risos produzidos tanto pelo inspetor de polícia, quanto pelo suspeito, na medida em que esses participantes corroboravam mutuamente seus *status* de ‘macho’. As autoras revelaram que a construção de gênero presta-se ao ‘mascaramento’ da assimetria, institucionalmente existente, entre o inspetor e o suspeito nos interrogatórios, posto que essa informalidade e afiliação contribuíram para que os indivíduos passassem a reconhecer um ao outro como membros de um mesmo grupo social (NEGRAES, SILVA & OSTERMANN, 2008). De modo semelhante, em nossa pesquisa, estaremos interessados em analisar as consequências que algumas escolhas linguísticas acarretam para a estrutura de participação e para a forma como os participantes coconstroem-se mutuamente na interação.

Já em um contexto de pesquisa judicial, Paul Drew (1984) analisou as perguntas proferidas pelo advogado em um tribunal, no qual se julgava uma tentativa de estupro. Ele mostrou que algumas das perguntas são designadas a desacreditar a versão da testemunha, servindo, assim, como embasamento para a versão defendida pelo advogado. Esse processo de desacreditar uma versão para, então, tentar apagar o crime cometido é semelhante ao que veremos nos interrogatórios policiais que analisaremos: é interacionalmente que os participantes (re)constroem as ‘versões’ do crime. Drew (1984) investigou uma interação formatada em pares de Pergunta-Resposta (P-R) num interrogatório, focando nas perguntas e nas respostas do advogado de defesa e da testemunha, respectivamente. Nesses interrogatórios, os advogados têm a intenção de testar a veracidade das evidências através de perguntas que pretendem desacreditar a versão dos fatos apresentados pelas testemunhas. Semelhantemente ao que ocorre

na Delegacia da Mulher, na audiência analisada por Drew, a alocação dos turnos é restrita, sendo que têm direito aos turnos: o advogado de defesa e a testemunha, podendo intervir, ocasionalmente, o juiz e o advogado não-examinador. Dessa forma, a tomada de turnos, tal como na Delegacia, é pré-alocada. Ele destaca que, na audiência analisada, o advogado proferiu perguntas consecutivas nas quais solicitou à testemunha a afirmação ou a negação dos fatos que foram apresentados, objetivando construir um enigma/charada, já que as perguntas proferidas pelo advogado e as respostas das testemunhas confrontavam o que tinha sido exposto anteriormente pela testemunha, servindo para criar a dúvida e para gerar conclusões favoráveis ao réu. Esses enigmas, que visam a encurralar o outro participante, surgem no momento em que aparece uma falta de compatibilidade entre os fatos, ou em que detalhes são omitidos ou não explicados sendo usados pelo advogado com a intenção de desacreditar ou de mudar a versão/história apresentada, tendo como intenção primeira fazer com que o júri mude de opinião.

Similar a esses estudos (de cunho linguístico-interacional) que apresentamos aqui, interessa-nos observar as marcas linguísticas usadas e as consequências delas para a atividade institucional em curso, assim como importamos observar as construções narrativo-identitárias da relação de pares de Perguntas e de suas Respostas (nos pares de P-R).

Em Sociologia, podemos destacar a pesquisa realizada por Marcela Oliveira (2006). A autora analisou como o encaminhamento de crimes de menor potencial ofensivo aos Juizados Especiais Criminais (JECrins)⁴² contribuiu para uma “reprivatização” da violência doméstica. Antes da Lei Maria da Penha, crimes considerados de menor potencial ofensivo, como alguns ocorridos entre marido/esposa eram encaminhados a Juizados Especiais. De acordo com a autora, a posição de vítima, oficializada pelo registro na Delegacia da Mulher, é acionada para reordenar os parâmetros das relações conflituosas que essas mulheres mantêm. Para ela, trata-se de uma mudança brusca no comportamento feminino: até então, as mulheres procuravam resolver seus problemas conjugais no âmbito

42 Os JECrins foram criados pela Lei 9.099 de 1995, com objetivos centrais de ampliar o acesso da população à Justiça, de promover o rápido ressarcimento da vítima e de acelerar as decisões penais, desafogando o Judiciário. Outro objetivo dos JECrins foi o de *despenalizar*, oferecendo ao autor do delito - considerado de menor potencial ofensivo - a oportunidade de não ser processado criminalmente (Grinover *et al*, 1997).

do grupo de parentesco e da vizinhança ou buscando apoio em diversas igrejas. Para a autora, é a partir do registro na Delegacia que as vítimas passam a delegar à autoridade policial a tarefa de corrigir seus relacionamentos e de coibir a ação agressiva de seus companheiros. Esse fato altera, substancialmente, a correlação de forças no casal, configurando-se como uma tentativa de negação ou de rompimento com a imagem de subordinação feminina e de impunidade masculina.

Também estudando o ambiente da Delegacia da Mulher, Debert & Oliveira (2007) investigam como os modelos conciliatórios para a resolução de conflitos é utilizado em casos de violência doméstica em duas instâncias judiciais: (i) a Delegacia de Defesa da Mulher e (ii) os Juizados Especiais Criminais. Nesses ambientes, as autoras mostraram que há uma mudança radical nos atores envolvidos, nas ações descritas e na lógica que orienta a solução do conflito: a vítima é constituída em esposa ou companheira e o suspeito é constituído em marido ou companheiro. O crime, dessa forma, transforma-se em um problema social ou em um déficit de caráter moral dos envolvidos que, na visão da justiça, pode ser facilmente corrigido através do esclarecimento e, nos casos mais difíceis, pode ser compensado com uma pequena pena. Trata-se de uma situação semelhante àquela evidenciada por Marcela Oliveira (2006), à qual discutimos acima: em ambos os estudos há uma banalização e uma reprivatização dos crimes cometidos, motivados, sobretudo, pela singularidade dos atores (marido-suspeito/esposa-vítima) e pelo fato de a sociedade brasileira ser patriarcal.

Debert & Oliveira (2007) demonstraram que a lógica que orienta a conciliação nos juizados implica uma solução rápida, simples, informal e econômica para os casos e que a procura das vítimas a esses lugares onde ela busca proteção, tais como as Delegacias da Mulher, pode levar a uma conciliação, mesmo que temporária, do casal. Ainda, elas destacaram que essa procura à Delegacia é usada, por vezes, como uma forma de a esposa amedrontar seu marido/suspeito.

Essas pesquisas apontam para a problemática entre as relações público/privado, crime/penalização e a relação esposa-vítima/marido-suspeito. Também aqui, nossas análises contribuirão no sentido de trazer à tona como essas

identidades são coconstruídas e negociadas interacionalmente nos interrogatórios policiais.

No que tange ao papel desenvolvido pela Delegacia, Poncioni (2006) destaca que a polícia vem desenvolvendo, no exercício profissional cotidiano, práticas de mediação de conflitos, funcionando como um meio alternativo para a resolução de conflitos. Devido à intervenção policial em problemas diversos, que não se constituem necessariamente em problemas legais, penais e de controle do crime, os policiais têm desempenhado papéis não só associados à manutenção da ordem, combatendo e prevenindo o crime, mas também associados à prestação de “*serviços sociais*” (PONCIONI, 2006, p.160). Segundo a autora, com isso, a polícia fornece respostas para vários problemas ‘sociais’ levados por vítimas dos mais variados tipos de violência. Nesse sentido, o policial, ao interagir com o público, desenvolve um processo de negociação da lei e da realidade que lhe permite tentar manter a ordem: o policial, através de regras legais, de práticas de controle social e de resolução de conflitos, passa a desempenhar o papel de “*intérprete da lei e árbitro, junto a uma gama variada de situações que não encontra lugar em qualquer outra instituição da sociedade*” (PONCIONI, 2006, p. 171).

Semelhante ao trabalho de Poncioni (2006), destacamos o estudo de Barreira & Nobre (2008), no qual os autores abordam a função social da polícia, que, para além da repressão à criminalidade, deve atuar também no enfrentamento da violência contra a mulher. De acordo com eles, as mulheres denunciante e a população, em geral, ao demandarem da Polícia Civil ações que extrapolam a sua competência formal e legalmente constituída (ou suas atribuições), exigem do sistema de segurança pública novas expectativas. A polícia, então, supera a ideia de segurança pública como restrita ao combate à criminalidade e atua em um “*amplo projeto de educação para a cidadania*” (BARREIRA & NOBRE, 2008, p. 145), utilizando o diálogo e a mediação como formas de fazer com que as partes reflitam e cheguem a encontrar um caminho para a resolução de conflitos. Nesse âmbito, a mediação vem sendo utilizada pelos policiais como forma de tentar promover a reparação moral ou material dos danos sofridos e a resolução dos conflitos.

Um ponto a ser destacado nas últimas duas pesquisas que citamos reside na problemática de se privilegiar a mediação em detrimento de ações de coibição penal: o instrumento legal de que as mulheres dispõem para sua proteção tem atuado mais na mediação de seus conflitos do que na resolução efetiva dos crimes reclamados e na penalização de seus agressores. Essa mediação tem levado a ações de apagamento, de reprivatização do crime e de ressignificação do papel da polícia/Estado na proteção e na defesa das mulheres que sofrem algum tipo de violência: a violência contra elas cometida é tratada em termos de resolução de conflitos entre marido/mulher-esposa e não como uma investigação criminal. Ainda, destacamos que a dinâmica do interrogatório é modificada: a mediação, enquanto interação na qual uma terceira parte medeia todo o processo (no caso, o policial), tem sua própria estrutura, metas e tarefas que divergem da meta maior mais característica dos interrogatórios, que é a de buscar a confissão e a geração de qualquer tipo de depoimento e/ou testemunho.

Partindo para a área do Direito e para questões diretamente ligadas aos interrogatórios policiais, pesquisas tais como a de Ferro Júnior & Dantas (2006) contribuem para o entendimento de como os profissionais podem atuar mediante novas metodologias investigativo-policiais, perfiladas por modernas técnicas da tecnologia da informação e da gestão do conhecimento⁴³.

Também da área do direito, França (2008), em um artigo intitulado “Inquérito policial e exercício de defesa”, discute temas relacionados ao direito de exercício de defesa e àqueles referentes às modificações legislativas no que diz respeito à necessidade da presença de advogados na fase inquisitorial para acompanhamento dos atos procedimentais, principalmente, em relação àqueles relativos ao interrogatório e ao indiciamento. Segundo o autor, o tema “*investigação preliminar*” nunca foi abordado com “*a devida abrangência*” (FRANÇA, 2008, s/p) pelas leis nacionais, sendo que, para muitos, o inquérito policial é ainda “*mera peça informativa*”, muitas vezes dispensável.

Nesse ponto, nossa tese serve como forma de embasar os estudos de França (2008), já que muitas confissões – como nossas análises mostrarão – acontecem no cenário da Delegacia, quando inspetor interroga suspeitos e vítimas. Como França (2008) salienta, em alguns casos, são apresentados relatórios

⁴³ Mais a esse respeito, cf., neste mesmo capítulo, seção 3.3.1.

detalhados, que contaram com investigações mais profundas (com o uso de filmagens, laudos periciais e demais provas ditas "irrepetíveis"). É também nesse cenário que nossa tese busca se inscrever: na relevância dos interrogatórios policiais como peça importante para a condução/resolução do crime no Judiciário:

No entanto, embora relegada a segundo plano, é nesta fase que são colhidos elementos de prova que, se corroborados com os que forem analisados durante a instrução judicial, podem resultar em condenações, o que também serve para que investigados deixem de sê-lo a partir do desenvolvimento das diligências. Nesta esteira, e somente como exemplo, citem-se os reconhecimentos, a confissão, as reconstituições de crimes etc. (FRANÇA, 2008, s/p)

Para o autor, a presença de defensores no momento da “investigação preliminar” se mostra como uma medida legal, que possibilitaria uma “*verdadeira viabilidade do exercício de defesa*” (FRANÇA, 2008, s/p).

As pesquisas que apresentamos acima destacam que:

- (i) Os interrogatórios policiais são momentos de coletas de provas confessionais e são interacionalmente construídos entre o policial – inspetor – e as partes envolvidas – suspeitos e vítimas (embora eles possam contar com a presença de um representante legal (advogado), nem sempre o fazem);
- (ii) O caráter coercitivo na condução de interrogatórios policiais tem sido substituído por um estilo mais conversacional e conciliatório, em que a polícia tem usado a mediação como forma de negociar o conflito;
- (iii) O caráter de mediação para a resolução do conflito tem servido para mitigar os crimes cometidos, no sentido de que eles não têm sido tratados como ‘crimes’, mas sim, como ‘problemas domésticos’. Resultado dessa interpretação pela polícia são os estudos que mostram que ela tem assumido a postura de mediar conflitos ao invés de punir agressões previstas em Lei;
- (iv) A forma de promover a reparação moral ou material dos danos sofridos por meio da mediação ou de outras estratégias interacionais mais conciliatórias do que punitivas não contribuem para o trabalho efetivo a ser realizado nos interrogatórios policiais, que é o de coletar depoimentos que

servam como meio de prova (depoimentos estes que, em um momento posterior, servem para encaminhar o caso para o juizado, no qual o suspeito será julgado, podendo, dessa forma, pagar por seus crimes, se considerado culpado);

- (v) A conjuntura mediatória e conciliatória tem contribuído para a reprivatização e para o apagamento da violência contra a mulher, na medida em que a vítima, ao procurar a polícia, não é satisfatoriamente amparada pelo instrumento legal. Com isso, leva-se também à ressignificação do papel da polícia e do Estado na proteção da mulher agredida.

Como os estudos que apresentamos apontam, os interrogatórios policiais são momentos interacionais nos quais estudos linguísticos têm muito a contribuir. Ainda, no que tange, especificamente, à violência doméstica em sua relação com os interrogatórios, os estudos de cunho sociológico e antropológico que trouxemos sublinham o caminho mais mediatório na condução dos casos, o que leva a uma reprivatização dos crimes e a uma ressignificação do trabalho investigativo da Delegacia, já que ao invés de ela apresentar-se como um cenário institucional-legal no qual a materialidade de um crime deve ser investigada, os trabalhos de mediação e a função social adotada podem levar a um afastamento das identidades de suspeito/vítima, para tratar das identidades de marido/esposa.

Nesse cenário, as análises que propomos nesta tese, configuram-se como uma contribuição teórico-metodológica de um ponto antes não explorado nos estudos relativos ao tema: quando são interrogados, vítimas e suspeitos contam histórias como respostas às perguntas feitas pelo inspetor. Nesse ponto, importa entender o que essas histórias significam, local e contextualmente.

4

ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS E DOS DADOS DE ANÁLISE

Neste capítulo, apresentamos os dados que utilizaremos para nossas análises bem como a metodologia de pesquisa empregada para a geração e para a análise deles.

Objetivando clarificar nossa apresentação acerca dos estudos metodológicos, discutiremos, nas seções a seguir, alguns conceitos fundamentais para este estudo. Para isso, traremos, brevemente, a distinção entre os métodos quantitativo e qualitativo, apresentando as justificativas para adoção do último.

No que tange aos dados e baseando-nos em uma pesquisa de base etnográfica, traremos, também, aspectos atinentes à estrutura física da Delegacia, à geração e à transcrição dos dados.

4.1

Alguns aspectos metodológicos

Nesta seção, trataremos dos aspectos metodológicos que ancoram nossa pesquisa. Como o trabalho que vimos desenvolvendo deseja descrever os eventos do mundo social a partir desses eventos em si mesmos, nossa pesquisa caracteriza-se como qualitativa/interpretativa.

Como preconizam Denzin & Lincoln (2000), o termo qualitativo enfatiza as qualidades das entidades, dos processos e dos significados que não são experimentalmente examinados ou medidos em termos da quantidade, da intensidade ou da frequência, mas que, sob a perspectiva qualitativa, são observáveis e mensuráveis em seus contextos naturais de ocorrência, posto que o conhecimento e qualquer forma de realidade são construídos na interação social e estão relacionados à ação humana.

Para nossa pesquisa, lançamos mão dos pressupostos da Etnometodologia, a qual busca fazer um ‘recorte mais de perto’ da vida em sociedade, de modo a analisar as nuances que uma Sociologia ‘macro’ não consegue capturar. Nela, a

proposta é levar em consideração as definições que as pessoas comuns dão para suas ações cotidianas.

Dessa forma, no ambiente institucional da Delegacia da Mulher, o instrumentário da pesquisa qualitativa contribui para a análise micro e situada das interações entre inspetor/vítima e suspeito.

4.1.1

Os Métodos Quantitativo e Qualitativo

O método quantitativo caracteriza-se por apresentar uma visão positivista, objetiva e uma lógica hipotético-dedutiva para a observação científica, tal como encontramos nas ciências naturais. Entretanto, ao ser empregada nas ciências sociais, essa visão de se estudar os fatos do mundo gerou uma profunda discussão metodológica, o que possibilitou a eminência de um outro paradigma: o qualitativo, de abordagem interpretativa, herdado dos estudos antropológicos e sociológicos, particularmente, da influência da Escola de Chicago, nas décadas de 20 e de 30⁴⁴ (DENZIN & LINCOLN, 2000; REICHART & COOK, 1979).

Assim, pode-se dizer que o método qualitativo, enquanto emergente do paradigma interpretativo, opõe-se à realidade objetiva que caracteriza o método quantitativo. Se, de um lado, as pesquisas que seguem o paradigma quantitativo empregam estratégias e análises estatísticas das ciências naturais, nas pesquisas qualitativas, por outro lado, há um olhar humanístico para entender a realidade social, já que envolvem as negociações dos atores do ponto de vista da ordem social (FILSTEAD, 1979; REICHART & COOK, 1979), tal como pontuou Filstead (1979, p. 35-36):

O mundo social não é fixo ou estático, mas variado (...) [e] dinâmico. O paradigma qualitativo não concebe o mundo como uma força externa, objetivamente identificável e independente do homem. Mais precisamente, há múltiplas realidades. Nesse paradigma, os indivíduos são conceptualizados como

⁴⁴ A Escola de Chicago é descrita como uma “combinação de uma *filosofia pragmática*, de uma orientação política reformista para as possibilidades de democracia num quadro de rápida industrialização e urbanização, e dos *esforços para transformar a sociologia numa ciência empírica*, sem deixar de atribuir grande importância às fontes pré-científicas do conhecimento experimental (...)” (JOAS, 1999, p.131) (grifos nossos). Ainda, a Escola foi conhecida por ser aquela que valorizou a pesquisa empírica, “fiel (...) ao espírito do pragmatismo” (JOAS, 1999, p.142), bem como por ser aquela que produziu “um mosaico de estudos semi-etnográficos em lugar de tratados teóricos” (JOAS, 1999, p.142-143).

agentes ativos na construção do sentido das realidades de seus encontros, ao invés de responder e construir sentido de forma robotizada, de acordo com os papéis de expectativas estabelecidos pela estrutura social. *Não há um conjunto de respostas claras para as situações, mas sim, uma crença de que os padrões de interações emergem através de um processo negociado e interpretativo.* (tradução e grifos nossos).

Filstead propõe, dessa forma, que é mediante a observação das situações e da atuação do homem que o mundo social pode ser concebido e analisado numa perspectiva qualitativa.

Essa visão de que a realidade é construída intersubjetivamente também é verificada em Schutz (1967), o qual afirma que o senso comum é a matriz para a formação da ação social, ou seja, é a forma pela qual os indivíduos entendem-se no mundo ao relacionarem-se uns com os outros e ao tentarem adaptar-se aos outros e a si mesmos. O autor comenta, ainda, que a compreensão da realidade social se dá a partir do entendimento da subjetividade do ator, através da análise do significado que a ‘ação’ tem para ele. Assim, Schutz (1967) conclui que a tarefa do cientista social é a de reconstruir a forma como os homens interpretam diariamente seu próprio mundo.

Diferentemente do paradigma quantitativo, em que se espera a não-interferência, a neutralidade e a objetividade do pesquisador, no paradigma qualitativo, o pesquisador coloca-se como observador de uma determinada atividade social, objetivando interpretá-la para torná-la visível. Para isto, o pesquisador ‘representa’ o mundo em estudo de várias formas: por meio de notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e recordações próprias (DENZIN & LINCOLN, 2000).

Nesse aspecto, fazer pesquisa qualitativa envolve fazer uma pesquisa interpretativa e naturalística do mundo, já que esse paradigma investiga situações em ambientes naturais, interpretando o sentido dos fenômenos tal como seus participantes o significam, valendo-se, para isto, de uma variedade de materiais empíricos, tais como estudo de caso, experiências pessoais, entrevistas, etc., gerando uma rede interconectada de materiais e de práticas interpretativas (DENZIN & LINCOLN, 2000).

4.1.2

Descrição do contexto de pesquisa: estrutura física

A Delegacia da Mulher na qual geramos nossos dados funciona de segunda a sexta, nos horários de 08h 30min às 12h e de 14h às 18h. Ela está situada no interior de um pavimento, onde se localizam também vários outros tipos de Delegacias, como a Delegacia de Trânsito, a sede da Delegacia Civil, etc.

Na entrada da Delegacia, há um quadro com a lei “*Maria da Penha*” fixada e vários pôsteres com propagandas referentes aos diversos crimes como: exploração sexual de menores e violência de mulheres.

A infraestrutura dessa instituição é muito precária e o espaço é pequeno. Há um galpão na entrada, onde o público é atendido; o gabinete da delegada, onde encontramos apenas uma mesa com computador, telefone, três cadeiras e um pequeno sofá; e outras duas salas, também muito pequenas. Em uma delas, ficam os estagiários do curso de Direito e os policiais civis, que realizam o trabalho administrativo da Delegacia. Na outra sala, ficam o inspetor e mais dois policiais. Nessa última sala, há apenas um computador antigo, um telefone, três mesas com poucas cadeiras e vários outros pôsteres de propagandas afixados nas paredes, é nessa sala onde acontecem os interrogatórios.

Sobre a mesa do inspetor, há várias pastas, nas quais se encontram os Boletins de Ocorrência (BOs) despachados pela delegada, os registros das investigações em andamento e as cópias de relatórios que foram enviados ao judiciário ou que foram arquivados.

4.1.3

A Geração dos Dados e as Notas de Campo

Antes de relatarmos como ocorreu a geração dos dados na Delegacia, gostaríamos de salientar que, tal como proposto por Mason (1998), o termo *coleta de dados* foi aqui substituído por *geração de dados*, uma vez que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa/interpretativa, refuta-se a ideia de que o pesquisador possa ser completamente neutro durante sua “*coleta*” no mundo social em análise (p.35).

A geração de nossos dados ocorreu nos períodos de abril a maio e de agosto a outubro de 2007⁴⁵. Gravamos, em áudio,⁴⁶ um total de 10 (dez) interrogatórios em que havia, no mínimo, três participantes presentes: o inspetor, a vítima e o suspeito. Para essa gravação, utilizamos o gravador disponível no aparelho de MP3, o que permitiu o armazenamento digital de nossos dados.

A Delegacia, por ser uma instituição policial, tem como foco realizar ações investigativas para posterior confirmação do crime/delito. Nesse ambiente, gravamos casos ligados à área de família, que envolvem conflitos entre pessoas que mantêm relações afetivas entre si.

Como já explicitamos aqui, a Delegacia trata de crimes de naturezas diferentes, o que sobrecarrega o serviço dos policiais, podendo dificultar, por vezes, o andamento e a execução do trabalho que se realiza lá.

Por utilizarmos uma metodologia ancorada também em estudos de base etnográfica, realizamos, durante a geração de dados, notas de campo com o intuito de registrar fatos não captáveis pelo gravador, tais como apresentação de documentos (cf. apêndices I, II e III).

Para padronizar nossas anotações de campo, criamos um modelo de preenchimento que desse conta de coletar informações adicionais possíveis para nos auxiliar na análise de dados. Para tanto, deixamos campos reservados para a data, para os participantes presentes nos interrogatórios, para o posicionamento físico dos participantes ratificados na sala onde acontecem os interrogatórios na DRCCM e para os comentários gerais que pensávamos serem pertinentes para a nossa pesquisa⁴⁷.

4.1.4

A Transcrição dos dados

Para a realização das transcrições dos interrogatórios policiais gerados, adaptamos as convenções do sistema desenvolvido por Jefferson e adotado por Sacks, Schegloff e Jefferson ([1974], 2003) (cf. Anexo 1). Além disso,

⁴⁵ A geração de dados foi interrompida nos meses de junho e julho do ano de 2007 em virtude da greve aderida pelos policiais civis, que reivindicaram aumento de salários e melhores condições de trabalho.

⁴⁶ Participaram dessa geração de dados a pesquisadora Priscila Júlio Guedes Pinto e eu.

⁴⁷ Cf. notas de campo dos interrogatórios policiais usados nesta tese nos Anexos 2 e 3.

especificamos, nas transcrições, as siglas ditas pelo inspetor, tais como BO (Boletim de Ocorrência), PM (Polícia Militar) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), por exemplo, para facilitar o entendimento do leitor.

Durante os interrogatórios, por vezes houve conversas entre o inspetor e algum(a) outro(a) funcionário(a) da Delegacia. Assim, as conversas entre o inspetor e seus colegas de trabalho foram também transcritas.

Ainda, procuramos acrescentar informações que anotamos durante a geração de dados, como os momentos em que o inspetor sai e retorna à sala de interrogatório, os momentos em que ele solicita a documentação das partes e momentos em que ele anota informações sobre a investigação para a produção do relatório, etc.

A fim de preservar o anonimato dos participantes deste estudo, todos os nomes pessoais bem como o nome da cidade foram substituídos por nomes fictícios quando citados no decorrer das interações.

Para identificar os falantes, usamos identidades institucionais, localmente relevantes, empregadas pelos próprios participantes, seguindo uma perspectiva êmica. Por isso, usamos as identidades usadas pelo próprio inspetor de polícia nesse ambiente institucional: inspetor – é como ele autodenomina-se; vítima e suspeito. Para além, acreditamos que esse tipo de indexação possa se articular com outros movimentos identitários dos participantes, ao mesmo tempo em que registra a força do ambiente institucional no qual a interação ocorre.

A esse respeito, Garcez (2002), contrariamente, aponta que:

“não me parece desejável utilizar categorias de identidade social para a identificação dos participantes, pois, segundo Schegloff, Firth, Wagner e outros analistas da conversa, me parece que essas identificações serão equivocadas na maior parte do tempo, não apenas por nos cegarem para outras possibilidades, mas também porque as identidades relevantes são muitas vezes simultaneamente múltiplas, às vezes deliberadamente ambíguas em sua simultaneidade, além de cambiantes no fluxo da interação, o que torna difícil acreditar que uma única identificação possa ser correta em qualquer extensão de transcrição”. (Garcez, 2002, p.91-2)

Embora Garcez (2002) sinalize que a categorização dos participantes com identidades institucionais possa atrapalhar o analista em sua percepção de outras identidades possivelmente emergentes, para o tipo de análise que nos propomos a fazer, a adoção dessas identidades institucionais nas transcrições não nos afeta,

haja vista que uma de nossas propostas analíticas é, inclusive, a de observar outras identidades emergentes, construídas ‘na’ e ‘pela’ interação⁴⁸.

Por fim, gostaríamos também de explicar que as indexações constantes antes de cada excerto seguem a seguinte estrutura:

“Excerto 10 (IP VII, Agressão física do marido contra esposa, 2007, 04: 09-41)”

Em que:

“10”: número do excerto na sequência do capítulo de análise

“IP”: sigla de “interrogatório policial”

“VII”: indexação do interrogatório no corpus gerado (cf. quadro 1 abaixo)

“Agressão física do marido contra esposa”: título dado ao interrogatório (cf. quadro 1 abaixo)

“2007”: ano da geração dos dados

“04”: número da página

“09-41”: intervalo da linha onde inicia o recorte (09) até número da linha onde finda o recorte (41).

Abaixo, apresentamos um quadro resumitivo que elenca os 10 (dez) interrogatórios policiais gravados:

Quadro 1: Legenda dos Interrogatórios Policiais gerados na Delegacia da Mulher.

INTERROGATÓRIOS POLICIAIS GRAVADOS
IP I: Assédio Sexual de Menor
IP II: Estupro de Menor de 12 anos
IP III: Tentativa de Estupro de Menor
IP IV: Agressão Física de ex-marido contra ex-mulher
IP V: Agressão Verbal contra companheira e enteada
IP VI: Denúncia de Maus tratos
IP VII: Agressão física de marido contra esposa
IP VIII: Desaparecimento de menor
IP IX: Agressão: casal separado com problemas para visita dos filhos
IP X: Agressão física incitada por dívida entre irmãos.

⁴⁸ A esse respeito, destacamos que pesquisadores – tais como Drew (1984), Sarangi (2006), entre outros que investigam ambientes instrucionais – também elegem usar as identidades institucionais em detrimento de nomes próprios em suas transcrições.

Do quadro 1, acima, serão utilizados, nesta tese, apenas os interrogatórios I; IV e VII, intitulados “Assédio Sexual de Menor”; “Agressão Física de ex-marido contra ex-mulher” e “Agressão física de marido contra esposa”, respectivamente.

Essa escolha motivou-se por termos (i) observado a ocorrência de histórias mais canônicas (na perspectiva laboviana), que nos ajudassem, assim, a analisar o engajamento narrativo de forma mais estruturada e (ii) pela relação marido/esposa – homem/mulher dos atores sociais envolvidos, sobretudo na adoção dos IPs IV e VII.

Cabe, ainda, destacar que essa seleção tornou-se procudente em termos analíticos pela sua prototipicidade. Contudo, em todos os interrogatórios há a presença de histórias que são contadas como respostas às perguntas do inspetor de polícia, razão pela qual nossa pesquisa foi motivada.

ENGAJAMENTO NARRATIVO E MITIGAÇÃO DA CULPA: “o senhor pode ver que (.) bater em mulher num é o meu costume (.) que se eu ti- fosse batedor de mulher, eu já tinha batido nela há mais tempo”

Neste capítulo, apresentamos a centralidade do engajamento narrativo nos interrogatórios policiais de uma Delegacia da Mulher. Nesse tipo de atividade de fala, é contando histórias que os participantes – suspeitos e vítimas – constroem, discursivamente, o crime e prestam conta dele (justificando-o, explicando-o).

Nossas análises mostrarão, então, como é contando histórias que suspeitos e vítimas buscam mitigar suas culpas, valendo-se de recursos discursivo-narrativo-identitários que conduzem à uma (des)atribuição de suas agências/responsabilidades. Mostraremos como esses recursos de mitigação da culpa estão ligados às metas e às tarefas institucionais do ambiente legal da Delegacia da Mulher, no qual a coleta de depoimentos e de confissões está na agenda de trabalho do inspetor de polícia.

Para isso, neste capítulo, situaremos as narrativas como um recurso central e constitutivo do tipo de atividade ‘interrogatório policial’, analisando como os interrogatórios são organizados sequencialmente. Desse modo, olharemos para as histórias contadas e para o espaço interacional em que elas ocorrem. Na análise que faremos, nossa expectativa é a de tentar posicionar os estudos narrativos, discursivos e interacionais no ambiente jurídico, deixando em evidência a relação que as histórias, dadas como ‘respostas’ às perguntas feitas em ambientes de investigação, têm com as confissões e depoimentos.

Esperamos, com nosso olhar analítico – linguística e interacionalmente respaldado – tentar contribuir com os ambientes institucionais do Direito nos quais a atividade de interrogar seja importante. Isso se deve ao fato de, nesta tese, propormos uma ferramenta discursivo-narrativa didática. Com ela, podemos observar em quais momentos narrativos as confissões são feitas. Para além, esperamos, por meio de nossa pesquisa, que tanto operadores do Direito, quanto linguistas, possam atentar-se para a relação entre engajamentos narrativo-

identitários e uma tentativa de mitigação da culpa por meio da (des)atribuição da responsabilidade e da agência.

A fim de organizar nosso capítulo analítico, apresentaremos, na primeira seção deste capítulo, a relação entre a confissão e as histórias. Para isso, mostraremos o espaço interacional em que as narrativas contadas nos interrogatórios policiais ocorrem, ou seja, mostraremos como as histórias contadas aparecem na sequência conversacional e como elas mostram-se como recursos interacionais para tentar justificar/prestar conta (de) ações. Ainda, usaremos o arcabouço teórico-metodológico dos estudos relacionados à Análise da Conversa (AC) e, dentre eles, a noção de adjacência/sequencialidade dos pares adjacentes de Pergunta-Resposta. Sob essa perspectiva, esperamos deixar em ênfase a relação entre fala institucional e os episódios narrativos. Ainda, apresentaremos, na primeira seção, o engajamento narrativo dos participantes dos interrogatórios. Veremos como as narrativas emergem nesse tipo de atividade, buscando mostrar a centralidade desse recurso discursivo-interacional no momento de busca de confissões e de relatos.

Para mostrar a ocorrência das narrativas e explicar sua estruturação, utilizaremos o modelo narrativo canônico proposto por Labov (1972; 2013) e por Labov & Waletzky (1967). Com isso, colocamos em destaque a contribuição do modelo narrativo laboviano para entender a sistemática das histórias contadas nos interrogatórios policiais. Também, apresentaremos a relação entre o Boletim de Ocorrência (BO) e os episódios narrativos, mostrando qual é a relação entre o conteúdo do BO e os eventos trazidos nas histórias contadas. Mostraremos como a noção de reportabilidade da narrativa está ligada, nos interrogatórios policiais, à informação – conteúdo – trazido durante a leitura do BO, a qual acontece nos momentos iniciais do interrogatório.

Se na primeira seção traremos análises ligadas à centralidade da narrativa nos interrogatórios, à sua estruturação e à sua relação entre contar histórias para prestar contas (explicar/justificar) e confessar, na segunda seção deste capítulo apresentaremos, de modo mais focal, os recursos discursivo-narrativo-identitários ligados a uma tentativa de mitigação da culpa. Para isso, olharemos para as histórias contadas por suspeitos e também por vítimas a fim de observar quais construções interacionais são usadas pelos participantes no sentido de buscarem

uma (des)atribuição da responsabilidade, por meio da (des)atribuição da agência frente a ações que trazem consequências perturbadoras quando trazidas à tona, sobretudo em um ambiente institucional-legal com o da Delegacia da Mulher. Apresentaremos, primeiramente, as construções narrativo-identitárias e sua relação com tentativas de mitigação da culpa e de (des)atribuição de responsabilidade nas histórias contadas por um suspeito, relacionando esses recursos de mitigação de culpa ao trabalho confessional e, em um segundo momento, também as construções narrativo-identitárias presentes nas histórias contadas por uma vítima e que estão, não relacionadas à atividade de confessar, mas sim à atividade de prestar um depoimento/relato que busca retificar ações e responsabilidades imputadas a ela pelo suspeito no decorrer do interrogatório.

5.1

O engajamento narrativo nos Interrogatórios Policiais da Delegacia da Mulher

Nesta seção, analisaremos como os participantes, suspeitos e vítimas, reconstroem os ‘fatos’⁴⁹ ao contarem suas versões no cenário institucional no qual são convocados para prestarem seus depoimentos sobre o crime em análise.

Das perspectivas teórico-metodológicas utilizadas nesta tese, as narrativas não tinham sido colocadas como uma atividade discursivo-interacional importante e constitutiva dos interrogatórios policiais. Então, neste trabalho, um dos nossos objetivos é o de situar os estudos da Análise de Narrativa (incluindo nela a narrativa interacional e o modelo narrativo laboviano) como um campo relevante para a análise jurídica e para a análise discursiva dos interrogatórios policiais.

Para isso, mostraremos como as histórias fazem parte desse tipo de atividade de fala, discursivamente construída, na qual se recria a experiência no cenário de coleta de confissões e de depoimentos na Delegacia.

⁴⁹ Cf. a respeito da noção de ‘fatos’ no capítulo 2, na seção 2.1.5, especificamente.

5.1.1

O espaço interacional da narrativa nos interrogatórios policiais e a confissão

Nesta seção, nossa proposta é a de destacar a relevância de se olhar para as histórias que são contadas no cenário institucional da Delegacia da Mulher e, mais especificamente, nos interrogatórios policiais. Para que possamos compreender a centralidade das narrativas nos interrogatórios, mostraremos como as histórias estão presentes nesse tipo de atividade.

Se na fala cotidiana, o espaço interacional no qual uma história é contada deve ser negociado entre os participantes, nos interrogatórios policiais em análise, é o inspetor quem:

- i. seleciona o próximo falante corrente, i.e., o narrador;
- ii. elicia a história, ou seja, oferece o espaço interacional para que uma história seja contada e
- iii. direciona o tópico conversacional, i.e., o assunto/conteúdo da história a ser narrada.

Nesta seção, olharemos, especificamente, para o espaço interacional no qual as histórias ocorrem. Para isso, veremos como o inspetor, quem coordena a interação por ser o representante legal da instituição, elicia as histórias ao fazer perguntas. Para além, veremos como ele seleciona o próximo falante corrente e também como ele mantém o piso conversacional para que o narrador possa continuar contando sua história. Ainda, veremos a relação entre ‘perguntar-responder’ e a confissão. Nesse cenário, mostraremos como as narrativas podem aparecer após perguntas abertas, proferidas em um momento anterior pelo inspetor – na relação adjacente de P-R (Pergunta-Resposta). Ainda, mostraremos que essas respostas são, em sua maioria, narrativas canônicas (por apresentarem todos ou a maior parte dos elementos da narrativa laboviana), configurando-se como episódios narrativos (que apresentam ao menos duas orações narrativas) que contam sobre como algo aconteceu na perspectiva do narrador.

Apresentamos, abaixo, um fragmento retirado do Interrogatório Policial IV (IP IV), no qual o inspetor de polícia analisa o caso de uma agressão física cometida pelo ex-marido, Geraldo, contra sua ex-mulher, Rosângela. Nesse

interrogatório, a vítima acusa Geraldo de tê-la agredido fisicamente quando ambos estavam em um show de pagode. Segundo relatado por Rosângela no Boletim de Ocorrência (BO), o crime teria acontecido em virtude de ela estar se relacionando com outra pessoa. Há testemunhas que confirmaram o crime.

No trecho a seguir, trazemos ações que aconteceram no início do interrogatório, nas quais o inspetor, após identificar as partes e após realizar a leitura do BO, seleciona o próximo falante, eliciando uma narrativa:

Excerto 1 (IP IV “Agressão Física de Ex-marido contra ex-mulher”, 2007, 02: 54-62; 03: 01-26)

54 Inspetor >o que que< aconteceu nesse aqui, ô:: ô meu
55 amigo? cê realmente cê fez uma agressão a ela, as
56 testemunhas aqui confirmaram, por que disso?
57 Suspeito °ah, é complica::do, né°. () aí há- há muito
58 tempo atrás ela tinha me falado que:: tinha um
59 cara que era doido com ela né, aí eu peguei,
60 nesse dia eu tava lá, durante essa parada aqui eu
61 resolvi sair num saía (.) aí nisso eu saí de casa
62 e () que realmente (.) eu já não gostava do
01 cara porque ela tinha comentado comigo (.) re-
02 re- realmente o cara (.) dava em cima dela, aí
03 nesse dia que a gente separou eu saí, aí pegou,
04 lascou e deu um beijo nesse cara na minha
frente.=
05 Vítima Não([])
06 Inspetor [pera pe- pera-] pera- peraí, dona
07 rosângela, por favor, deixa ele falar, daqui a
08 pouco a senhora:: também tem a palavra, hã↑
09 Suspeito aí chegou:: () eu já num gostava desse cara
10 porque (.) eu já tinha-conhecia ele de vista, mas
11 eu num sabia, aí ela delatou pra mim que:: que
12 esse cara (.) dava- em cima dela.=
13 Inspetor =hã,=
14 Suspeito =aí eu vi ele ficando com ela=
15 Inspetor =e o senhor acha que isso justifica um tapa no
16 rosto?
17 Suspeito Não, num justifica não ([])
18 Inspetor [não justifica↓]
19 Suspeito entendeu, só que eu perdi a cabeça, fiquei com
20 raiva, porque ela falou pra mim que gostava- que
21 o cara tava a fim dela, só que depois da nossa
22 separação, uma semana depois, ela foi e deu um
23 beijo no cara, aí eu fiquei- entendeu, ma::s eu
24 sei que eu errei↓ e tudo, ma::s é por causa da
25 nossa separação também.
26 (17.0)

Na pergunta aberta, realizada no turno que vai das linhas 54-56, o inspetor seleciona o suspeito, Geraldo, como próximo falante corrente. Essa seleção é marcada, linguisticamente, pelo uso do vocativo “ô meu amigo?” (linha 54). Nesse ponto, é interessante notar como a escolha lexical do vocativo “amigo”

parece marcar uma relação afiliativa entre inspetor e suspeito: com essa escolha lexical, inspetor parece distanciar-se de sua relação assimétrica e institucional para aproximar-se do suspeito, usando um vocativo, geralmente, visto em interações cotidianas⁵⁰. Também, a afirmativa “cê realmente cê fez uma agressão a ela” (linha 55) e a tomada do turno subsequente (“°ah, é complica::do” linha 57) são marcas de que ele foi o selecionado como próximo falante.

Para além da seleção de Geraldo como próximo falante, as perguntas abertas: “>o que que< aconteceu nesse aqui, ô:: ô meu amigo?” (linha 54) e “por que disso?” (linha 56) apontam que o inspetor deseja ouvir a versão de Geraldo, ou seja, apontam que, interacionalmente, a ele é concedido um espaço de fala para contar o porquê de ele ter feito “uma agressão a ela, [conforme] as testemunhas aqui confirmaram”.

Nesse ponto, cabe destacar a especificidade de como as narrativas são eliciadas na Delegacia. Para isso, torna-se relevante levar em consideração, exatamente, o caráter institucional que norteia a interação como um todo: é também porque inspetor tem metas de trabalho a serem realizadas e porque, interacionalmente, é ele quem pode (e de quem espera-se esse tipo de atitude) coordenar o interrogatório que as histórias contadas recebem um lugar de realce. A ação de contar histórias faz parte do trabalho de buscar a confissão, de ‘gerar’ as ‘versões’, se configurando como uma das formas que o inspetor tem para ‘ouvir’ versões e relatos que o ajudem a checar e a apurar o crime em análise.

A assimetria e o poder institucional também podem ser observados por meio das perguntas do inspetor, como no excerto 1, acima: mesmo sendo exposto a uma pergunta que o coloca como aquele que cometeu um crime “cê realmente cê fez uma agressão a ela, as testemunhas aqui confirmaram” (linhas 55-56), Geraldo é impelido – por reconhecer o poder do ambiente legal e do representante legal da instituição – a confessar o crime, assumindo sua culpa. Ainda, é através da história que conta (e que se inicia no turno imediatamente subsequente à pergunta do inspetor) que Geraldo confessa o crime, buscando justificá-lo.

⁵⁰ Mais a esse respeito, cf. NEGRAIS *et al.*, 2008.

A narrativa de confissão de Geraldo inicia-se na linha 57 e ocupa outros turnos (intervalos das linhas 57-04; 06-08; 14; 17; 19-25) que vão sendo intercalados com ações dos outros participantes – o inspetor e a vítima, Rosângela. Na linha 57, Geraldo inicia sua história parecendo avaliar, negativamente, “°ah, é complica::do, né°” tanto a fala inspetor (presente nos turnos imediatamente acima), quanto a agressão por ele cometida contra a esposa “cê do realmente cê fez uma agressão a ela”. A narrativa que vem a seguir presta-se a justificar – ou seja, funciona como uma narrativa-*account* – o crime realizado. No trecho que vai das linhas 57-04 vemos mais diretamente como a história que Geraldo conta funciona como uma prestação de contas/*account* para o crime em tela: ele oferece o cenário de sua narrativa e a motivação de ele ter cometido a agressão física – o fato de ele ter visto a ex-mulher beijando “um cara que era doido com ela né”, que “dava em cima dela”, inclusive, enquanto ainda eles eram casados e viviam juntos. Em sua narrativa-*account*, ele traz o dia em que o crime aconteceu e a cena que desencadeou a agressão: “aí nesse dia que a gente separou eu saí, aí (pegou), (lascou) e deu um beijo nesse cara na minha frente”. Segundo a narrativa dele, a principal motivação do crime cometido reside no fato de a ex-mulher ter ficado com “um cara” que, segundo ela mesmo, já teria dado “em cima dela”: “eu já num gostava desse cara porque (.) eu já tinha-conhecia ele de vista, mas eu num sabia, aí ela delatou pra mim que:: que esse cara (.) dava- em cima dela.=” (linhas 9-12).

Interessante notar como, em um trabalho conjunto com o inspetor, a confissão é, narrativamente, coconstruída: Geraldo não diz, de modo direto, que cometeu o crime. É no jogo interacional – entre inspetor e suspeito – de perguntar e de responder que, narrativamente, ela emerge. Na pergunta realizada pelo inspetor: “cê realmente cê fez uma agressão a ela, as testemunhas aqui confirmaram, por que disso?” (linhas 55-56) há uma pressuposição: a de que o suspeito de fato cometeu uma agressão, tendo a confirmação das testemunhas. A pergunta “por que disso?”, com o dêitico “disso”, que resgata o crime cometido, traz, então, o pressuposto de que Geraldo deu um tapa no rosto da esposa. Quando, no turno imediatamente seguinte, Geraldo não nega o

pressuposto presente na pergunta do inspetor, ele acaba por confessar o crime de agressão física.

Dessa forma, é por meio da negociação e da coconstrução da história que a confissão acontece. É na relação entre eliciar a história, indicar narrador e ouvir as versões apresentadas no mundo da história que o inspetor consegue fazer com que o suspeito confesse o crime: é porque ele introduz, literalmente, a agressão “um tapa no rosto” que o suspeito confessa-a.

Neste momento, enfatizaremos o modo como o inspetor realiza ações que evidenciam sua atenção para com a história que está em curso. Para tanto, da sequência acima, destacamos, também, como o espaço para a narrativa, além de eliciado pelo inspetor (através da pergunta que este faz), é mantido por ele.

A manutenção do espaço interacional para que Geraldo continue contando sua história é garantido pelo inspetor na linha 5 “não([])”: quando a vítima, Rosângela, tenta autosselecionar-se como próximo falante corrente. O inspetor sobrepõe sua fala à dela, de modo a manter o piso conversacional para o narrador, Geraldo, conforme podemos ver na sequência de turnos que vai das linhas 05 a 08 (“[pera pe- pera-] pera- perai, dona rosângela, por favor, deixa ele falar, daqui a pouco a senhora:: também tem a palavra, hã↑”).

Outro aspecto interacional que marca a atenção do ouvinte – no caso, do inspetor – para com a história em curso pode ser visto no continuador da linha 13 “=hã,=”. Nas histórias, esses continuadores exercem um papel relevante: sinalizam que o ouvinte está atento, porém, não quebram “o fluxo do relato” (BASTOS, 2004, p.120). Com isso, o suspeito consegue continuar sua narrativa: “=aí eu vi ele ficando com ela=” (linha 14).

Ainda, nos interrogatórios, é comum o inspetor sinalizar sua atenção para com a história em curso ao realizar perguntas de esclarecimento e/ou comentários. Como é o caso da seguinte pergunta, na qual o inspetor busca esclarecer o crime, tornando evidente que pressupõe a agressão cometida pelo suspeito e que não tinha – até aquele momento – aparecido, explicitamente, na história de Geraldo “=e o senhor acha que isso justifica um tapa no rosto?” (linhas 15-16). Essa pergunta, para além de buscar um esclarecimento, parece querer fazer com que Geraldo complemente a confissão (que foi conarrativamente construída

nos turnos das linhas 54-01) (“não, num justifica não” linha 17), ratificando-a.

As sobreposições, quando acontecem, são breves e podem ocorrer em virtude de um próximo falante querer autosselecionar-se ou em virtude de ele pensar que seja um espaço relevante para a troca de turno (SACKS, SCHEGLOFF & JEFFERSON, [1974] 2003). Contudo, analisando a sequência que vai das linhas 14-18, no excerto acima, a ação de sobreposição do inspetor “[não justifica↓]” (linha 18) à fala do suspeito “não, num justifica não” (linha 17) parece querer confirmar a narrativa/confissão de que a cena vista por Geraldo – sua ex-mulher ficando com outra pessoa – “não justifica↓” o crime de agressão física por ele cometido. Nesse ponto, o que parece importar é ratificar, novamente, a confissão que foi narrativa e colaborativamente construída entre inspetor e suspeito, entre as perguntas e respostas e as pressuposições e seus implícitos.

Quando estamos contando uma história a alguém, temos de negociar a suspensão da sistemática regular de troca de turnos, posto que uma história costuma ocupar um turno maior e o ouvinte precisa ceder esse espaço interacional para que ela possa ser contada (SACKS, [1968] 1992). Nos interrogatórios policiais, contudo, mostramos que esse espaço não é fruto de uma negociação entre os participantes, mas sim, que ele é um recurso discursivo central usado pelo inspetor para que ele possa ouvir as versões dos participantes, a fim de realizar uma de suas metas institucionais, que é a de receber a confissão.

Assim sendo, é o inspetor quem concede o espaço interacional para que a narrativa aconteça. Vimos, também, que é ele quem seleciona o narrador, por meio das perguntas que faz. Em outras palavras, por meio de nossas análises nesta seção, pudemos observar como faz parte do trabalho do inspetor eliciar histórias, coordená-las, alocar, realocar próximos falantes correntes no trabalho institucional que ele tem de gerar confissões ou versões sobre os crimes em análise. Vimos, para além, como é no processo de perguntar-responder que, conarrativamente, a confissão pode emergir.

5.1.2

Pares adjacentes de Pergunta-Resposta: a relação entre fala institucional e os episódios narrativos

Conforme Drew & Heritage (1992) propuseram, as interações institucionais orientam-se e organizam-se para o cumprimento de (uma) determinada(s) tarefa que faça(m) parte da instituição. É também porque os participantes estão engajados numa coconstrução de identidades ligadas à instituição que a fala pode ser caracterizada como institucional e não como fala cotidiana. Nesse cenário, interessa-nos compreender como o inspetor, representante legal da instituição, orienta e coordena a interação a fim de cumprir seu mandato institucional central (Maynard, 1984) de buscar a confissão do crime em análise. Para isso, ele conta com um formato formulaico de ações e com procedimentos inerentes ao seu trabalho.

Como vimos, em Marques (2009; 2013), apresentamos que os interrogatórios policiais contam com três fases distintas: (i) a Fase I, em que o inspetor realiza, majoritariamente, a tarefa de solicitação de identificação dos participantes; (ii) a Fase II, em que o inspetor realiza, majoritariamente, a tarefa de leitura do Boletim de Ocorrência (BO) e (iii) a Fase III, em que o inspetor interroga, efetivamente, os participantes por meio de perguntas que estão direcionadas, sobretudo, à tentativa de se apurar a ‘verdade dos fatos’ e que são organizadas, sequencialmente, em pares adjacentes de Pergunta-Resposta (P-R). Os interrogatórios policiais em análise, assim como outros tipos de atividade em ambientes institucionais, contam, geralmente, com fases previamente esperadas, como abertura e encerramento (HERITAGE, 1997). Se em, Marques (2009; 2013) analisamos o formato formulaico dos interrogatórios, nesta tese, nosso foco analítico é o de entender as narrativas como uma ação constitutiva dos interrogatórios, vendo, para isso, qual é o espaço interacional para elas, como são negociadas e como alguns propósitos interacionais parecem ser, narrativamente, cumpridos.

O estudo interacional da narrativa e da Análise de Narrativa tornam-se importantes nesse contexto, exatamente, porque as respostas dadas são

narrativamente construídas. A esse respeito, Bastos (2004, p.121) destaca que as histórias são vistas como uma

“(...) construção social e não mais como uma representação do que aconteceu. Operam nessa construção o filtro afetivo que guia a lembrança, as especificidades da situação de comunicação em que a narrativa é contada, a ordem sociocultural mais ampla (...)”

É nessa perspectiva que buscaremos analisar os episódios narrativos nos interrogatórios: as análises das histórias que suspeitos e vítimas narram devem levar em conta o contexto institucional e legal da Delegacia, assim como devem levar em conta o entendimento que os participantes parecem ter quanto à meta institucional e à tarefa de buscar confissões do crime em investigação.

Neste momento, olharemos para a relação entre a sistemática regular de troca de turnos nos interrogatórios. Para isso, veremos como o inspetor coordena a relação de adjacência de pares de Pergunta-Resposta⁵¹ em dois excertos, olhando, na sequencialidade, para a relação entre uma de suas metas institucionais centrais, que é a de buscar a confissão, e para o conteúdo da pergunta e da resposta.

Acerca da relevância dos pares de P-R e de como os episódios narrativos aparecem nesse contexto, analisaremos, abaixo, dois fragmentos de um mesmo interrogatório, no qual se investiga um possível crime de abuso sexual. Nele, o suspeito, Cássio, foi apontado como aquele que teria obrigado seu cunhado, André (um menino de 4 anos) a fazer sexo oral. O caso foi encaminhado à Delegacia por meio da queixa, registrada em BO, pela mãe do menor.

No seguinte fragmento, trazemos os momentos iniciais do interrogatório, nos quais o inspetor, após ter ouvido uma primeira versão da história contada pela mãe, realiza uma pergunta aberta direcionada a Cássio, o suspeito.

⁵¹ Mais a esse respeito, cf. capítulo 2 desta tese, na seção 2.2.3, especificamente.

Excerto 2 (IP I “Assédio Sexual de Menor”, 2007, 03: 58-64; 04: 01-13)

58 Inspetor o quê que você tem a dizer sobre isso irmão.((se
59 dirige ao suspeito))
60 Suspeito o que eu tenho pra falar com você, eu tenho uma
61 filha, tenho sobrinho, tem um monte lá- e ele tomô
62 raiva de mim, sabe por causa de quê? lá tem um
63 montão de criança, aí foi um negócio de papagaio,
64 só que pra ele ele queria papagaio que fazia de
01 vareta, e eu fiz-só que aí eu peguei uma folha de
02 caderno, amassei no meio e amarrei duas linhas e
04 tal, aí eu falei, ô andré, eu não vou- vou fazê
05 pro cê senão as criança, daí ele arrumou um- e
06 chorou pra caramba, aí desse dia pra lá ele tomô
07 raiva de mim
08 Suspeito (0,2)
09 eu tenho filha também eu jamais faria isso com os
meninos.
10 Inspetor mas como é que um menino de quatro anos de idade
11 vai saber como é que é chupar, como é que é
isso?
12 Suspeito () eu falei até com a mãe dele (), a briga
13 comigo é por causa de papagaio.

O inspetor, ao questionar: “o quê que você tem a dizer sobre isso irmão” (linha 58) pede uma explicação ao suspeito. Com essa ação de perguntar, o inspetor realiza uma ação diretiva que tem como objetivo receber um *account*, ou seja, uma explicação por parte de Cássio. É com essa pergunta que instaura um pedido de *account* que o suspeito pode reconstruir, no momento do interrogatório, a sua versão sobre o crime sexual em questão.

A pergunta da linha 58, então, configura-se como a Primeira Parte do Par (PPP) e como tal, traz restrições ao que pode aparecer na Segunda Parte do Par (SPP), haja vista que ela restringe não só quem é o participante que pode responder, mas também o que pode ser considerado como uma resposta ‘esperada’, ao indicar, mesmo que de forma mais ampla, o tópico que deve ser tratado na resposta “sobre isso”.

No fragmento acima, o que vemos no turno imediatamente subsequente à PPP de pergunta (linha 58) é a resposta do suspeito, Cássio: “o que eu tenho pra falar com você” (linha 60), para quem o turno de fala foi concedido, já que o inspetor, por meio de sua pergunta, pré-selecionou Cássio como próximo falante corrente. A pergunta aberta “o quê que você tem a dizer sobre isso irmão” concede a Cássio, ademais do turno subsequente, também a possibilidade de ele contar sua versão. É nesse espaço interacional que a história é eliciada: na relação de adjacência entre ‘perguntar’ (inspetor) e ‘responder’ (suspeito), já que

Cássio constrói sua resposta contando uma história: “(...) lá tem um montão de criança, aí foi um negócio de papagaio (...)” (linhas 62-63).

Em termos de organização sequencial, como já dito, os pares de P-R acontecem, minimamente, em dois turnos – um de pergunta e um de resposta. Contudo, esses pares podem, ocasionalmente, ser expandidos. Para que isso ocorra, podem ser adicionados outros turnos de fala que tenham, no entanto, alguma ligação com a ação base que lhes deu origem. Os pares adjacentes, desse modo, podem contar com uma: (a) pré-expansão: quando algo é adicionado antes da PPP; (b) expansão por inserção: quando alguma ação é inserida entre a PPP e a SPP e (c) pós-expansão: quando uma outra ação é inserida após a SPP (SCHEGLOFF, 1995)⁵².

No turno que vai das linhas 10-11, o inspetor profere uma pós-expansão do par mínimo de P-R (linhas 58-09), a relação entre este e a pós-expansão reside na ação base, que continua a mesma: “mas como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é chupar, como é que é isso?”. Ao ouvir a narrativa-*account* de Cássio (cf. linhas 60-09) e ao ouvir a explicação dada por ele para tentar justificar por que o menino, André, teria contado a história do possível crime “ele tomô raiva de mim, sabe por causa de quê? lá tem um montão de criança, aí foi um negócio de papagaio” (linhas 61-63), o inspetor parece precisar, ainda, de um argumento mais condizente. Para isso, a pós-expansão que profere (linhas 10-11) focaliza e problematiza o seguinte quadro hipotético: se o menino teria ficado aborrecido com o suspeito, em virtude de um “negócio de papagaio”, como ele poderia ter criado essa história do crime, já que “como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é chupar”? Como ação responsiva à pós-expansão feita pelo inspetor, Cássio ratifica a justificativa apresentada em sua primeira resposta: “eu falei até com a mãe dele (), a briga comigo é por causa de papagaio” (linhas 12-13).

De forma esquemática, temos:

⁵² Mais a respeito, cf. seção 2.2.3, no capítulo 2 desta tese.

Quadro 2: Sequência de pós-expansão – excerto 2.

PPPb	“o quê que você tem a dizer sobre isso irmão” (linha 58)
SSPb	“o que eu tenho pra falar com você (...)” (linhas 60-09)
PPP (pós-expansão)	“mas como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é chupar, como é que é isso?” (linhas 10-11)
SSP	“eu falei até com a mãe dele (), a briga comigo é por causa de papagaio” (linhas 12-13)

Vimos, então, como a atividade de contar histórias é oportunizada pela relação entre perguntar-e-responder. Para além, vimos como os pares adjacentes de P-R fazem parte do processo de interrogar e são um dos meios pelos quais o inspetor pode introduzir informações, checá-las, esclarecê-las ou mesmo confrontá-las. Nesse processo, o inspetor, valendo-se de perguntas que pedem uma explicação, um *account*, tem a oportunidade de fazer com que possíveis confissões – ou pedaços de confissões – possam surgir interacionalmente. No caso específico do crime analisado no excerto 2, acima, o suspeito, Cássio, não confessou o crime “o que eu tenho pra falar com você, eu tenho uma filha, tenho sobrinho, tem um monte lá- e ele tomô raiva de mim, sabe por causa de quê? lá tem um montão de criança, aí foi um negócio de papagaio” (linhas 60-66), mas buscou justificar a denúncia do crime por meio da narrativa-*account* que contou. Cabe destacar que essa narrativa-*account* foi incitada, sobretudo, pelas perguntas diretivas direcionadas a ele pelo inspetor.

5.1.3

A contribuição do modelo narrativo laboviano para entender a estrutura das histórias contadas nos interrogatórios policiais

Vimos, na seção acima, que as narrativas são parte constitutiva do trabalho interacional realizado nos interrogatórios policiais. Dentro disso, analisamos como as narrativas são iniciadas, como o espaço para contá-las é negociado e como a manutenção do piso conversacional é garantida interacionalmente. Ainda, vimos

como as confissões podem ser oportunizadas no emparelhamento de pares adjacentes de Pergunta-Resposta (P-R), em que as respostas trazem uma história – narrativa-*account* – que se presta a justificar ou explicar ações.

Neste momento, nossa atenção estará voltada para como essas narrativas são, estruturalmente, desenhadas. Nosso objetivo, portanto, será o de, analiticamente, observar se há algum tipo de padronização ou de semelhança estrutural nas histórias contadas nos interrogatórios que nos permita contribuir para oferecer uma metodologia operacional, a fim de que profissionais do direito, do discurso e afins possam relacionar as histórias contadas (incluindo aqui suas fases estruturais) nos interrogatórios com atividades maiores, tais como as de mitigação da culpa. Ainda, objetivamos oferecer subsídios analíticos para que estudos ligados ao discurso e ao meio jurídico possam compreender o formato narrativo-estrutural dos interrogatórios, de modo a facilitar o entendimento das confissões que são, narrativa e discursivamente, coconstruídas no ambiente legal da Delegacia.

Para fins de exemplificação, apresentamos duas análises que nos permitirão entender como, em sua maioria, as narrativas que vimos nos interrogatórios que geramos estruturam-se. Para isso, lançaremos mão do modelo de narrativa proposto por Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972; 2013). Para eles, as narrativas combinam uma sequência verbal de orações a uma sequência de eventos que ocorreram de fato ou que, pelo menos, infere-se que tenham ocorrido. As narrativas, então, têm de remeter a um acontecimento específico, sendo estruturadas em uma sequência temporal. Conforme vimos no capítulo 2, desta tese, a estrutura narrativa laboviana é aquela na qual podem aparecer: resumo, orientações (indicação de personagens, cenário, tempo, etc.), avaliação (marcas avaliativas que indicam tanto o estado emocional do narrador, quanto a forma como ele próprio avalia algo (personagens, situações, cenários, etc.) no mundo da narrativa), resolução (em que se finaliza a ação complicadora da história), coda (ações que trazem os participantes para a interação na qual a narrativa desenrola-se) e ação complicadora (a qual caracteriza-se por ser a história em si, ou seja, as ações que são sequencial e temporalmente apresentadas – sendo este, o único elemento obrigatório, segundo os autores).

Nesta seção, apresentaremos dois excertos em que analisamos como as histórias presentes neles são estruturadas, olhando, mais focalmente, para como a proposta de narrativa laboviana aplica-se às histórias contadas nos interrogatórios policiais da Delegacia.

Abaixo, analisaremos um interrogatório policial (VII), em que o inspetor investiga o possível crime de agressão física no qual a vítima, Vilma, alega que seu marido, Pedro Henrique, teria batido nela. Ainda, Vilma queixa-se do “jeito dele- dele me tratar dentro de casa, ele só me [maltratava]” (linhas 42-44).

No fragmento a seguir, recortado dos momentos iniciais do interrogatório, o inspetor de polícia havia lido o Boletim de Ocorrência (BO) e havia, também, ouvido uma pequena narrativa da vítima, Vilma⁵³.

Excerto 3 (IP VII, Agressão física do marido contra esposa, 2007, 03: 21-58; 04: 01-09)

21	Inspetor	que que o senhor- que que tá acontecendo lá pra tá::
22		gerando tanto atrito assim.
23	Suspeito	é o seguinte (.) no dia (.) que houve isso aí, semana
24		passada, eu cheguei=
25	Inspetor	=tá aí, paula? = ((inspetor se dirige à funcionária I))
26		
27	Suspeito	=eu cheguei (.) por volta de quatro e meia do meu
28		serviço.
29		(1.5)
30	Suspeito	aí tava minha filha e uma sobrinha minha, aí perguntei
31		pra ela, cadê a sua mãe, aí ela falou assim, a mãe tá
32		lá no (.) colégio, foi numa reunião da escola.
33		
34		(1.0)
35	Suspeito	eu falei, tá bom.
36		(1.0)
37	Suspeito	aí ela chegou (.) falou pra mim, pedrinho, o diretor
38		falou assim (.) que (.) as nossas duas crianças vai
39		precisar de psicólogo, aí eu falei, vilma, psicólogo
40		das crianças é você mesmo, você vai ensinar um dever à
41		menina, você num tem paciência, entendeu? a menina (.)
42		pega pra fazer o dever, erra, você bate, então não é
43		assim, é só você manejar o jeito de lidar com a
44		menina que ela vai melhorar, tanto na escola como no
45		jeito de agir.
46		(1.5)
47	Suspeito	aí ela:: (.) ficou brava, me ofendendo com palavras e
48		coisa e tal, passou, aí daí a pouco↓
49		(1.5)
50	Suspeito	aí ela:: eu falei assim, você foi no seu pai hoje? ela
51		falou (.) fui, não te devo satisfação, filho duma puta,
52		com o perdão da palavra, filho duma égua, não te devo
53		satisfação, aí foi lá dentro, perguntou- perguntou pra
54		essa sobrinha minha, entendeu? pergun- aí a minha
55		sobrinha falou não, num- num fui eu que falei que falei

⁵³ Essa narrativa será analisada também na seção 5.1.4, que tratará da relação entre os episódios narrativos e o conteúdo do BO.

56 com ele que a senhora foi no vô não, aí foi perguntou a
 57 minha filha, aí a minha filha falou, foi eu mãe, aí ela
 58 falou, minha filha (.) o dia que VOCÊ (.) falar pra
 01 esse >filho da puta< aonde eu fui (.) você- você vai
 02 apanhar, que eu não devo satisfação da minha vida pra
 03 esse >filho da puta<.
 04 Inspetor deixa eu perguntar um negócio pro senhor.
 05 Suspeito =hum, e aí ela me agrediu, entendeu.=
 06 Inspetor =agrediu o se[nhor, como?]
 07 Suspeito [simplesmente] (.) ela veio de empurrão
 08 em cima de mim, eu simplesmente empurrei ela.
 09

Conforme mostramos na seção acima, a narração de uma história é uma ação central e constitutiva dos interrogatórios policiais. Ela é eliciada por meio das perguntas que o inspetor faz. As perguntas do inspetor, então, para além de incitar a narrativa, também dão o ponto, ou seja, a razão pela qual a história que virá a seguir deve/pode ser contada – “que que o senhor- que que tá acontecendo lá pra tá:: gerando tanto atrito assim” (linhas 21-22): quando inspetor realiza uma pergunta aberta, solicitando esclarecimentos sobre o que “tá:: gerando tanto atrito assim”, o conteúdo, ou seja, o evento a ser reportado é escolhido. A narrativa a seguir deverá, prioritariamente, fazer com que inspetor saiba da versão do narrador sobre determinados acontecimentos, que, no caso, foram geradores de “tanto atrito”. Nessa sistemática entre perguntar-e-responder, é que o inspetor pode obter a confissão, por parte do suspeito.

Na história contada acima, que vai das linhas 23-09, o suspeito, Pedro Henrique, conta sobre o dia em que houve a agressão. Em sua história, ele orienta o inspetor quanto ao cenário, quanto às personagens envolvidas e quanto ao tempo em que a narrativa desenrola-se. Segundo Labov (2013), essas ações compõem a orientação da história e acontecem, geralmente, em seus momentos iniciais, servindo, assim, como uma “matriz inicial” que apresenta o mundo da narrativa.

A indicação do cenário é indiciada quando Pedro Henrique diz “eu cheguei” (linha 27): esse verbo aponta, semanticamente, para a movimentação que permite ao sujeito oracional sair de um ponto e adentrar/chegar em outro – se o narrador explicita que chegou “do meu serviço” (linhas 27-28), o local de chegada, no qual ele encontra a filha e uma sobrinha, é, por inferência, sua própria casa.

De igual modo, o tempo em que a narrativa passa-se é explicitado em dois momentos: “no dia (.) que houve isso aí, semana passada,” (linhas 23-

24) e “por volta de quatro e meia”. Com isso, o narrador oferece, como informação de fundo, o momento e o dia em que o crime de agressão física aconteceu.

Ainda, também as personagens que estão no mundo da narrativa foram apresentadas por Pedro Henrique: “tava minha filha e uma sobrinha minha” (linha 30) e “cadê a sua mãe” (linha 31)/“aí ela chegou” (linha 37). A terceira personagem da história, Vilma, não é apresentada de modo direto, mas sim por meio de inferências, tanto através do pressuposto oriundo do contexto situacional (vítima e suspeito são marido e mulher e, portanto, são pai e mãe): “cadê a sua mãe”, quanto por meio do elemento de coesão anafórico “ela”, que resgata, contextual e textualmente, a “mãe”, Vilma.

Com esses recursos, Pedro Henrique fornece-nos as orações de orientação, seguindo o modelo laboviano. As orientações parecem ter um papel muito importante nas narrativas contadas em interrogatórios policiais. Elas parecem ser detalhadas exatamente para: (i) contribuir para a ‘reconstrução’ da cena do possível crime; (ii) contribuir como um ‘retrato fiel’ de cenários, personagens presentes no mundo da narrativa e tempo e (iii) contribuir para a (des)construção, na medida em que busca servir como testemunho válido pela descrição detalhada (e, portanto, fidedigna) dos ‘fatos’ passados.

Em sua história, o narrador apresenta, ainda, algumas marcas avaliativas, tais como o uso do discurso reportado direto, que traz para o mundo da narrativa, a voz das personagens: “aí ela falou assim, a mãe tá lá no (.) colégio, foi numa reunião da escola.” (linhas 31-33). Quando reporta as falas de suas personagens, como vimos no fragmento da história acima – linhas 31-33, por exemplo – o suspeito dá dramaticidade à narrativa que conta. Esse discurso reportado não representa, conforme já vimos no capítulo 2, desta tese (seção 2.1.4, especificamente), a reprodução fiel da fala de alguém (de alguma personagem da história), mas, ao inverso, trata-se de um encaixe intertextual e avaliativo no mundo da narrativa.

Ainda, nesse tocante, destacamos que o conteúdo das falas de suas personagens, reportadamente relatados no momento da narração, ganham status de ‘verdade’ e de uma lembrança mais detalhada dos ‘eventos passados’. Conforme De Fina (2003) destacou, o uso de discurso reportado nas narrações é uma

estratégia avaliativa, usada para enfatizar diferentes aspectos e elementos da narrativa. Nos interrogatórios em análise, a presença do discurso reportado parece estar ligada: (i) ao entendimento que os participantes têm de que estão em um ambiente legal e de que (ii) seus depoimentos são recebidos como confissões/depoimentos importantes para a condução/resolução do caso em análise.

A continuidade da história se desenvolve das linhas 35-03. Nesse momento da narração, o suspeito conta sobre a interação que teve com Vilma acerca de uma reunião ocorrida na escola da filha.

Em termos avaliativos (discurso reportado), no fragmento da narrativa que vai das linhas 27-45, notamos um duplo encaixe de cenas narradas: uma primeira começa na linha 27, na qual ele conta como chegou em sua casa, quem encontrou (a filha e a sobrinha) e como ele teve notícia de onde a mãe – Vilma – estava. No segundo momento, das linhas 37-45, ele encaixa, na história que está narrando, a conversa que teve com Vilma (“aí ela chegou (.) falou pra mim, pedrinho, o diretor falou assim (.) que (.)” linhas 37-38).

Também no fragmento que vai das linhas 37-45, Pedro Henrique prefere construir sua narrativa usando discurso reportado, com a presença de verbo *dicendi* (“falou pra mim” linha 37). Interessante notar como nos momentos em que ele escolhe, deliberadamente, contar sua história, recriando cenas com discurso reportado, ele se mostra como animador da fala de outro (nos termos de Goffman (1981)), buscando se construir como aquele que reproduz, ‘fielmente’, o que o outro – no caso a esposa/vítima, Vilma – disse no evento narrado.

Há, segundo Goffman (1981), pelo menos duas vozes enunciativas: a do autor e a do animador (cf. seção 2.1.4, do capítulo 2 desta tese). O autor é aquele que produz um enunciado, que seleciona palavras. Já o animador é aquele que reproduz esse enunciado. Quando um narrador, tal como o suspeito em análise – Pedro Henrique – escolhe reproduzir enunciados por meio do discurso reportado direto, usando verbo *dicendi*, podemos notar uma separação das falas/ações que são do animador (Pedro Henrique) daquelas que são do autor (Vilma). Esse recurso discursivo – que é avaliativo, como dissemos acima – cria a ideia de que aquilo que foi reportado é o que, de ‘fato’, foi ‘proferido/vivido’ ao mesmo tempo em que posiciona aquela personagem que tem sua fala sendo reportada como

agente, i.e., como ‘responsável’ pelas ações e pelas consequências que são trazidas à tona não por sua própria vontade e em sua própria fala, mas sim na fala do outro – do narrador – que a reporta.

No ambiente legal da Delegacia da Mulher, em que se buscam confissões e depoimentos/relatos acerca do crime em análise, as histórias que pareçam descrever mais fidedignamente os ‘fatos passados’ poderão ser mais aceitas como depoimentos válidos. Parece ser esse um dos recursos discursivos usados pelos participantes – suspeitos e vítimas – em interrogatórios policiais: a avaliação por meio dos discursos reportados e a seleção deliberada de certas falas/ações em detrimento de outras com o objetivo de ressignificar a fala de algum personagem no mundo da narrativa e de fazê-lo se comprometer com o conteúdo delas, tornando-o ‘responsável’ por ela e pelas ações que ela traz.

Além do discurso reportado, outras marcas avaliativas, como as avaliações internas ou encaixadas, nos termos de Labov (1972), podem ser observadas na história contada por Pedro Henrique. Ao escolher as palavras “ficou brava” e “me ofendendo”, na sequência das linhas 47-48 “aí ela:: (.) ficou brava, me ofendendo com palavras e coisa e tal, passou. aí daí a pouco”, o narrador encaixa suas avaliações para construir, sob sua perspectiva enquanto narrador, tanto a ‘cena vivida’ quanto a esposa, sem interromper o fluxo da narrativa. O adjetivo “brava” aponta sua avaliação frente às atitudes da esposa, assim como também a semântica do verbo pronominal “me ofendendo” marca, avaliativamente, seu sentimento frente às ações que ela teve.

Na linha 50, Pedro Henrique continua sua narrativa, contando sobre a ida da mulher à casa do sogro. Nesse terceiro fragmento da história contada (que vai das linhas 50-03), o narrador constrói-se como um homem que não revida a agressões verbais. Ele atua, novamente, como animador da voz esposa, Vilma, usando, como recurso avaliativo, o discurso reportado. Pedro Henrique reporta um momento da história em que Vilma teria usado expressões de baixo calão “filho duma puta” (linhas 51-52) e “filho duma égua” (linha 52). Segundo seu relato, ele não revida com agressão verbal: sua estratégia foi a de voltar para o presente, ou seja, para o evento narrativo na Delegacia, usando a expressão – direcionada ao inspetor – “com o perdão da palavra”, que avalia, negativamente, a fala

grosseira de Vilma. Nesse caso, temos uma avaliação externa, já que o fluxo da narrativa foi, momentaneamente, interrompido (LABOV, 1972).

Ao construir cenários e ao reconstruir a história que contou com marcas avaliativas, dentre elas, os discursos reportados, o narrador construiu a si próprio no mundo da narrativa. Por meio de como ele escolheu contar sua história, o inspetor, possivelmente, pôde construir a imagem de como ele buscou se mostrar: quais ações ele julgou erradas (uso de palavras “com o perdão da palavra”, linha 52; “me ofendendo”, linha 47) e quais atitudes ele quis destacar pela avaliação externa, usando o discurso reportado para ressignificar/avaliar ações grosseiras da esposa Vilma (“(.) fui, não te devo satisfação, filho duma puta, com o perdão da palavra, filho duma égua. não te devo satisfação.” linhas 51-52). Nesse processo, ele se mostra e se constrói, já que as histórias mostram a pessoa do narrador através do relato e de como ele é narrado.

A ação complicadora aparece nas orações que trazem o fluxo narrativo, ou seja, a sequência de ações da história em si. Essas orações complicadoras foram marcadas, no interrogatório em análise, pelo uso de verbos no tempo passado e caracterizam-se por tornar relevante a apresentação das ações, tanto as do narrador, quanto as das personagens que fazem parte da história.

A seguir, listamos, sequencialmente, as ações do próprio narrador: “eu cheguei” (linha 24; 27), em que Pedro Henrique insere-se como personagem da história e realiza ações em sua interação com as outras personagens (sua filha, a sobrinha e sua esposa, Vilma): “aí perguntei pra ela” (linhas 30-31); “eu falei, tá bom” (linha 35); “aí eu falei” (linha 39); “eu falei assim, você foi no seu pai hoje?” (linha 50) e “eu simplesmente empurrei ela.” (linhas 08-09).

Para além de suas próprias ações, o narrador apresenta, também, as ações das outras personagens: (a) a filha: “ela falou” (linha 31) e “aí a minha filha falou, foi eu mãe,” (linhas 57-58); (b) a sobrinha: “aí a minha sobrinha falou não, num- num fui eu que falei que falei com ele que a senhora foi no vô não” (linhas 55-56) e (c) a mãe/vítima, Vilma: “aí ela chegou (.) falou pra mim” (linha 37); “aí ela:: (.) ficou brava, me ofendendo com palavras e coisa e tal” (linhas 47-48); “ela falou (.) fui, não te devo satisfação” (linha 51); “aí foi lá dentro,

perguntou- perguntou pra essa sobrinha minha” (linhas 53-54); “aí foi perguntou a minha filha” (linha 57); “aí ela falou, minha filha” (linha 58); “e aí ela me agrediu” (linha 05) e “ela veio de empurrão em cima de mim” (linhas 07-08).

A fim de oferecer uma esquematização que facilite a visualização da ação complicadora da história contada por Pedro Henrique, trazemos, abaixo, o seguinte quadro:

Quadro 3: Ação complicadora por personagem, referente à narrativa presente no excerto 3.

Elementos da Narrativa	Pedro	Filha	Sobrinha	Vilma
Ação Complicadora	(1)eu cheguei	(3)ela falou	(11)aí a minha sobrinha falou não, num- num fui eu que falei que falei com ele que a senhora foi no vô não	(5) aí ela chegou (.) falou pra mim
	(2)aí perguntei pra ela	(13)aí a minha filha falou, foi eu mãe		(7)aí ela:: (.) ficou brava, me ofendendo com palavras e coisa e tal
	(4) eu falei, tá bom			(8)ela falou (.) fui, não te devo satisfação
	(6)aí eu falei			(10)aí foi lá dentro, perguntou- perguntou pra essa sobrinha minha
	(9) eu falei assim, você foi no seu pai hoje?			(12)aí foi perguntou a minha filha
	(17)eu simplesmente empurrei ela			(14)aí ela falou, minha filha
				(15)e aí ela me agrediu
				(16)ela veio de empurrão em cima de mim
Total	6	2	1	8

Ao observarmos a forma como o narrador apresentou os episódios narrativos de cada personagem (cf. quadro 3 acima), podemos notar que ele

desempenhou menos ações na reconstrução da cena do crime de agressão física, se comparado à Vilma. Interessante notar, ainda, que a ação do crime de agressão física é inserida nas orações complicadoras que têm Vilma como *agente* e não ele: “e aí ela me agrediu” e “ela veio de empurrão em cima de mim”. Ele, apenas, reage à agressão cometida, anteriormente, por Vilma: “eu simplesmente empurrei ela”.

Nesse ponto, destacamos o uso avaliativo do advérbio “simplesmente”: é interessante notar como, por meio de uma avaliação encaixada, “simplesmente” pode assumir dois significados: um a ser entendido na perspectiva de reação em relação à ação anterior, desencadeada pela esposa, Vilma: “ela veio de empurrão e eu – DO MESMO MODO QUE ELA FEZ COMIGO – empurrei ela” e outro, que pode ser entendido na perspectiva de ação do próprio suspeito, que busca mitigar sua agentividade: “ela veio de empurrão e eu – SÓ – empurrei ela”⁵⁴.

Ainda, destacamos o uso avaliativo que o verbo “veio” parece assumir em “ela veio de empurrão em cima de mim” (linhas 7-8). Também aqui, o narrador-suspeito, Pedro Henrique, parece buscar afastar a agentividade de Vilma numa via sintático-semântica: ao invés de usar um verbo na voz ativa, de modo direto, como “ela me deu um empurrão” ou “ela me empurrou”, por exemplo, o narrador busca mitigar também a agentividade dela ao usar “ela veio de empurrão”⁵⁵.

No quadro acima, destacamos também o ordenamento sequencial no qual as ações apareceram na narrativa de Pedro Henrique. Os números entre parênteses (“(1) eu cheguei”) marcam a ordem de cada uma das ações executadas pelas personagens da história. Por meio desse ordenamento, podemos observar como a agressão é inserida no eixo da ação-reação também pela sequência temporal da narrativa: “(17) eu simplesmente empurrei ela” acontece, cronologicamente, apenas após outra ação violenta desencadeada por Vilma: “(16)ela veio de empurrão em cima de mim”.

Nesse ponto reside também a relação entre a (des)atribuição de agência/ de responsabilidade e a tentativa de mitigação da culpa de que esta tese trata: a (des)atribuição da agência – e, portanto, da responsabilidade – ficam latentes na

⁵⁴ Para essas reflexões, agradecemos as sugestões levantadas pela membra da banca de defesa desta tese, Ana Cristina Ostermann.

⁵⁵ Para essas reflexões, agradecemos as sugestões levantadas pela membra da banca de defesa desta tese, Ana Cristina Ostermann.

história de Pedro Henrique, já que o quadro de agressão física é desencadeado pela vítima. Segundo a narrativa dele, é ela quem desempenha uma ação agressiva num primeiro momento. Com isso, o suspeito, Pedro Henrique, (des)atribui de si a responsabilidade do crime em análise ao posicionar a esposa, Vilma, como aquela que desencadeou/iniciou a agressão – com esses recursos discursivo-narrativos, ele marca quem foi o *agente* e, conseqüentemente, quem foi o *reagente*: “e aí ela me agrediu” e “eu simplesmente empurrei ela”, respectivamente.

Em um ambiente legal, como o da Delegacia, refocalizar personagens e ressignificar ações parece ser crucial e estratégico quando se quer reconstruir o crime em análise. Ao construir a vítima, Vilma, como aquela que mais desempenhou ações, o suspeito/narrador parece fazer com que, no mundo da narrativa, ele saia do papel de protagonista/principal suspeito para coadjuvante, para o papel daquele que age apenas depois que outra ação anterior à sua é iniciada: “ela veio de empurrão em cima de mim, eu simplesmente empurrei ela” (linhas 07-09). Com isso, narrativamente, o crime passa a ser visto no eixo da ação-reação, em que a personagem que desencadeia a ação não é a mesma que está sendo colocada como principal “suspeito” na Delegacia⁵⁶. Com isso, ele busca mitigar sua culpa, (des)atribuindo de si mesmo a responsabilidade por uma ação que foi, cronologicamente ordenada de modo a posicionar a vítima, Vilma, como a causadora do quadro de agressão.

O que é interessante notar é o papel crucial que a ação complicadora parece ter nesse cenário. Ela parece funcionar, então, como uma forma discursiva de tentativa de mitigação da culpa: é porque narrador conta a história que conta e como conta-a, que ‘o’ drama é reconstruído no aqui-e-no-agora da Delegacia, lugar no qual a confissão é um dos meios que a Justiça tem para apurar os ‘fatos’, os quais são, como vimos demonstrando, narrativa, discursiva e interacionalmente construídos nos interrogatórios policiais.

Nesse ponto, gostaríamos de enfatizar a relação entre os ‘fatos’ e os episódios narrativos: como dissemos na abertura deste capítulo, um dos objetivos de nossa pesquisa é o de contribuir com o trabalho investigativo dos profissionais que atuam em ambientes investigativo-institucionais. Nesse cenário, nossa abordagem construcionista, assim como as análises que vimos fazendo, permitem

⁵⁶ Mais a esse respeito, cf. seção 2.2.6, do capítulo 2 desta tese.

que entendamos que os ‘fatos’ que são analisados nos interrogatórios policiais da Delegacia não têm uma relação referencial com a ‘verdade dos fatos passados’. Há, sim, ações, personagens e eventos sendo ressignificados, reconstruídos pela perspectiva de um narrador, que busca apresentar-se “*sob uma luz favorável*” (GOFFMAN, [1975] 2009, p.16). Nesse trabalho discursivo-interacional, o narrador não perde de vista a audiência para a qual performatiza, já que ele, quando na presença de outros, sabe que para que sua “*atividade (...) (...) torn[e]-se significativa para os outros, ele precisa mobilizá-la de tal modo que expresse **durante a interação**, o que ele precisa transmitir*” (GOFFMAN, [1975] 2009, p.36, grifos no original).

Das análises que fizemos acima, não comentamos sobre o resumo e a resolução. O resumo pode ser visualizado no turno da linha 23 “é o seguinte (.) no dia (.) que houve isso aí”: com sua fala, Pedro Henrique encapsula todo o enredo da narrativa, bem como o crime de agressão contido na expressão vicária “isso”. Também, o dêitico “aí” parece remeter ao conteúdo/crime exposto durante a leitura do BO, o que aconteceu instantes antes de o narrador ser convidado a contar sua versão.

Quanto à resolução, ao proferir “[simplesmente] (.) ela veio de empurrão em cima de mim, eu simplesmente empurrei ela.” (linhas 07-09), temos o desfecho do enredo trazido: Pedro Henrique finaliza sua história atendendo ao ponto eliciado pelo inspetor “que tá acontecendo lá pra tá:: gerando tanto atrito assim” (linhas 21-22), já que, narrativamente, após reconstruir a cena do crime, ele, por fim, apresenta-o no eixo da ação-reação, fechando, com isso, sua versão enquanto narrador-suspeito.

Desse modo, vimos como a história analisada acima encaixa-se no modelo narrativo-estrutural laboviano, posto que apresenta a maior parte dos elementos por ele propostos: ponto, resumo, orientação, ação complicadora, avaliação e resolução. Ainda, vimos as consequências interacionais e institucionais que esses elementos parecem suscitar na relação entre narrativas e interrogatórios: os participantes contam histórias e para interpretá-las – relacionando o trabalho narrativo às metas/tarefas institucionais de coleta de confissão e de depoimentos – os elementos labovianos são úteis para entender como, ponto a ponto, os

narradores escolhem ordenar ações, avaliando-as, avaliando também a si mesmos e as outras personagens.

Abaixo, analisamos um interrogatório policial no qual o inspetor investiga o crime de ameaça física que foi cometido por Geraldo contra sua ex-mulher, Rosângela⁵⁷.

Para este momento, olharemos para os elementos da narrativa laboviana presentes na história que outro narrador, Geraldo, conta.

Excerto 4 (IP IV: Agressão física de ex-marido contra ex-mulher, 2007, 02:54-62; 03: 01-26)

54	Inspetor	>o que que< aconteceu nesse aqui, ô:: ô meu
55		amigo? cê realmente cê fez uma agressão a ela, as
56		testemunhas aqui confirmaram, por que disso?
57	Suspeito	°ah, é complica::do, né°. () aí a- há muito
58		tempo atrás ela tinha me falado que:: tinha um
59		cara que era doido com ela né, aí eu peguei,
60		nesse dia eu tava lá, durante essa parada aqui eu
61		resolvi sair num saía (.) aí nisso eu saí de casa
62		e () que realmente (.) eu já não gostava do
01		cara porque ela tinha comentado comigo (.) re-
02		re- realmente o cara (.) dava em cima dela, aí
03		nesse dia que a gente separou eu saí, aí pegou,
04		lascou e deu um beijo nesse cara na minha
		frente.=
05	Vítima	não([])
06	Inspetor	[pera pe- pera-] pera- peraí, dona
07		rosângela, por favor, deixa ele falar, daqui a
08		pouco a senhora:: também tem a palavra, hã↑
09	Suspeito	aí chegou:: () eu já num gostava desse cara
10		porque (.) eu já tinha-conhecia ele de vista, mas
11		eu num sabia, aí ela delatou pra mim que:: que
12		essa cara (.) dava- em cima dela.=
13	Inspetor	=hã,=
14	Suspeito	=aí eu vi ele ficando com ela=
15	Inspetor	=e o senhor acha que isso justifica um tapa no
16		rosto?
17	Suspeito	não, num justifica não ([])
18	Inspetor	[não justifica↓]
19	Suspeito	entendeu, só que eu perdi a cabeça, fiquei com
20		raiva, porque <u>ela</u> falou pra mim que gostava- que
21		o cara tava a fim <u>dela</u> , só que depois da <u>nossa</u>
22		separação, uma semana depois, ela foi e deu um
23		beijo no cara, aí eu fiquei- entendeu, ma::s eu
24		sei que eu <u>errei</u> ↓ e tudo, ma::s é por causa da
25		nossa separação também.
26		(17.0)

⁵⁷ Esse mesmo interrogatório foi também apresentado, com outro viés analítico, na seção 5.1.1, deste mesmo capítulo, no excerto 1.

Assim como na história de Pedro Henrique (que analisamos acima no excerto 3), neste, vemos como a pergunta aberta do inspetor é que oportuniza que a história seja contada “>o que que< aconteceu nesse aqui, ô:: ô meu amigo? cê realmente cê fez uma agressão a ela, as testemunhas aqui confirmaram, por que disso?” (linhas 54-56). O ponto da narrativa é dado pelo inspetor “cê realmente cê fez uma agressão a ela” – “por que disso?” – o pronome anafórico “disso” resgata o tema a ser trazido na história: a versão do suspeito, Geraldo, acerca do crime de agressão que ele cometeu – “cê fez uma agressão a ela” contra a vítima, Rosângela.

Interessante notar como Geraldo fornece-nos um resumo da história que contará: ele avalia negativamente toda a narrativa que entrará em curso ao proferir “°ah, é complica::do, né°” (linha 57). Ainda, vale a pena enfatizarmos a marca prosódica desse resumo-confissão - esse trecho é falado em um volume mais baixo. A prosódia, aqui, funciona também como marca avaliativa (avaliação interna ou encaixada, na terminologia laboviana), já que, para além da semântica do adjetivo “complica::do”, a pronúncia mais baixa e o prolongamento da vogal em “-ca::do” estão a serviço de mostrar como o narrador ressignifica, no mundo da narrativa, a agressão por ele cometida.

Há orações de orientação na história que Geraldo conta e elas apresentam: (i) o tempo em que a narrativa acontece (“a- há muito tempo atrás” (linhas 57-58); “nesse dia” (linha 59); “aí nesse dia que a gente separou” linhas 02-03); “só que depois da nossa separação” (linhas 21-22); “uma semana depois” (linha 22);, (ii) o cenário da narrativa (“eu tava lá” (linhas 59-60); “aí nisso eu saí de casa” (linha 61)) e (iii) as personagens da história (“ela tinha me falado” (linha 58); “tinha um cara que era doido com ela” (linhas 58-59) e “eu tava lá” (linhas 59-60)).

Como analisamos na história contada por Pedro Henrique, no excerto 3 acima, também na história de Geraldo, a ação complicadora ajuda-nos a entender como o suspeito constrói, no eixo da ação-reação, o crime por ele cometido. Novamente, a maior parte das ações que levam ao crime são realizadas pela vítima, Rosângela, conforme o quadro a seguir evidencia:

Quadro 4: Ação complicadora por personagem, presente na narrativa do excerto 4.

Elementos da Narrativa	Geraldo	Rosângela
Ação Complicadora	(2)aí eu peguei (linha 59)	(1)ela tinha me falado (linha 58)
	(3)eu resolvi sair (linha 60)	(5)ela tinha comentado comigo (linhas 62-01)
	(4)eu saí de casa (linha 61)	(6) a gente separou (linhas 02-03)
	(6) a gente separou (linhas 02-03)	(8)aí pegou (linha 03)
	(7)eu saí (linha 03)	(9)lascou (linha 03)
	(13)aí eu vi ele ficando com ela (linha 14)	(10)e deu um beijo nesse cara na minha frente (linha 03-04)
	(14)que eu perdi a cabeça (linha 19)	(11)aí chegou:: (linha 09)
	(15)fiquei com raiva (linhas 19-20)	(12)aí ela delatou pra mim que:: que essa cara (.) dava em cima dela (linhas 11-12)
	(19)aí eu fiquei (linha 23)	(16)ela falou pra mim que gostava- que o cara tava a fim dela (linhas 20-21)
		(17)ela foi (linha 22)
		(18)e deu um beijo no cara (linhas 22-23)
Total	9	11

Aqui, também o crime cometido é inserido no eixo da ação-reação: (1) foi por que Geraldo ficou sabendo que “o cara tava a fim dela” e (2) foi por que ela, Rosângela, “pegou, lascou e deu um beijo nesse cara” na frente dele que ele, alegando ter ficado “com raiva” e alegando ter pedido “a cabeça” realizou o crime: “aí eu peguei” – aqui, é interessante notar como ele não preenche o espaço do objeto oracional, necessário pela transitividade do verbo polissêmico “pegar” – ele não confessa, diretamente, em suas orações complicadoras, o crime. É apenas de modo indireto e pela relação entre as perguntas do inspetor e as respostas dele que o crime é confessado: “cê fez uma agressão a ela, as testemunhas aqui confirmaram, por que disso?” e “ah, é complica::do, né” (cf. linhas 55-57) e em “e o senhor acha que isso justifica um tapa no rosto?” e “não, num justifica não” (cf; linhas 15-17).

Também aqui, semelhante ao que vimos no quadro 3, acima, ordenamos as ações na sequência cronológica apresentada na narrativa contada por Geraldo. Nela, é porque ele viu uma ação realizada antes por Rosângela (“(8)aí pegou (linha 03)”; “(9)lascou (linha 03)” e “(10)e deu um beijo nesse cara na minha frente (linha 03-04)”) que ele justifica, em sua narrativa-*account*, a violência por ele cometida: “(13)aí eu vi ele ficando com ela (linha 14)”; “(14)que eu perdi a cabeça (linha 19)” e “(15)fiquei com raiva (linhas 19-20)”.

Rosângela é a protagonista da história: é ela quem desempenha a maior parte da ação complicadora, também, é por meio da ação de ela ter dado “um beijo nesse cara” que a ação criminosa do suspeito é desencadeada, segundo a versão contada por Geraldo para justificar a agressão física cometida. Novamente aqui, os recursos usados para mitigação da culpa de Geraldo são narrativamente construídos: ele (des)atribui de si mesmo a agência e, portanto, a responsabilidade da agressão física ao posicionar a esposa, Rosângela, como *agente*. Ainda, a narrativa que Geraldo conta parece querer justificar, prestar conta, do crime cometido.

Em termos de marcas avaliativas, destacamos, o uso dos intensificadores, como em “que realmente (.) eu já não gostava do cara porque ela tinha comentado comigo (.) re- re- realmente o cara (.) dava em

cima dela” (linhas 61-02): o advérbio “realmente” enfatiza primeiro que ele, Geraldo, não “gostava do cara” e segundo, que ele não gostava, não por um motivo fortuito, mas sim porque o “cara” “realmente (...) dava em cima dela”.

Interessante notar, também, a relação entre o movimento avaliativo e a confissão do crime no fragmento a seguir: “só que eu perdi a cabeça, fiquei com raiva” (linhas 19-20). O intensificador “só” presta-se, juntamente com a semântica das locuções “perdi a cabeça” e “fiquei com raiva” a destacar que a ação de agressão, na perspectiva do narrador, justifica-se por ele não ter usado a razão. Usando o recurso da avaliação, Geraldo reconstruiu o momento em que o crime aconteceu no eixo da ‘razão’ versus ‘emoção’. Esse binômio pode ser percebido no uso dessas expressões (“perdi a cabeça” e “fiquei com raiva”), ambas sinalizam que as ações cometidas por Geraldo não foram premeditadas ou racionais (na narrativa que ele contou), mas, ao inverso, foram fruto de uma confusão mental momentânea, gerada tanto pelo fato de ele saber que o “cara (...)era doido com ela”; “realmente (...) dava em cima dela” quanto pelo fato de ele ter visto os dois se beijando.

Ainda, destacamos como uma oração de orientação “depois da nossa separação, uma semana depois” pode funcionar também como um recurso avaliativo. Geraldo avalia, negativamente, o fato de Rosângela, com apenas “uma semana” de rompimento, já estar “ficando” com outro “cara”. O uso do advérbio “só” e da prosódia destacada de “nossa” contribuem para que, no processo de contar sua história, sua versão, Geraldo avalie de modo negativo o comportamento da ex-esposa. Essa avaliação, presente nos momentos finais de sua narrativa, parece estar também a serviço de justificar o motivo pelo qual ele cometeu a agressão. Nesse ponto, sua história busca funcionar, novamente, como uma explicação – i.e. como uma narrativa-*account*.

O que gostaríamos de enfatizar aqui é como os recursos discursivo-narrativo-avaliativos parecem ser usados com propósitos bem definidos: reconstruir o momento da agressão, atendendo à necessidade que o suspeito parece ter de justificar/prestar contas (d)o crime por ele cometido contra Rosângela, a respeito do qual é intimado a dar depoimento/confessar no ambiente legal da Delegacia.

Em termos da identificação de quais fragmentos da interação são ou não narrativas, destacamos que as sequências que não puderam ser enquadradas como narrativas mínimas (que contêm ao menos duas orações narrativas) ou aquelas que não apresentaram os todos elementos (ou a maior parte deles) da narrativa canônica laboviana não foram consideradas como histórias. Para além, destacamos ainda que os episódios narrativos ocorreram em momentos de respostas (na relação entre pares adjacentes de P-R), nos quais os participantes foram convidados a relatar/contar ações relacionadas ao crime em análise na Delegacia.

Desse modo, nas análises que fizemos acima, apresentamos como o modelo narrativo laboviano mostra-se vigoroso e bastante didático para ajudar na análise dos interrogativos policiais. Para além, apresentamos como ele se mostra como uma ferramenta analítica para que se busque, nas pistas narrativo-linguísticas, tanto a confissão do crime quanto outros recursos de mitigação da culpa – (des)atribuição da responsabilidade e da agência. Com isso, nosso objetivo foi o de evidenciar como uma metodologia, utilizada na perspectiva teórica dos estudos das narrativas, pode ajudar, de forma contundente e prática, a profissionais do discurso e do direito no entendimento daquilo que é interacional e linguisticamente construído.

De forma esquemática, em nossas análises das narrativas presentes nos interrogatórios policiais, pudemos ver que as histórias contadas:

- (i) Seguem, no geral, a estrutura narrativa laboviana;
- (ii) Contam com a presença de orações de orientação, que indicam cenários, personagens e tempo. Mostramos, ainda, como essas indicações podem estar ligadas à confissão, ao tentarem relatar um cenário mais detalhado dos eventos narrados;
- (iii) Contam com ‘pontos’ (ou seja, apresentam reportabilidade) indicados pelo inspetor: as narrativas dos interrogatórios analisados são, geralmente, eliciadas pelo inspetor. Ainda, essas narrativas parecem estar relacionadas ao ambiente institucional, ao ordenamento sequencial da interação e à assimetria entre os participantes (sobretudo, à relação de adjacência dos pares de P-R). Isso porque as histórias são tornadas relevantes – reportáveis

– pela ação do inspetor de eliciar histórias, oferecendo para elas um tópico (assunto) pré-selecionado;

- (iv) Contam com a presença de marcas avaliativas (discursos reportados, avaliações externas e encaixadas) e elas, sobretudo, contribuem para o modo como os narradores avaliam as ações das outras personagens, bem como as suas próprias;
- (v) Contam com a presença da avaliação por meio do discurso reportado: vimos como o discurso reportado conferiu drama e status de ‘veracidade’ às narrativas contadas, ao selecionar certas falas/cenas em detrimento de outras. Ainda, vimos como esse recurso avaliativo ressignifica as ações, ao trazer para o evento narrado (mundo da narrativa) edições e recortes segundo a perspectiva do narrador;
- (vi) Contam com marcas avaliativas que estão ligadas, também, à confissão, haja vista que são nos momentos de avaliação que narradores ‘qualificam’ as ações reconstruídas no mundo de contar histórias, ‘sublinhando’ para a plateia o modo como eles querem que essas ações sejam percebidas/entendidas;
- (vii) Estruturam-se por meio da ação complicadora, a qual desempenha um papel central no trabalho narrativo dos interrogatórios por funcionar como uma forma discursiva de tentativa de mitigação da culpa. Isso se dá quando o narrador enquadra a ação no eixo da ‘ação versus reação’: esse processo realiza-se, sobretudo, pela inversão ‘protagonista versus coadjuvante’. Nele, os narradores buscam construir-se como coadjuvantes e reativos. Com isso, eles, narrativa e interacionalmente, (des)atribuem suas responsabilidades e suas agências frente ao crime em análise, já que a ação ‘criminosa’ é justificada em virtude de outra ação anterior que a desencadeia e
- (viii) Nesse processo, vimos como a estrutura narrativa laboviana ajuda-nos a entender e a localizar os recursos de mitigação da culpa, que, num *continuum*, acontecem por meio da (des)atribuição da responsabilidade e da agência e por meio da

construção de histórias que funcionam como narrativas-*accounts* (que se prestam a tentar justificar/explicar as ações criminosas em investigação na Delegacia).

5.1.4

A relação entre o Boletim de Ocorrência e os episódios narrativos

Nesta seção, veremos a relação entre as histórias que os participantes contam e o conteúdo apresentado no Boletim de Ocorrência (BO). Conforme dissemos, é por meio da leitura do BO que o suspeito é oficialmente informado sobre o motivo de ele ter sido intimado a prestar seu depoimento na Delegacia (MARQUES, 2009; 2013).

Como vimos mostrando, há uma relação entre o trabalho investigativo da Delegacia e as narrativas, já que estas são dadas como Segunda Parte do Par (SPP) no eixo de perguntar-responder (pares adjacentes de P-R). Vimos que, diferentemente de outros contextos, as histórias contadas nos interrogatórios são eliciadas pelo inspetor – quem seleciona o narrador, quem mantém o piso conversacional para que a história prossiga e quem oferece o ponto da história, ou seja, o motivo pelo qual ela deve ser contada.

Agora, veremos mais uma relação: a vinculação entre o conteúdo do BO e os eventos trazidos nas histórias contadas. A reportabilidade das narrativas (ou seja, o que as torna relevantes a ponto de serem contadas) que acontecem nos interrogatórios em análise:

- i. parece ser um fator ligado à própria estrutura do tipo de atividade, i.e., do interrogatório em si, com suas metas e tarefas institucionais pré-definidas, dentre as quais destacamos o caráter investigativo, marcado pela condução em P-R (em que R é uma resposta narrativa) e
- ii. parece ser justificada também pela própria ação criminosa, já que as vítimas (em um momento anterior ao interrogatório) relataram um evento ‘fora do normal’, sendo, portanto, narrável.

Com isso, buscamos entender a relação proposta por Labov (2013) entre o evento e seu momento posterior, i.e., a história que narra esse evento. Para ele,

reportabilidade “*é, seguramente, relativa ao tempo e ao contexto social*” e é “*em grande parte, uma propriedade por meio da qual os eventos são recontados*” (p. 22).

O que estamos argumentando é que o crime, então, configura-se como uma situação reportável, não somente porque é algo que escapa a uma atitude considerada ‘normal’ na relação entre indivíduos que têm laços de afetividade entre si, mas também porque é algo que ‘deve’ ser reportado, levado para a esfera policial/protetiva, exatamente porque atos agressivos são considerados crimes pela sociedade brasileira. Os momentos de interrogatórios policiais são, assim, aqueles nos quais o inspetor pode ouvir a história/versão a fim de poder esclarecer o crime.

Abaixo, trazemos dois excertos recortados de um mesmo interrogatório. Nossas análises focalizarão como a história contada tem relação, não somente com a pergunta que é feita pelo inspetor (no turno imediatamente anterior), mas também com o conteúdo(s)/questão(ões) trazido/a(s) na leitura do BO.

No interrogatório⁵⁸ que analisaremos, o inspetor investiga o possível crime de agressão física cometido pelo marido, Pedro Henrique, contra a esposa, Vilma, em que esta aponta o marido como aquele que bateu nela e que a ameaçou, inclusive na presença dos filhos que eles têm.

No primeiro excerto, trazemos a narrativa contada pela vítima, Vilma. Essa história é eliciada pela pergunta do inspetor “é isso mesmo que a senhora::=” (linhas 34-35). Ela acontece nos momentos iniciais do interrogatório, depois que inspetor realizou a identificação dos participantes e a leitura do BO (cf. turno que vai das linhas 09-10; 19-32).

⁵⁸ Esse interrogatório foi também analisado na seção acima, 5.1.3, contudo, com outro viés analítico.

Excerto 5 (IP VII, Agressão física do marido contra esposa, 2007, 02: 06-55)

06 Inspetor a senhora fez do- uma ocorrência do dia trinta (.)
 07 não é? desse mês.
 08 Vítima mas [foi de abril]
 09 Inspetor [mês do quatro], e tá dizendo que:: a
 10 polícia militar foi até lá (.) a sua casa né,
 11 Vítima essa daí foi de abril,=
 12 Inspetor =i::s[so.]
 13 Vítima [mas tem um outro]- o detetive que foi feito
 14 dia vinte e dois agora,=
 15 Inspetor =tá. então a senhora:: no dia trinta do quatro a
 16 polícia militar foi lá na sua casa, não é isso.=
 17 Vítima =isso.=
 18 ((tosse ao fundo))
 19 Inspetor =e a senhora disse que:: viveu com o sr. pedro, não
 20 é,
 21 (1.0)
 22 Inspetor ((lendo o boletim de ocorrência)) contudo separou-
 23 se dele, segundo (.) a senhora, o autor não aceita
 24 a separação e vive constantemente ameaçando-a de
 25 agressão e morte (.) e hoje (.) hoje né? dia- dia
 26 trinta do quatro né? dia- dia trinta do quatro é
 27 (.) dia- dia trinta do quatro, né, ele voltou a
 28 ameaçá-la (.) quando chegaram, quando a polícia
 29 chegou no local lá, o autor.
 30 (1.5)
 31 Inspetor já havia evadido (.) e não localizamos (.) e pede
 32 providências.((termina a leitura do B0))
 33 (1.5)
 34 Inspetor aqui todo mundo vai falar tá? é isso mesmo que a
 35 senhora::=
 36 Vítima =aí depois dessa daí assim, a gente tava separado,
 37 foi num dia de uma ameaça que ele vai lá, que a
 38 gente separa, ele só sabe arrumar homem pra mim, aí
 39 depois dessa daí assim, agora tem uma do dia vinte
 40 e dois que foi no dia que ele me bateu.=
 41 Inspetor =ele bateu na senho[ra↑]
 42 Vítima [e o jeí-] bateu, e jeito dele-
 43 dele me tratar dentro de casa, ele só me
 44 [maltratava ()]
 45 Inspetor [ô p a u l a,] vê uma ocorrência aí pra
 46 mim?=((inspetor se dirige à funcionária I))
 47 Vítima =na presença dos meus filhos [quando foi agora]
 48 Inspetor [vê esse número aí?]
 49 ((Funcionária I pega o papel com o número anotado))
 50 Vítima =dia vinte e dois agora ele me bateu com meus
 51 filhos [todos os dois olhando,]
 52 Inspetor [vê aí pra mim?]
 53 Vítima um de quatro e [o outro de sete anos.]
 54 Func I [()]

Na pergunta que o inspetor faz “é isso mesmo que a senhora::=” (linhas 34-35), é interessante notar como ele resgata, anaforicamente, o assunto/tópico que ele quer ouvir na história a ser contada por Vilma: ele usa o pronome indefinido “isso”, que traz em seu bojo a referência ao evento relatado

no BO e que foi trazido para o momento do interrogatório através da leitura deste (cf. linhas 09-10; 19-32).

A narradora, Vilma, em contiguidade “=” – e no turno imediatamente seguinte – inicia a construção de sua narrativa “=aí depois dessa daí assim, a gente tava separado, foi num dia de uma ameaça que ele vai lá, que a gente separa, ele só sabe arrumar homem pra mim,” (linhas 36-38). Também em sua fala, há marcas linguísticas de que ela faz, explicitamente, referência ao conteúdo do BO, lido momentos antes: “dessa daí” (linha 36).

Vilma, mesmo durante a leitura do BO, busca esclarecer para o inspetor que ele está lendo um boletim mais antigo, do “dia trinta do quatro”, porém, ela, nos turnos “aí depois dessa daí assim, agora tem uma do dia vinte e dois que foi no dia que ele me bateu.” (linhas 38-40) e “dia vinte e dois]agora ele me bateu com meus filhos [todos os dois olhando,]” (linhas 50-51) deixa claro que não prestou queixas apenas no dia 30 de abril, mas também no dia 22 de maio, “que foi no dia que ele me bateu”.

A primeira narrativa contada por Vilma está vinculada ao BO e resgata o momento da agressão para retificar/esclarecer a quantidade de BOs que ela solicitou: dois e não um, sendo que, para além da leitura do BO mais antigo, o inspetor deveria investigar o possível crime também do último (do dia 22), no qual, ademais das ameaças, Pedro Henrique teria batido nela: “me bateu com meus filhos [todos os dois olhando,]” (linhas 50-51).

Em termos narrativos, a história que Vilma conta, que se inicia na linha 36-40 e que vai até as linhas 42-43; 47; 50-51 e 53, é completa, seguindo os moldes labovianos (1972, 2013). Interessante observar, ainda, como a narrativa é construída no eixo de P-R. Também na história de Vilma, ela, colaborativamente e como um participante atento ao interrogatório e à sistemática de perguntar e de responder, realiza um autorreparo de modo a atender à pergunta feita pelo inspetor enquanto ela prosseguia com sua história: “[e o jeit-] bateu, e jeito dele-dele me tratar dentro de casa” (linhas 42-43). O inspetor em contiguidade “=” e sobrepondo-se à narrativa de Vilma, realiza uma pergunta a ela “=ele bateu na senho[ra↑” (linha 41), com isso, ela paralisa, momentaneamente o curso de sua história de modo a atender à pergunta do inspetor: é o “-” que marca o autorreparo de Vilma. Por meio da regra da relevância condicional, oriunda da

relação entre a PPP: “ele bateu na senho[ra”, a SPP (“[e o jeí-] bateu”) satisfaz à PPP, usando, inclusive, o mesmo verbo usado na pergunta “bateu”.

O conteúdo do BO foi resgatado na narrativa que Vilma contou, conforme o quadro abaixo sintetiza, apresentando os dados comparativamente:

Quadro 5: Esquema comparativo entre o conteúdo do BO e a história contada no excerto 5.

Boletim de Ocorrência	Narrativa de Vilma
“a senhora disse que:: viveu com o sr. pedro” (linha 19)	“=aí depois dessa daí assim, a gente tava separado , foi num dia de uma ameaça que ele vai lá , que a gente separa, ele só sabe arrumar homem pra mim, aí depois dessa daí assim , agora tem uma do dia vinte e dois que foi no dia que ele me bateu. =” (linhas 36-40)
“contudo separou-se dele , segundo (.) a senhora, o autor não aceita a separação e vive constantemente ameaçando-a de agressão e morte (.) e hoje (.) hoje né? dia- dia trinta do quatro né? dia- dia trinta do quatro é (.) dia- dia trinta do quatro, né, ele voltou a ameaçá-la (.) quando chegaram, quando a polícia chegou no local lá, o autor” (linhas 22-29)	“[e o jeí-] bateu, e jeito dele- dele me tratar dentro de casa, ele só me [maltratava] ” (linhas 42-44) “=na presença dos meus filhos [quando foi agora]” (linha 47)
“já havia evadido (.) e não localizamos (.) e pede providências.((termina a leitura do BO))” (linhas 31-32)	“=dia vinte e dois agora ele me bateu com meus filhos [todos os dois olhando,] ” (linhas 50-51) “um de quatro e [o outro de sete anos.] ” (linha 53)

Acima, deixamos em **negrito** os elementos que aparecem tanto no BO quanto na narrativa de Vilma: (i) o fato de eles estarem separados e (ii) o fato de o suspeito, Pedro Henrique, ter ameaçado a vítima. Este último é resgatado por ela, em sua narrativa, como “jeito dele- dele me tratar dentro de casa, ele só me [maltratava]”.

Contudo, **negritamos** também outros segmentos. Neles, Vilma informa ao inspetor que há um outro BO “aí depois dessa daí assim, agora tem uma do dia vinte e dois”. Vilma, na pequena narrativa em que reconstrói, sob sua perspectiva, os crimes de ameaça, revela que foi também vítima de agressão física: “que foi no dia que ele me bateu”. O inspetor, de posse dessa informação, solicita a uma funcionária da Delegacia que procure pelo outro BO relatado por Vilma: “[ô paula,] vê uma ocorrência aí pra mim?” ((inspetor se dirige à funcionária I))” (linhas 45-46). Então, embora pareça que algumas informações trazidas na história que Vilma contou não tenham relação com o conteúdo do BO, elas têm. Isso porque é a vítima quem retifica que foram dois e não apenas um BO.

No fragmento a seguir, temos um momento posterior ao do excerto acima, em que Pedro Henrique é convidado a contar sua história/versão sobre o possível crime, no qual ele foi apontado como suspeito de ter ameaçado e de ter agredido a esposa. De igual modo, nosso foco analítico será o de evidenciar a relação existente entre o conteúdo apresentado no BO com a resposta dada pelo suspeito.

Excerto 6 (IP VII, Agressão física do marido contra esposa, 2007, 03: 19-58; 04: 01-18)

19	Inspetor	senhor::: sr. pedro,
20		(1.5)
21	Inspetor	que que o senhor- que que tá acontecendo lá pra tá::
22		gerando tanto atrito assim.
23	Suspeito	é o seguinte (.) no dia (.) que houve isso aí, semana
24		passada, eu cheguei=
25	Inspetor	=tá aí, paula?= ((inspetor se dirige à funcionária I))
26		
27	Suspeito	=eu cheguei (.) por volta de quatro e meia do meu serviço.
28		
29		(1.5)
30	Suspeito	aí tava minha filha e uma sobrinha minha, aí perguntei pra
31		ela, cadê a sua mãe, aí ela falou assim, a mãe tá lá no (.)
32		colégio, foi numa reunião da escola.
33		
34		(1.0)
35	Suspeito	eu falei, tá bom.
36		(1.0)
37	Suspeito	aí ela chegou (.) falou pra mim, pedrinho, o diretor falou
38		assim (.) que (.) as nossas duas crianças vai precisar de

39 psicólogo, aí eu falei, vilma, psicólogo das crianças é
 40 você mesmo, você vai ensinar um dever à menina, você num
 41 tem paciência, entendeu? a menina (.) pega pra fazer o
 42 dever, erra, você bate, então não é assim, é só você
 43 manejar o jeito de lidar com a menina que ela vai
 44 melhorar, tanto na escola como no jeito de agir.
 45
 46 (1.5)
 47 Suspeito aí ela:: (.) ficou brava, me ofendendo com palavras e coisa
 48 e tal, passou, aí daí a pouco!
 49 (1.5)
 50 Suspeito aí ela:: eu falei assim, você foi no seu pai hoje? ela
 51 falou (.) fui, não te devo satisfação, filho duma puta, com
 52 o perdão da palavra, filho duma égua, não te devo
 53 satisfação, aí foi lá dentro, perguntou- perguntou pra essa
 54 sobrinha minha, entendeu? pergun- aí a minha sobrinha falou
 55 não, num- num fui eu que falei que falei com ele que a
 56 senhora foi no vô não, aí foi perguntou a minha filha, aí a
 57 minha filha falou, foi eu mãe, aí ela falou, minha filha
 58 (.) o dia que VOCÊ (.) falar pra esse >filho da puta< aonde
 01 eu fui (.) você- você vai apanhar, que eu não devo
 02 satisfação da minha vida pra esse >filho da puta<.
 03
 04 Inspetor deixa eu perguntar um negócio pro senhor.
 05 Suspeito =hum, e aí ela me agrediu, entendeu.=
 06 Inspetor =agrediu o se[nhor, como?]
 07 Suspeito [simplesmente] (.) ela veio de empurrão em
 08 cima de mim, eu simplesmente empurrei ela.
 09
 10 Inspetor o senhor:: o se- (.) pergunta simples pra eu entender, o
 11 senhor ameaça ela?
 12 Suspeito nunca amea[cei,]
 13 Vítima [aqui], o- o empurrão, eu puxei um braço sim, tem
 14 oito dias hoje que ele me empurrou,=
 15 Suspeito =aqui,=
 16 Vítima =ou será que eu num bati pra num poder mostrar mais pro
 17 senhor hoje?
 18 (1.0)
 19 Suspeito tudo bem.

No fragmento acima, nos interessará perceber como, para além do conteúdo do BO ser resgatado na história que Pedro Henrique contou, podemos ver também como o inspetor contribuiu para ouvir a versão do suspeito a respeito de um item em específico, o qual estava presente no BO, mas que, no entanto, foi omitido na história contada por Pedro.

A pergunta aberta do inspetor é que elicia a narrativa na qual Pedro Henrique engaja-se: “que que o senhor- que que tá acontecendo lá pra tá:: gerando tanto atrito assim” (linhas 21-22). O suspeito, então, parece querer resgatar – e defender-se – contra a acusação que foi levantada contra ele no BO: a de que ele teria agredido fisicamente a esposa. Para justificar o crime de agressão física, sobre o qual o suspeito confessa sua culpa: “eu simplesmente empurrei ela” (linhas 8-9), ele conta uma história que reconstrói, sob sua ótica,

o dia em que a agressão física aconteceu “é o seguinte (.) no dia (.) que houve isso aí, semana passada, eu cheguei” (linhas 23-24). Interessante notar como os dêiticos “isso” e “aí” resgatam a agressão apresentada instantes antes no BO. Nesse ponto, temos também a confissão do crime: “no dia (.) que houve isso aí”, já que o verbo ‘haver’ indica que, segundo a narrativa de Pedro, de fato “houve” (aconteceu) a agressão.

A história que ele narra reconstrói o dia em que ele estava em casa com sua filha e sobrinha, como também reconstrói o momento em que ele pergunta a elas onde estava a esposa. Segundo o relato de Pedro Henrique, o crime teria acontecido não em virtude de ele ser violento ou de, conforme escrito no BO, ele “não aceita[r] a separação e vive[r] constantemente ameaçando-a de agressão e morte”, mas sim, pelo fato de ela, Vilma, ter ficado “brava, me ofendendo com palavras e coisa e tal” (linhas 47-48).

O inspetor, em seu papel de buscar a confissão, ao perceber que na narrativa do suspeito não apareceu nada a respeito do crime de ameaça verbal – o qual havia sido também apresentado na leitura do BO (“o autor (...) vive constantemente ameaçando-a de agressão e morte”) – realiza uma pergunta fechada “o senhor:: o se- (.) pergunta simples pra eu entender, o senhor ameaça ela?” (linhas 10-11). Ao proferir uma pergunta fechada, que tem, portanto, restrições quanto às possibilidades de resposta – o inspetor parece querer fazer com que Pedro Henrique apresente sua versão sobre o outro crime em tela. Ao que o suspeito, em seu turno responsivo diz que “nunca amea[cei]” (linha 12), não confessando, portanto, o crime de ameaças verbais.

Abaixo, apresentamos um quadro comparativo entre os crimes destacados no BO e a narrativa de Pedro Henrique. Destacamos, todavia, que o conteúdo do BO não consta no excerto 5, mas sim no 4, em que analisamos o momento inicial deste mesmo interrogatório:

Quadro 6: Esquema comparativo entre o conteúdo do BO e a história contada no excerto 6.

Boletim de Ocorrência	Narrativa de Vilma (que evidencia que há mais um BO – agressão física)	Narrativa de Pedro Henrique
“a senhora disse que:: viveu com o sr. pedro” (linha 19) “contudo separou-se dele, segundo (.) a senhora, o autor não aceita a separação e vive constantemente ameaçando-a de agressão e morte (.) e hoje (.) hoje né? dia- dia trinta do quatro né? dia- dia trinta do quatro é (.) dia- dia trinta do quatro, né, ele voltou a ameaça-la (.) quando chegaram, quando a polícia chegou no local lá, o autor” (linhas 22-29) “já havia evadido (.) e não localizamos (.) e pede providências.((termina a leitura do BO))” (linhas 31-32)	“=aí depois dessa daí assim, a gente tava separado, foi num dia de uma ameaça que ele vai lá, que a gente separa, ele só sabe arrumar homem pra mim, aí depois dessa daí assim, agora tem uma do dia vinte e dois que foi no dia que ele me bateu.=” (linhas 36-40)	“nunca amea[cei↓]” (linha 12) “aí ela:: (.) ficou brava, me ofendendo com palavras e coisa e tal” (linhas 47-48) “e aí ela me agrediu, entendeu” (linha 05) “[simplesmente] (.) ela veio de empurrão em cima de mim, eu simplesmente empurrei ela.” (linhas 07-09)

Conforme podemos ver no quadro acima, tanto o crime de ameaça verbal, quanto o de agressão física estiveram presentes na narrativa que Pedro Henrique contou. Ele, como analisamos – embora tenha tentado mitigar sua culpa, de modo a retirar sua responsabilidade frente aos crimes –, confessou a agressão física – em “eu simplesmente empurrei ela” (linhas 8-9) e em “no dia (.) que houve isso aí” (linha 23), tendo, contudo, negado o crime de ameaça verbal “nunca amea[cei↓]” (linha 12).

Por meio de nossas análises, pudemos ver que as histórias contadas na Delegacia parecem ser reportáveis por dois motivos: primeiro porque são eventos

narráveis por serem extraordinários, ou seja, por se configurarem como um (possível) crime, por serem, assim, uma ação contra a qual o Estado deve agir. Segundo, porque, no trabalho da inspetoria de perguntar, as respostas dadas, como vimos, são narrativamente formatadas nos turnos de respostas – na sequência de pares adjacentes de P-R (sendo essas perguntas tanto abertas, quanto fechadas, do tipo sim/não).

Nesta seção, especificamente, vimos como são nos momentos de respostas narrativas que os participantes, vítimas e suspeitos, podem trazer à tona suas versões/justificativas e vimos, também, como eles fazem referência – seja retificando/ratificando ou confessando – ao conteúdo do BO, no qual o (possível) crime cometido foi apresentado.

5.2

A relação entre construções narrativo-identitárias e tentativas de mitigação da culpa

Nas seções anteriores, analisamos o caráter constitutivo das narrativas nos interrogatórios policiais e como contar histórias relaciona-se a uma das metas institucionais centrais de buscar confissões e depoimentos. Vimos como a estrutura narrativa laboviana ajuda-nos a entender e a localizar, de modo muito pontual, os momentos em que suspeitos e vítimas buscaram mitigar suas culpas por meio de recursos de (des)atribuição de responsabilidade e de agência. Ainda, vimos como as histórias – narrativas-*accounts* – por eles contadas funcionam para prestar contas, para justificar e para explicar ações.

Nesta, iremos observar como os narradores constroem, identitariamente, a si mesmos e às personagens de suas histórias⁵⁹ e qual é a relação desse trabalho interacional com as confissões que são dadas nos interrogatórios em análise: veremos como as identidades, narrativamente construídas, contribuem para uma tentativa de mitigação da culpa e para uma (des)atribuição da responsabilidade

⁵⁹ Destacamos que análises semelhantes foram realizadas em artigo de Marques e Bastos (2012), o qual tratava de construções identitárias relacionadas à mitigação da culpa. Contudo, a relação entre o trabalho narrativo-identitário e a confissão não foi explorada no artigo acima, assim como outros aspectos analíticos que são originais desta tese.

frente aos crimes em tela, haja vista que cada narrador constrói a si mesmo sob uma “luz favorável” ao mesmo tempo em que constrói o outro de forma negativa.

Destacamos que não é nosso objetivo contribuir para o processo de atribuição de culpa, nem contribuir para comprovar quem fez o que⁶⁰. Nosso objetivo analítico será o de posicionar o estudo das narrativas como um construto relevante para a análise daquilo que acontece interacionalmente em interrogatórios na Delegacia. Isso porque as respostas dadas são narrativamente construídas e porque as marcas avaliativas, presentes nessas histórias, permitem-nos entender melhor como o narrador constrói a si mesmo e ao outro no processo de narrar. Nesse contexto, nosso interesse é o de focalizar a Análise de Narrativa como um recurso instrumental para entender os interrogatórios policiais, haja vista que contar histórias, como vimos mostrando, é uma atividade constitutiva desse tipo de atividade de fala.

Nesta seção, analisaremos como as histórias buscam reconstruir, levando em conta os interesses específicos do narrador, as ações que são apresentadas no mundo da narrativa. Conforme Labov (2013) destaca, isso se dá porque

“ao construir uma narrativa, o narrador faz muito mais do que reconstruir uma sequência causal que conduza para os eventos mais reportáveis. A maior tarefa é atribuir uma responsabilidade moral para os eventos, atribuindo aos atores envolvidos elogios e críticas” (p. 35).

Nesse sentido, as histórias contadas trazem a avaliação do narrador frente às suas próprias ações, bem como sua avaliação frente às ações de outras personagens. Isso se dá porque, em conformidade com Labov (2013), os atores/personagens de uma história podem se dividir em protagonistas e antagonistas e o

“trabalho narrativo serve para polarizar esses dois grupos, demonstrando que o protagonista é um agente ativo na implementação de normas da comunidade, enquanto que o antagonista, consistentemente, viola essas normas” (p. 35).

É também desta polarização que trataremos nesta seção.

A respeito da atribuição de responsabilidade, observaremos como os crimes são ‘reconstruídos’ nas histórias contadas. Conforme já apresentamos, para

⁶⁰ Reiteramos que nosso foco analítico será o de observar a interação e o que acontece nela, não sendo nosso objetivo estabelecer uma conexão entre os crimes analisados e sua resolução no cenário da Delegacia.

Pomerantz (1978), uma das formas de se atribuir responsabilidade para o outro, isentando-se a si mesmo, reside em enquadrar a ação criminosa como resultado de uma ação anterior⁶¹. Nossas análises, então (como, aliás, já mostramos nas seções anteriores), buscam ver como a confissão pode aparecer, narrativamente, no eixo da ação-reação, em que o crime/ “*incidente feliz*” é justificado como resultado (reação) de uma ação anterior que o desencadeia.

Nosso objetivo analítico será o de observar como o narrador, nas histórias que conta, deixa marcas avaliativas que contribuem para a construção de identidades que são local e interacionalmente negociadas.

Abaixo, apresentamos fragmentos recortados do interrogatório em que o inspetor investiga o possível crime de agressão física do marido, Pedro Henrique, contra sua esposa, Vilma. Trata-se do mesmo interrogatório analisado, com outros enfoques, em seções acima.

Nesses fragmentos, analisaremos tanto as narrativas e as construções identitárias do suspeito, Pedro Henrique, quanto as narrativas da vítima, Vilma. Assim, de modo a melhor organizar esta seção, ela será subdividida dois segmentos: em um primeiro, mostraremos nossas análises relativas às construções narrativo-identitárias de Pedro Henrique, em outro, nossas análises serão relativas às construções narrativo-identitárias de Vilma, buscando ver, com isso, quais recursos discursivo-narrativo-identitários os participantes lançam mão a fim de tentar mitigar suas culpas e de (des)atribuir responsabilidades no crime em discussão na Delegacia.

5.2.1

As construções narrativo-identitárias do suspeito e sua relação com tentativas de mitigação da culpa e de (des)atribuição de responsabilidade

Nesta seção, discutiremos como, por meio das histórias que conta, o suspeito, Pedro Henrique, tenta mitigar sua culpa frente aos crimes de agressão física e de ameaça verbal. Para isso, analisaremos a relação entre as histórias que ele conta e as personagens que fazem parte dela. Olharemos para como o narrador

⁶¹ Cf. seção 2.2.6, no capítulo 2 desta tese.

constrói a si mesmo e ao outro e qual pode ser a relação entre essas identidades e o trabalho investigativo do inspetor, o qual tem como meta central buscar a confissão, atribuindo, assim, a alguém a responsabilidade pelo crime em investigação. Veremos, portanto, como as histórias, para além de serem constitutivas dos interrogatórios policiais, atendem também a outros propósitos, ligados à institucionalidade do ambiente em que estão. Pelo fato de a Delegacia ser o local no qual investigam-se crimes, os suspeitos não perdem de vista qual identidade chegam nesse contexto: a de principais ‘suspeitos’ de terem cometido um crime de violência doméstica. Desse modo, buscaremos também mostrar como, narrativamente, eles engajam-se num processo de (des)construção identitária que parece levar a um distanciamento dessa identidade institucional.

Conforme veremos, o narrador-suspeito busca se afastar da identidade de suspeito para focalizar, nas histórias que conta, as identidades de pai, de trabalhador, de marido, todas elas construídas “sob uma luz favorável”, ou seja, com atributos sociais considerados positivos. Com isso, a identidade institucional de suspeito parece esvaziar-se: como uma boa pessoa, com atributos sociais positivos em todas as outras esferas da vida familiar, pessoal e profissional pode assemelhar-se a alguém cujos atributos levam à identidade de um criminoso? Daquele que agride?

No excerto a seguir, analisaremos como o narrador, Pedro Henrique, na história que conta para responder à pergunta do inspetor a respeito de já ter registrado alguma ocorrência em desfavor da esposa, reivindica atributos identitários para Vilma.

Excerto 7 (IP VII, Agressão física do marido contra esposa, 2007, 04: 09-41)

09 Inspetor o senhor::: já registrou alguma ocorrência em
10 desfavor dela, o senhor::,
11 Suspeito eu (.) registrei uma vez.
12 Inspetor quanto tempo tem isso?
13 Suspeito rapaz, eu nem me lembro de cabeça, só que é o
14 seguinte (.) es- eu num eu peguei o número da
15 ocorrência, no dia que eu fiz, num veio- num vim
16 entregar a ocorrência, entendeu, mas (.) ela já fez
17 umas duas ou três que eu num:: nem lembro (.) a
18 gente vive junto já há dez anos (.) entendeu, é::
19 como se diz, o meu casamento já vem ruim já de uns
20 tempos atrás, ela já separou de mim umas dez vezes
21 (.) dentro desses dez anos. toda separação é ela que
22 quer, eu venho relevando pelos filhos, porque eu
23 gosto muito dos meus filhos, gosto dela, mas eu amo

meus filhos (.) entendo, [então nós vamos levando]
 25 Vítima [()]? num sabia dessa não.
 26 Inspetor deixa ele falar, toda vez a senhora interrompe,
 27 deixa ele falar um pouquinho, daqui a pouco a
 28 senhora já fala de novo (.) mas não adianta aqui a
 29 gente aqui ficar tentando falar um mais alto que o
 30 outro, deixa ele falar um pouquinho, espera só um
 minutinho.=
 31 Suspeito =eu sou uma pessoa que o senhor pode ir lá,
 32 entendeu, procurar [saber da comunidade]
 33 Inspetor [já fui], já fui.=
 34 Suspeito =eu saio cedo, chego (.) por volta de quatro, cinco
 35 horas, o dia que eu carrego caminhão eu não tenho
 36 horário pra chegar (.) então eu chego, quero tomar
 37 meu banho, e quero descansar. ela é um tormento, já
 38 deu pra você (.) perceber que ela é agitada, e eu
 39 sou calmo, sou tranquilo (.) por isso que nós
 40 estamos vivendo até hoje, entendeu, porque eu relevo
 41 muita coisa, tô relevando, pelos filhos (.)
 entendeu. porque eu [quis

Há duas histórias sendo contadas por Pedro: essas histórias não são, como veremos, narrativas canônicas, no sentido laboviano, mas contêm elementos que nos permitem compreendê-las pelo menos como narrativas mínimas. Segundo Labov (2013), as narrativas mínimas são sequências de, pelo menos, duas orações independentes, como em: “*Eu bati nele. Ele me bateu*” (p. 15).

Na primeira, Pedro recria a trajetória do casamento (linhas 17-23), construindo sua narrativa sobre o tipo de relacionamento que tem com a esposa, Vilma – a relação conflituosa, marcada por separações e o amor que sente pelos filhos e que faz com que eles (marido e mulher) vão “levando” a vida e o casamento.

Na segunda narrativa, em que constrói a si mesmo, ele recria sua própria trajetória diária de trabalho/vida, construindo-se como um homem trabalhador e como um bom pai, que “relevo” os problemas do casamento pelo bem dos filhos (“por isso que nós estamos vivendo até hoje, entendeu, porque eu relevo muita coisa, tô relevando, pelos filhos” (linhas 39-41)).

Nesse ponto inicial do interrogatório, já vemos uma construção de imagem positiva do narrador (essa construção positiva do *self* do narrador será vista mais detidamente a seguir), em contraponto com uma imagem negativa da vítima/esposa Vilma.

Pode-se observar como Pedro Henrique muda o foco da pergunta do inspetor: ao invés de relatar sobre as queixas que ele teria feito contra a esposa,

ele volta sua narrativa para as vezes em que ela realizou ocorrências contra ele: “ela já fez umas duas ou três que eu num:: nem lembro” (linhas 16-17).

Dando sequência, ele constrói Vilma como uma mulher que, ao contrário dele, não luta pela relação dos dois: “ela já separou de mim umas dez vezes (.) dentro desses dez anos. toda separação é ela que quer” (linhas 19-21). Ele avalia a esposa, Vilma, como uma pessoa agitada e que atormenta as pessoas ao seu redor, dado o seu temperamento difícil: “ela é um tormento, já deu pra você (.) perceber que ela é agitada, e eu sou calmo, sou tranquilo (.) por isso que nós estamos vivendo até hoje, entendeu, porque eu relevo muita coisa,” (linhas 38-40). Nesse contexto, são os adjetivos que funcionam como marcas avaliativas a serviço de construir identitariamente tanto Vilma, quanto ele: “tormento” e “agitada”, em contraponto com “calmo” e “tranquilo”. Ainda, nesse mesmo fragmento, podemos notar a presença de avaliação externa, pois o narrador/suspeito interrompe o fluxo da narrativa e dirige-se ao inspetor, paralisando a narração das ações para adjetivar/avaliar Vilma. O temperamento difícil da esposa é apontando como algo que prejudica o relacionamento e, de certa forma, justifica atitudes impensadas que ela tem e que forçam o outro, no caso, ele – o marido/suspeito – a relevar “muita coisa”.

Em outro momento do interrogatório, Pedro Henrique avalia Vilma como uma mãe que não cuida, suficientemente bem, da educação da filha, já que não ajuda a filha, com paciência e atenção, a fazer os deveres da escola.

Excerto 8 (IP VII, Agressão física do marido contra esposa, 2007, 03: 12-33)

- | | | |
|----|----------|---|
| 12 | Inspetor | que que o senhor- que que tá acontecendo lá pra |
| 13 | | tá:: gerando tanto atrito assim. |
| 14 | Suspeito | é o seguinte (.) no dia (.) que houve isso aí, |
| 15 | | semana passada (.) eu cheguei ((inspetor chama |
| 16 | | funcionária)) eu cheguei (.) por volta de quatro e |
| 17 | | meia do meu serviço. |
| 18 | | (1,5) |
| 19 | Suspeito | aí tava minha filha e uma sobrinha minha (.) aí |
| 20 | | perguntei pra ela, cadê a sua mãe, aí ela falou |
| 21 | | assim, a mãe tá lá no (.) colégio, foi numa reunião |
| 22 | | da escola. |
| 23 | | (1,0) |
| 24 | Suspeito | eu falei, tá bom. |
| 25 | | (1,0) |
| 26 | Suspeito | aí ela chegou (.) falou pra mim, pedrinho, o |
| 27 | | diretor falou assim (.) que (.) as nossas duas |
| | | crianças vão precisar de psicólogo. aí eu falei, |

28 vilma, psicólogo das crianças é você mesmo. (.)
 29 você vai ensinar um dever à menina, você num tem
 30 paciência (.) entendeu (.) a menina (.) pega pra
 31 fazer o dever, erra, você bate. então num é assim,
 32 é só você manejar o jeito de lidar com a menina
 33 que ela vai melhorar, tanto na escola como no jeito
 de agir.

Através da história contada, ele argumenta que a impaciência da mãe é que causou os problemas psicológicos que a filha tem. Para construir Vilma como uma mãe desleixada, ele fala sobre a conversa que esta teve na escola com o diretor (linhas 25-33).

Por meio das histórias que conta, Pedro Henrique parece querer desconstruir-se como suspeito ao construir-se como um bom pai e como um bom marido. Em contrapartida, ele, ao construir Vilma como péssima mãe e como péssima esposa, parece querer desconstruir a identidade institucional de ‘vítima’ que ela tem quando chega no ambiente da Delegacia. Para isso, ele desqualifica-a – narrativa e identitariamente – em termos de seus atributos sociais de boa mãe e esposa.

Na narrativa acima – de natureza mais canônica do que as duas anteriormente analisadas –, que se inicia na linha 14 e vai até a linha 33, Pedro Henrique reporta o evento narrado para ele por Vilma sobre a conversa com o diretor da escola da filha: “aí ela chegou (.) falou pra mim, pedrinho, o diretor falou assim (.) que (.) as nossas duas crianças vão precisar de psicólogo.” (linhas 25-27). Como ação responsiva, ele culpa a esposa, Vilma, pelas atitudes da filha, construindo-a como uma mulher que bate e que não tem paciência: “você vai ensinar um dever à menina, você num tem paciência (.) entendeu (.) a menina (.) pega pra fazer o dever, erra, você bate.” (linhas 28-30).

Nessa narrativa, Pedro usa o discurso reportado, dando voz, primeiramente, à filha (linha 21) e depois à Vilma (linhas 26 e 27), reconstruindo as falas das personagens sob sua perspectiva no mundo da história. A utilização do discurso reportado direto funciona aqui como um recurso avaliativo central, atuando na (re)construção da ‘realidade’ do evento narrado, dando a entender que o discurso recontextualizado reflete o que de ‘fato ocorreu’.

Além de construir Vilma como uma mãe impaciente, vejamos como, na narrativa a seguir, Pedro Henrique constrói-a como alguém dissimulado, que planeja e forja uma agressão:

Excerto 9 (IP VII, Agressão física do marido contra esposa, 2007, 04:48-56 e 05:01-08)

48	Suspeito	SÓ TAVA EU (.) ela (.) e meus dois filhos (.) ELA
49		DISSE PRA MIM E PRA DIVINA (.) disse que se a gente
50		brigasse, se acontecesse de eu esbarrar ela, ela ia
51		bater com o- com o corpo, com a cabeça, no- no
52		portão, na
53		parede, pra fazer hematoma pra me prejudicar. eu
54		jamaís, o senhor pode ver que (.) bater em mulher
55		num é o meu costume (.) que se eu ti- fosse batedor
56		de mulher, eu já tinha batido nela há mais tempo,
01		porque tem <u>dez</u> anos, >o senhor vê<, agora que veio
		acontecer <u>essa</u> fatalidade.
02		((inspetor conversa com uma funcionária))
03	Suspeito	entendeu, (.) eu fiz isso mesmo pra me defender.
04		outra [vez↑
05	Inspetor	[isso o quê?]
06	Suspeito	POIS É, esse empurrão, igual ela me agrediu, eu
07		simplesmente empurrei ela.=
08	Inspetor	=hum.

Nas linhas 48-52, o suspeito introduz uma narrativa hipotética de Vilma, usando, como recurso avaliativo, o discurso reportado, trazendo a voz dela para a narrativa. Segundo o narrador, por meio do discurso reportado, Vilma planejaria a agressão, caso eles brigassem, de modo a prejudicá-lo.

A forma de construção dessa narrativa foi habilidosa, no sentido de que, usando o discurso reportado da fala da esposa, Pedro conferiu à sua história maior dramaticidade, além de trazer em cena a reconstrução da fala da esposa fazendo o encaixe intertextual que lhe parece oportuno, resignificando a fala de Vilma. Ainda, a presença da “DIVINA” (linha 49) na cena aponta uma possível testemunha do plano que teria sido arquitetado pela esposa, funcionando, assim, como um argumento de autoridade. Desse modo, Pedro constrói Vilma como uma mulher dissimulada, que planeja e que executa seu projeto de culpar o marido junto à Delegacia.

Nessa perspectiva, ele se mostra como um narrador habilidoso, que, por meio de suas avaliações, dentre elas o uso de discurso reportado, negociou, na interação, atributos considerados negativos na sociedade brasileira para as

identidades de mãe e de esposa, avaliando-a, com o uso de adjetivos, como uma mulher (i) agitada, que atormenta, (ii) que bate na filha e (iii) que é dissimulada.

Para isso, ele narrou quatro pequenas histórias que manifestaram o comportamento inadequado de Vilma, desqualificando-a como esposa e como mãe, para depois, tentar desqualificar a agressão e a queixa – motivo do BO – feita por ela na delegacia: “POIS É, esse empurrão, igual ela me agrediu, eu simplesmente empurrei ela.” (IP VII, 2007, 05:06-07). O empurrão (i.e., o “incidente infeliz”, na terminologia de Pomerantz (1978)) é apresentado como uma reação a uma ação anterior da esposa, Vilma: “ela me agrediu”. Com isso, ele se constrói como aquele que não ataca, mas, apenas, revida.

Vimos discutindo, acima, como os episódios narrativos de Pedro construíram a mãe/esposa/vítima, Vilma, de forma negativa. Passaremos, agora, a examinar as histórias que ele contou e que o construíram no ambiente legal da Delegacia.

Para o trabalho investigativo desse ambiente institucional, as construções identitárias de Pedro Henrique direcionam-se para a desqualificação da agressão física e para a desconstrução da identidade de ‘suspeito’, na medida em que, como vimos, ao invés de atacar, ele se coloca no papel daquele que se defende das atitudes da esposa: “eu fiz isso mesmo pra me defender” (linha 03). Com isso, ele busca mitigar sua culpa ao (des)atribuir sua responsabilidade no quadro de agressão.

Vejamos, no excerto a seguir, parcialmente analisado anteriormente (cf. excerto 8) como ele se constrói como um bom pai:

Excerto 10 (IP VII, Agressão física do marido contra esposa, 2007, 03: 12-49)

- | | | |
|----|----------|---|
| 12 | Inspetor | que que o senhor- que que tá acontecendo lá pra |
| 13 | | tá:: gerando tanto atrito assim. |
| 14 | Suspeito | é o seguinte (.) no dia (.) que houve isso aí, |
| 15 | | semana passada (.) eu cheguei ((inspetor chama |
| 16 | | funcionária)) eu cheguei (.) por volta de quatro e |
| 17 | | meia do meu serviço. |
| 18 | | (1,5) |
| 19 | Suspeito | aí tava minha filha e uma sobrinha minha (.) aí |
| 20 | | perguntei pra ela, cadê a sua mãe, aí ela falou |
| 21 | | assim, a mãe tá lá no (.) colégio, foi numa reunião |
| 22 | | da escola. |
| 23 | | (1,0) |
| 23 | Suspeito | eu falei, tá bom. |
| 24 | | (1,0) |
| 25 | Suspeito | aí ela chegou (.) falou pra mim, pedrinho, o |

26 diretor falou assim (.) que (.) as nossas duas
 27 crianças vão precisar de psicólogo. aí eu falei,
 28 vilma, psicólogo das crianças é você mesmo. (.)
 29 você vai ensinar um dever à menina, você num tem
 30 paciência (.) entendeu (.) a menina (.) pega pra
 31 fazer o dever, erra, você bate. então num é assim,
 32 é só você manejar o jeito de lidar com a menina
 33 que ela vai melhorar, tanto na escola como no jeito
 34 de agir.
 34 (1,5)
 35 Suspeito aí ela:: (.) ficou brava, me ofendendo com palavras
 36 e coisa e tal, passou. aí daí a pouco↓
 37 (1,5)
 38 Suspeito aí ela:: eu falei assim, você foi no seu pai hoje?
 39 ela falou (.) fui, não te devo satisfação, filho
 40 duma puta, com o perdão da palavra, filho numa
 41 égua. não te devo satisfação. (.) aí foi lá dentro,
 42 perguntou- perguntou pra essa sobrinha minha (.)
 43 entendeu, pergun- aí a minha sobrinha falou num,
 44 num- num fui eu que falei que falei com ele que a
 45 senhora foi no vô não (.) aí foi perguntou a minha
 46 filha, aí a minha filha falou, foi eu mãe, aí ela
 47 falou, minha filha (.) o dia que VOCÊ (.) falar pra
 48 esse >filho da puta< aonde eu fui (.) você- você
 49 vai apanhar, que eu não devo satisfação da minha
 vida pra essa >filho da puta<.

Nessa narrativa, Pedro Henrique coloca-se como um pai atento (e hierarquicamente superior), que sabe e que aconselha a mulher, Vilma, sobre como resolver os problemas da relação com sua filha: “então não é assim, é só você manejar o jeito de lidar com a menina que ela vai melhorar, tanto na escola como no jeito de agir.” (linhas 31-33).

Na linha 38, o suspeito encaixa outra narrativa sobre a ida da esposa, Vilma, à casa do sogro, na qual se constrói como um homem que não revida a agressões verbais. Ele traz a voz dela por meio de discurso reportado, no qual ela usa expressões de baixo calão – “filho numa puta” (linha 39) e “filho numa égua” (linha 40). Segundo seu relato, ele não revida com agressão verbal: sua estratégia foi a de voltar para o presente (avaliação externa, já que ‘quebra’ o fluxo da narrativa), ou seja, para o evento narrativo na Delegacia, usando a expressão – direcionada ao inspetor – “com o perdão da palavra”, que avalia, negativamente, a fala grosseira da esposa.

Com essa sua história, para além de negar a acusação de que ele teria realizado também o crime de agressão verbal contra Vilma, Pedro Henrique parece querer oferecer um exemplo – empírico e ‘real’ – do quão pacífico ele é e de como ele não revida a agressões.

Acima, vimos que Pedro construiu quatro narrativas que avaliaram Vilma como uma mulher dissimulada, descontrolada e como uma péssima mãe. Nas narrativas presentes no excerto 7, das linhas 17-23, ele, em contrapartida, se construiu como um pacificador, como aquele que entende, que aceita e que releva as atitudes tempestuosas da esposa em prol do casamento e do seu amor pelos filhos, se construindo, assim, como um bom pai e como um marido exemplar: “a gente vive junto já há dez anos (.) entendeu, é:: como se diz, o meu casamento já vem ruim já de uns tempos atrás, ela já separou de mim umas dez vezes (.) dentro desses dez anos. toda separação é ela que quer, eu venho relevando pelos filhos, porque eu gosto muito dos meus filhos, gosto dela, mas eu amo meus filhos (.) entendeu, [então nós vamos levando]”.

Os episódios narrativos de Pedro Henrique parecem construir, habilidosa e cuidadosamente, atributos sociais positivos de um pai zeloso e de um marido compreensivo, o que desacredita uma possível atitude agressiva e impensada por parte dele: “toda separação é ela que quer” já que “eu gosto muito dos meus filhos, gosto dela, mas eu amo meus filhos”.

A construção do *self* do narrador extrapola, então, o espaço doméstico, já que ele narra, argumentando, que tem um ótimo comportamento fora de casa, uma vez que é um bom vizinho, um trabalhador e um pai que se sacrifica dia após dia para dar o melhor para sua família, como pode ser observado nas narrativas presentes no excerto 11: “=eu sou uma pessoa que o senhor pode ir lá, entendeu, procurar [saber da comunidade]” (IP VII, 2007, 04:31-32). Nesse ponto, o narrador, Pedro, introduz uma breve narrativa sobre sua rotina: “=eu saio cedo, chego (.) por volta de quatro, cinco horas, o dia que eu carrego caminhão eu não tenho horário pra chegar (.) então eu chego, quero tomar meu banho, e quero descansar. ela é um tormento, já deu pra você (.) perceber que ela é agitada, e eu sou calmo, sou tranquilo (.) por isso que nós estamos vivendo até hoje, entendeu, porque eu relevo muita coisa, tô relevando, pelos filhos (.) entendeu. porque eu [quis” (cf. excerto 7). O caráter dessas ações rotineiras é marcado pelo presente histórico (LABOV, 2013): “saio”; “chego” e “carrego”.

Na sequência, ele se constrói como uma pessoa calma, para isso, o narrador atribui uma marca avaliativa para si no próprio curso da narrativa:

“então eu chego, quero tomar meu banho, e quero descansar. (...) eu sou calmo, sou tranquilo”. Também, ele mostra-se como uma pessoa que sabe relevar – ele conclui, avaliativamente, usando (i) a repetição do verbo relevar e (ii) o uso da forma nominal gerúndio (que marca a avaliação interna de intensificação) o quanto ele é compreensivo, razão pela qual o casamento tem durado: “por isso que nós estamos vivendo até hoje, entendeu, porque eu relevo muita coisa, tô relevando, pelos filhos (.).”.

Para finalizar, Pedro Henrique negocia para si uma posição de homem incapaz de agredir fisicamente uma mulher (cf. excerto 9 acima), já que, segundo ele “bater em mulher num é o meu costume (.) que se eu ti- fosse batedor de mulher, eu já tinha batido nela há mais tempo” (IP VII, 2007, 04: 53-55).

Como vimos, nas narrativas analisadas, Pedro constrói-se de diferentes maneiras: (i) como bom pai, que não causa danos aos filhos; (ii) como aquele que aceita, passivamente e sem revidar, as agressões verbais; (iii) como uma pessoa tranquila, que releva atitudes e agressões da esposa; (iv) como um bom vizinho e como um homem trabalhador e (v) como aquele que seria incapaz de cometer um ato impensado e uma agressão física a uma mulher.

Essas construções identitárias, narrativamente construídas, parecem se ligar a uma tentativa de mitigar sua culpa e, conseqüentemente, sua responsabilidade frente aos crimes em investigação. Mesmo tendo confessado o crime de agressão física “eu fiz isso mesmo pra me defender” (linha 03, do excerto 9 acima) ele busca inocentar-se por meio de articulações discursivo-narrativo-identitárias, negociadas ‘na’ e ‘pela’ linguagem, na interação que teve com o inspetor na Delegacia da Mulher.

Para além de posicionar o crime no eixo da ação-reação, em que ele apenas ‘reage’ frente uma ação desencadeada anteriormente pela esposa, Vilma, as identidades de pai, de marido e de trabalhador, construídas sob uma luz favorável, parecem divergir do estereótipo do suspeito/criminoso – identidade institucional na qual ‘chega’ na Delegacia. Com isso, ele desacredita ações criminosas levantadas em desfavor de sua pessoa.

Diante do exposto, esperamos ter deixado em evidência como, nesse cenário, entender o que as pessoas fazem ‘falando’ mostra-se crucial, já que é no

processo de contar histórias no interrogatório policial do qual participa que o suspeito busca reconstruir/reenquadrar a responsabilidade de suas ações, buscando mitigar sua culpa no crime em discussão.

5.2.2

As construções narrativo-identitárias da vítima e sua relação com o trabalho institucional de (des)atribuição de culpa/responsabilidade

Analizamos, na seção acima, como o suspeito, Pedro Henrique, construiu a si mesmo e à esposa, Vilma, deixando em evidência a relação entre essas construções discursivo-narrativo-identitárias com uma tentativa de mitigação da culpa e de (des)atribuição de responsabilidade frente ao crime em análise na Delegacia.

Mostramos como, por meio das histórias que contou, o narrador, Pedro, buscou desconstruir a identidade institucional de ‘suspeito’ para construir-se como um bom pai, um bom marido e como um homem trabalhador, atributos considerados positivos para as identidades de pai/marido/profissional. Com isso, vimos que, narrativa e discursivamente, ele buscou colocar em xeque atributos que não coincidem com os de um criminoso, como alguém passível de ter cometido ações criminosas.

Nesta seção, analisaremos dois fragmentos a fim de observar como Vilma, enquanto narradora, constrói a si mesma e ao marido/suspeito, Pedro Henrique, buscando analisar a relação entre construções identitárias e o engajamento narrativo-interacional de (des)atribuição de responsabilidade, não frente ao crime, mas sim frente às construções identitárias com atributos sociais negativos e à responsabilização pelos atos agressivos imputada a ela pela narrativa-*account* contada por Pedro Henrique.

No segmento abaixo, trazemos um momento final do interrogatório, no qual após ouvir o suspeito, a vítima pede a palavra “posso falar agora, senhor inspetor” (linha 30) para contar sua versão da história.

Nesse ponto do interrogatório, Pedro Henrique havia contado ao inspetor que a esposa, Vilma, teria traído-o com o irmão dele, Agnaldo, e que, como prova física, ela teria escrito uma carta para o irmão: “=aí eu fui na casa da minha

irmã, aí eu num sabia de nada, fui lá- tratar de outra coisa, aí cheguei lá um cunhado meu (.) que me alertou, falou, pedrinho (.) o seu próprio irmão tá te passando pra trás, eu falei não, que é isso. isso pra mim foi coisa de outro mundo, entendeu, que eu jamais ia- podia imaginar que podia acontecer uma coisa fatalidade dessa. aí ele falou assim, pois tá, procura averiguar (.) a carteira dele. ela tá escrevendo é pra ele. aí eu fui até na casa da minha mãe, que ele é solteiro, mora com a minha mãe.=” (linhas 44-55, p. 11, IP VII); “=a mãe pegou a carteira dele (.) eu abri (.) achei quatro cartas dela, que ela escreveu pra ele,=” (linhas 58-01, p. 11-12, IP VII) e “=e uma foto dela” (linha 03, p. 12, IP VII).

Ainda, Pedro contou que ela teria tido um caso também com um sobrinho dele “arlando” (linha 41, p. 13, IP VII): “ele pegou e falou” (linha 26, p. 14, IP VII), “a mulher do senhor num vale nada, falou assim” (linha 28, p. 14, IP VII). Imediatamente após esse relato de Pedro Henrique, Vilma pede a palavra, conforme trazemos no excerto abaixo:

Excerto 11 (IP VII, Agressão física do marido contra esposa, 2007, 14: 30-58; 15: 01-06)

30	Vítima	posso falar agora, senhor inspetor.
31	Inspetor	claro [que pode.]
32	Vítima	[igual ele disse aqui], o primeiro amante
33		que ele arrumou pra mim, [o irmão dele] é há mais=
34	Suspeito	[foi só isso]
35	Vítima	= de oito anos. agora se ele fala que ele me ama
36		com toda traição porque eu separo dele, saio de
37		casa, ele ainda vai me buscar?=-
38	Inspetor	=me explica uma coisa, pra- pra eu entender, a
39		senhora escreveu carta pro agnaldo?
40	Vítima	agora, se eu tivesse escrito, porque ele num
41		pegou elas num fez, num regis[trou ocorrência,]=
42	Suspeito	[não,]
43	Inspetor	=deixa eu explicar uma coisa pra senhora, aqui eu
44		pergunto, a senhora responde,=
45	Vítima	=não es[crevi.]
46	Inspetor	[se a senhora], se a senhora me
47		perguntar, eu vou pensar que ficou respondido.=
48	Vítima	=eu não escrevi, agora se eu tivesse escrito, num
49		era uma chance pra poder ele me pôr pra rua não?=-
50	Inspetor	=isso. então a senhora não escreveu.=
51	Vítima	=não.=
52	Inspetor	=não teve isso?=-
53	Vítima	=não, igual, eu posso fazer uma pergunta pra
		ele?=-
54	Inspetor	=claro.=
55	Vítima	=é igual eu falo pra ele, se eu for uma mulher
56		errada, no serviço que ele tá trabalhando hoje,
57		eu trabalhei um ano e cinco meses, roçando pasto,

58 capinando, fazendo () e plantando eucalipto e
 01 pergunta pra ele pra ver se ele nega, se é
 mentira.=

02 Inspetor =hum.=

03 Vítima =se eu fosse uma vagabunda eu num ia fazer esse
 04 serviço pra eu me vestir meus filhos e calçar não
 05 porque ((suspeito tosse)) o serviço dele nós só
 06 temos o almoço e a janta.

Do fragmento acima, importa-nos focalizar como a vítima, Vilma, de modo muito semelhante ao suspeito, Pedro Henrique, busca, por meio da história que conta – cf. linhas 55-01 e 03-06 – construir-se “*sob uma luz favorável*” (GOFFMAN, [1959] 2008).

Vilma, nas respostas que dá às perguntas do inspetor e na história que conta, parece argumentar em favor de si mesma. A história dela busca, então, desconstruir a identidade de “mulher errada” (linha 55) e de “vagabunda” (linha 03). A necessidade de ‘desconstruir-se’ como “mulher errada” justifica-se pelo fato de Pedro Henrique ter contado duas narrativas que reconstruíram os momentos em que ele ficou sabendo da traição da mulher com o irmão dele, Agnaldo e com seu sobrinho, Arlindo (cf. fragmentos trazidos antes do excerto 11).

De modo similar a Pedro Henrique, Vilma constrói seu *self* destacando os atributos positivos de uma boa mãe: “pra eu me vestir meus filhos e calçar” (linha 04) e de mulher trabalhadora “se eu fosse uma vagabunda eu num ia fazer esse serviço” (linhas 03-04) e “eu trabalhei um ano e cinco meses, roçando pasto, capinando, fazendo () e plantando eucalipto” (linhas 57-58).

Destacamos, também, as construções identitárias que Vilma faz para o marido durante seu engajamento narrativo. Ela constrói-o (i) como aquele que não tem atitude: “agora se ele fala que ele me ama com toda traição porque eu separo dele, saio de casa, ele ainda vai me buscar?” (linhas 35-37) e (ii) como aquele que não tomou as medidas cabíveis/possíveis no momento certo: “agora, se eu tivesse escrito, porque ele num pegou elas num fez, num regis[trou ocorrência]” (linhas 40-41) e “agora se eu tivesse escrito, num era uma chance pra poder ele me pôr pra rua não?=” (linhas 48-49).

Das sequências que recortamos, é interessante notar a linha discursivo-argumentativa construída por Vilma: o advérbio de tempo “agora” marca, repetidamente, o início das perguntas retórico-hipotéticas que ela faz. Na primeira situação, ela recria a cena da traição e relaciona com o fato de ele ir buscá-la. Na segunda e na terceira perguntas hipotéticas, ela constrói as seguintes cenas: se ela escreveu as cartas, porque ele não as usou como um meio de prova jurídica para abrir um BO? E se ela “tivesse escrito” as cartas, porque ele não a pôs para fora de casa? Nessas frases, salientamos o uso do modo subjuntivo para a criação dos cenários hipotéticos que dão peso argumentativo às perguntas que Vilma cria: “se eu tivesse” e do “se” em “agora se ele fala”.

Enfatizamos, ainda, o modo como Vilma busca dar peso à narrativa que conta e na qual ela constrói-se como uma mulher que trabalha, que se esforça (cf. turno que vai das linhas 55-01): ela usa o próprio marido, Pedro Henrique, como uma possível testemunha para o inspetor checar a veracidade dos ‘fatos’ que ela apresenta e que convergem para a construção identitária em andamento – “pergunta pra ele pra ver se ele nega, se é mentira” (linhas 58-01).

No excerto abaixo, trazemos os momentos finais do interrogatório. À medida que o interrogatório foi acontecendo, os participantes, Vilma e Pedro, trouxeram ao conhecimento do inspetor um dos problemas que poderia acontecer caso o casal se separasse: a casa em que ambos moravam. Segundo trazido pela vítima, ela e o suspeito construíram a casa e esta foi apontada como uma dificuldade a ser resolvida, haja vista que toda vez que o casal briga, ela é obrigada a sair da casa, levando consigo seus filhos.

No fragmento abaixo, a vítima informa ao inspetor que deseja que seu caso seja encaminhado ao judiciário, a fim de que seja julgado por um juiz, já que ela não vê saída para resolver o problema com a casa.

Excerto 12 (IP VII, Agressão física do marido contra esposa, 2007, 24: 54-58; 25: 01-30)

54 Inspetor vocês não conseguem viver não, vai ficar um
55 espetando o outro, seria temerário se eu
56 deixasse isso acontecer.=

57 Vítima =inspetor roberto, ele:: é osso bruto, o senhor
58 pode procurar saber lá, só que lá onde a gente
01 mora por incrível que pareça só convive parente
02 dele. é conforme ele arrumou dois amantes pra
03 mim aqui, toda vez que a gente briga ele arruma,
04 será que se eu fosse uma mulher errada, eu ia
05 arrumar só família dele pra mim ter amante?=
06 Inspetor =humhum.=

07 Vítima =entendeu, agora ele não tá dormindo na casa,
08 não tá comendo na casa, ele só tá é passando lá
09 pra pegar roupa pra ir pro trabalho.
10 (1.5)

11 Vítima que durante o dia eu vou na minha casa, trago
12 () que eu tenho lá e busco a minha roupa.=

13 Inspetor =tá certo.
14 (3.5)

15 Vítima eu se ele fosse um bom pai conforme ele falou
16 ele num tava aí jogando os filhos na casa dos
17 outros não, ele tinha falado, não eu vou sair,
18 vou vender a casa, a senhora pode ficar aí com
 eles.

19 Inspetor é. a senhora então entendeu isso, né.=

20 Vítima =entendi.
21 (10.0)

22 Inspetor a senhora assina aqui pra mim.
23 (16.0)((vítima assina documento para
24 encaminhamento do caso para a justiça))
25 ((inspetor mexe nos papéis))

26 Inspetor tá certo, a senhora tá liberada,=
27 Vítima =tá.=

28 Inspetor =pode ir, tá tudo certinho.=

29 Vítima =obrigada.
30 ((as partes saem da sala))

Do trecho acima, destacamos duas histórias que Vilma conta: uma em que traz à tona o fato de ela ter ou não amantes (cf. linhas 57-05) e outra em que ela fala sobre a relação entre marido/mulher separados e a casa (cf. linhas 07-09; 11-12 e 15-18).

Em sua primeira narrativa, Vilma avalia negativamente o esposo, qualificando sua personalidade: “ele:: é osso bruto” (linha 57). Também, ela avalia, negativamente, a identidade de pai de Pedro Henrique, construindo-o com atributos que não coincidem com aqueles que um ‘bom’ pai teria: “se ele fosse um bom pai conforme ele falou ele num tava aí jogando os filhos na casa dos outros não” (linhas 15-17).

Em sua história, contada nos momentos finais do interrogatório, Vilma resgata tudo o que foi problematizado ao longo do interrogatório e que a construiu de modo negativo: o fato de ela ter tido dois amantes, as constantes brigas do casal pelo comportamento inadequado dela, o fato de ela e os filhos estarem dormindo na casa da irmã dela e o problema da casa, que na perspectiva de Vilma, deveria ser vendida.

Interessante notar como ela busca desconstruir a imagem de “mulher errada” (linha 55, do excerto 14 e linha 4, do excerto 15), (des)atribuindo de si mesma qualquer responsabilidade e/ou agência frente ao que foi trazido por Pedro Henrique nas histórias anteriores. Para isso, ela, narrativamente, busca construir o marido, Pedro Henrique, como aquele que tem um temperamento difícil – turno narrativo que vai da linha 57-05 – “ele:: é osso bruto”, indicando, inclusive possíveis testemunhais para atestar isso “o senhor pode procurar saber lá” (linhas 57-58).

Ainda, ela busca retirar sua agentividade, (des)atribuindo de si mesma a responsabilidade na questão de ter amantes: é o marido, Pedro, quem atribui isso a ela “ele arrumou dois amantes pra mim aqui” (linha 02) – não é ela quem ‘arruma’ ou ‘tem’ amantes. Segundo ela, Pedro Henrique ‘arrumaria’ outros homens para ela em virtude das brigas do casal “toda vez que a gente briga ele arruma” (linha 03) – com essa narrativa-*account*, ela também busca justificar sua inocência/não-agência diante dos quadros de traição levantados pelo marido. Por meio desses recursos narrativo-identitários, ela busca retirar sua responsabilidade ao construir o marido como aquele que, pelas brigas, ‘inventa’ “amantes” para ela.

Destacamos, ainda, a pergunta retórico-hipotética que Vilma faz – “será que se eu fosse uma mulher errada, eu ia arrumar só família dele pra mim ter amante?=” (linhas 03-05), ela, com essa pergunta, cria um quadro hipotético que parece contribuir para a desconstrução da identidade de “mulher errada”. Para além das marcas linguísticas – “que se eu” e do verbo flexionado no modo subjuntivo “fosse” – a argumentação contida nessa pergunta retórica de Vilma traz uma pressuposição relevante: nela, a vítima não escolheria, dentre tantas opções, “só” membros da família do marido para serem seus “amantes” – “eu ia arrumar só família dele pra mim ter amante?”.

Na segunda história que Vilma conta, ela busca desconstruir a identidade de bom pai na qual Paulo Henrique, quando contou sua narrativa, buscou construir-se. Nesse momento da narrativa, Vilma, por meio de uma avaliação encaixada, constrói uma cena hipotética (“se ele fosse um bom pai”), incluindo o discurso reportado – reconstruindo a fala de Pedro Henrique: “eu se ele fosse um bom pai conforme ele falou ele num tava aí jogando os filhos na casa dos outros não, ele tinha falado, não eu vou sair, vou vender a casa, a senhora pode ficar aí com eles.” (linhas 15-18). Nela, Vilma, enquanto narradora, coloca em xeque a qualidade dele enquanto pai que permite que seus filhos saiam de casa.

Na cena hipotética, narrativamente elaborada por Vilma, uma ação que Pedro Henrique não performatizou no ‘mundo real’ ganha vida: “ele tinha falado, não eu vou sair, vou vender a casa, a senhora pode ficar aí com eles.” – temos aqui uma história hipotética dentro do mundo da história. Essas ações narrativas são avaliativas, haja vista que oportunizam que a plateia da narradora – sobretudo, o inspetor – possa construir identitariamente a pessoa de Pedro Henrique – não por ações que ele tenha feito, mas por ações que, na perspectiva da narradora, ele ‘deveria’ ter feito, mas que, contudo, não fez.

Interessante notar em qual fato Vilma embasa a cena hipotética que analisamos acima: é porque Pedro Henrique não está usufruindo da casa, que não justifica que ele fique com ela – “agora ele não tá dormindo na casa, não tá comendo na casa, ele só tá é passando lá pra pegar roupa pra ir pro trabalho” (linhas 07-09). Em termos linguístico-discursivos, enfatizamos o uso das perífrases verbais com a mesma estrutura e a mesma linha argumentativa – verbo ‘estar’ mais gerúndio: “ele não **tá dormindo** na casa”; “não **tá comendo** na casa” e “ele só **tá é passando** lá”. Temos, nesses fragmentos, avaliações encaixadas, tanto pela repetição da mesma estrutura sintática e rítmica, quanto pela ênfase dada nas ações que “não” estão sendo feitas em “casa”. Nesse sentido, a própria repetição do gerúndio, do advérbio de negação e da palavra “casa” – objeto de discussão neste ponto do interrogatório – funcionam como marcas avaliativas.

Como vimos mostrando, é na narração de histórias que as personagens são construídas, são avaliadas. Também, cada narrador – Vilma e Pedro Henrique – buscou construir-se com atributos sociais positivos ligados às identidades de mãe,

trabalhadora e de pai, marido e trabalhador, respectivamente. Em contrapartida, eles construíram ao outro avaliando, negativamente, as identidades de ‘mãe’ e de ‘pai’: “mulher errada” e “osso bruto”.

Com nossas análises, esperamos ter tornado claro que as impressões – positivas ou negativas – que o inspetor de polícia possa ficar estão ligadas àquilo que é narrativa, avaliativa, discursiva e interacionalmente construído: é pelo modo como os participantes contam suas histórias, avaliando ações e personagens sob sua própria ótica, que as confissões e depoimentos são trazidos à tona.

Nesse contexto, olhar como isso se processa, interacionalmente, importa para que se possa buscar entender, no aqui-e-agora, como os narradores constroem-se a si mesmos e constroem ao outro, como buscam mitigar suas culpas e como culpam ao outro. Como buscam (des)atribuir de si mesmos a responsabilidade e a agência frente a algumas ações e como atribuem responsabilidade e agência ao outro.

Essa relevância está ligada, ainda, ao caráter institucional da interação de que participam. Nesse tipo de atividade, são negociadas a culpa e a responsabilidade perante crimes. Então, entender melhor como a agência e a responsabilidade são mitigadas discursivamente pode contribuir para a atuação do sistema legal-penal.

O que buscamos mostrar, analiticamente, foi como, ao contar histórias, os narradores lançam mão de recursos de mitigação de suas agências/culpas ao (des)atribuírem de si mesmos suas responsabilidades e ao construírem seus *selves* “sob uma luz favorável” que os beneficiem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, suportados pelo arcabouço teórico da Análise de Narrativa, incluindo nele o estudo interacional das narrativas, o modelo narrativo laboviano e as performances identitárias, buscamos olhar mais de perto as histórias que podem ser dadas como respostas às perguntas que o inspetor faz durante a condução de interrogatórios policiais em uma Delegacia da Mulher. Ainda, situando-nos na Linguística Aplicada contemporânea, de perspectiva construcionista da pesquisa qualitativa, buscamos olhar para essas histórias a fim de investigar como suspeitos (e também vítimas) buscam mitigar suas culpas, usando, para isso, recursos discursivo-narrativo-identitários. Nesse cenário, esta tese buscou, analiticamente, mostrar quais são os recursos de mitigação da culpa tornados relevantes pelos participantes no ambiente institucional da Delegacia da Mulher e qual é o espaço – sequencial e interacional – no qual as narrativas ocorrem. Nesse ponto, valemos também das ferramentas da Análise da Conversa para contribuir com a análise micro e situada de nossos dados.

Nossa tese justificou-se, sobretudo, porque, diferentemente do que vimos na literatura que trata de interrogatórios policiais, mostramos aqui como as histórias assumem um papel essencial e constitutivo nesse tipo de atividade de fala institucional-legal. Isso porque uma análise narrativa, em si mesma, não havia recebido destaque nos estudos relativos à atividade de interrogar. Conforme vimos neste trabalho, eliciar histórias faz parte do trabalho da inspetoria, já que é por meio delas que inspetores tornam acessíveis versões e confissões dos crimes em investigação. Nesse contexto, apresentamos uma metodologia de análise que se mostrou produtora para o entendimento de como elas são coconstruídas por suspeitos e vítimas e como elas configuram-se como um meio discursivo-interacional para mitigar agência, para mitigar responsabilidade, para, por fim, mitigar a culpa.

Para isso, de um ponto, mostramos que a mitigação da culpa é usada como um recurso de (des)atribuição da responsabilidade e de agência e como isso está relacionado à confissão nas narrativas dos suspeitos. De outro ponto, mostramos como também a vítima, de igual maneira, tenta mitigar sua culpa ao buscar

desconstruir, narrativamente, acusações feitas pelo suspeito/marido contra ela. Mostramos, com nossas análises, que tanto suspeitos quanto vítimas lançam mão de recursos de mitigação da culpa nas narrativas que contam nos interrogatórios policiais. Nesse cenário, o suspeito engaja-se em (des)atribuir de si a culpa a ele imputada pelo próprio ambiente legal e a vítima, por sua vez, engaja-se em (des)atribuir de si a culpa imputada a ela pelo suspeito nas histórias que ele conta e que buscam justificar o crime por ele cometido enquadrando-a como *responsável* e como *agente*.

Nessa mesma perspectiva, nossas análises mostraram como o engajamento narrativo de suspeitos e de vítimas constrói-se como um *account* (explicação ou prestação de contas). Cunhamos, nesta tese, o termo narrativa-*account* para mostrar como suspeitos e vítimas usaram, interacionalmente, as histórias que contaram como uma forma para tentar justificar e explicar suas ações. Ainda, relacionamos essas narrativas-*accounts* à uma tentativa de mitigação da culpa: ao narrarem, suspeitos e vítimas parecem querer prestar contas de ações que têm consequências perturbadoras quando ditas.

Também, nesta tese, relacionamos, as noções de agência, confissão e atribuição de responsabilidade – renomeada, aqui, como (des)atribuição de responsabilidade –, haja vista que é por meio das histórias que contam que suspeitos e vítimas podem tentar minimizar suas agências, buscando (des)atribuir de si mesmos a responsabilidade/agentividade sobre uma determinada ação. Com isso, suspeitos buscam distanciar-se, interacional e discursivamente, da confissão do crime em investigação na Delegacia e vítimas buscam distanciar-se da responsabilidade atribuída a elas nas histórias que seus maridos/suspeitos contaram para buscar justificar as ações criminosas por eles cometidas.

Assim, de modo mais focal (e como forma de atender aos objetivos gerais delineados), este trabalho relacionou narrativas e interrogatórios policiais ao situar os estudos da Análise de Narrativa como uma ferramenta analítica para os interrogatórios, buscando deixar em ênfase o quanto uma perspectiva narrativo-interacional pode contribuir com o ambiente jurídico. Vimos como uma análise linguístico-narrativa fornece subsídios instrumentais que possibilitam relacionar as ações de ‘contar’ histórias ao trabalho confessional no qual os participantes engajam-se. Ainda, relacionamos narrativas e construções identitárias ao trabalho

interacional de tentativa de mitigação da culpa e de (des)atribuição da responsabilidade frente aos crimes em discussão. Nesse cenário, posicionamos o estudo das narrativas como um meio relevante para a investigação de crimes no contexto da Delegacia da Mulher, na medida em que as respostas dadas por suspeitos e vítimas são narrativamente construídas e na medida em que as marcas avaliativas, presentes nessas histórias, permitem-nos entender melhor como o narrador constrói a si mesmo – seu *self* – e ao outro no processo de narrar.

Em nossas análises, como falamos acima, mostramos como os movimentos narrativos estão presentes nos interrogatórios. Ainda, vimos os espaços sequenciais e interacionais nos quais eles ocorrem. A esse respeito, vimos como é o inspetor quem seleciona o próximo falante corrente, i.e., o narrador; elicia a história, ou seja, oferece o espaço interacional para que uma história seja contada, tornando-a reportável e direciona o tópico conversacional, i.e., o assunto/conteúdo da história a ser narrada.

Diante disso, mostramos que o espaço interacional, no qual as histórias emergem nos interrogatórios policiais, não é fruto de uma negociação entre os participantes, mas sim, que ele é um recurso discursivo central usado pelo inspetor para que ele possa receber as ‘versões’ dos participantes, a fim de obter a confissão e de ouvir depoimentos e versões. Por meio de nossas análises, pudemos observar como faz parte do trabalho do inspetor eliciar histórias, coordená-las, alocar e realocar próximos falantes correntes no trabalho institucional que ele tem de gerar confissões sobre os crimes em análise.

Mostramos, também através de nossas análises, o formato narrativo-estrutural dos interrogatórios. Para isso, apresentamos como o modelo narrativo laboviano mostra-se vigoroso e bastante didático para ajudar na análise dos interrogativos policiais. Para além, apresentamos como ele mostra-se como uma ferramenta analítica para que se busque, nas pistas narrativo-linguísticas, a confissão do crime, o qual é, narrativa e discursivamente, coconstruído no ambiente legal da Delegacia.

Em termos da estrutura narrativa dos interrogatórios policiais que analisamos, mostramos que as histórias⁶²:

⁶² Para os propósitos de sintetização deste capítulo, usamos, integralmente, a mesma listagem já apresentada no capítulo 5, na seção 5.1.3, especificamente.

- i Seguem, no geral, a estrutura narrativa laboviana;
- ii Contam com a presença de orações de orientação, que indicam cenários, personagens e tempo. Mostramos, ainda, como essas indicações podem estar ligadas à confissão, ao tentarem relatar um cenário mais detalhado dos eventos narrados;
- iii Contam com ‘pontos’ (ou seja, apresentam reportabilidade) indicados pelo inspetor: as narrativas dos interrogatórios analisados são, geralmente, eliciadas pelo inspetor. Ainda, essas narrativas parecem estar relacionadas ao ambiente institucional, ao ordenamento sequencial da interação e à assimetria entre os participantes (sobretudo, à relação de adjacência dos pares de P-R). Isso porque as histórias são tornadas relevantes – reportáveis – pela ação do inspetor de eliciar histórias, oferecendo para elas um tópico (assunto) pré-selecionado;
- iv Contam com a presença de marcas avaliativas (discursos reportados, avaliações externas e encaixadas) e elas, sobretudo, contribuem para o modo como os narradores avaliam as ações das outras personagens, bem como as suas próprias;
- v Contam com a presença da avaliação por meio do discurso reportado: vimos como o discurso reportado conferiu drama e status de ‘veracidade’ às narrativas contadas, ao selecionar certas falas/cenas em detrimento de outras. Ainda, vimos como esse recurso avaliativo ressignifica as ações, ao trazer para o evento narrado (mundo da narrativa) edições e recortes segundo a perspectiva do narrador;
- vi Contam com marcas avaliativas que estão ligadas, também, à confissão, haja vista que são nos momentos de avaliação que narradores qualificam as ações reconstruídas no mundo de contar histórias, sublinhando para a plateia o modo como eles querem que essas ações sejam percebidas/entendidas;
- vii Estruturam-se por meio da ação complicadora, a qual desempenha um papel central no trabalho narrativo dos interrogatórios por funcionar como uma forma discursiva de tentativa de mitigação da culpa. Isso se dá quando o narrador enquadra a ação no eixo da ‘ação versus reação’: esse processo realiza-se, sobretudo, pela inversão ‘protagonista versus

coadjuvante’. Nele, os narradores buscam construir-se como coadjuvantes e reativos. Com isso, eles, narrativa e interacionalmente, (des)atribuem suas responsabilidades e suas agências frente ao crime em análise, já que a ação ‘criminosa’ é justificada em virtude de outra ação anterior que a desencadeia e

viii Nesse processo, vimos como a estrutura narrativa laboviana ajuda-nos a entender e a localizar os recursos de mitigação da culpa, que, num *continuum*, acontecem por meio da (des)atribuição da responsabilidade e da agência e por meio da construção de histórias que funcionam como narrativas-accounts (que se prestam a tentar justificar/explicar as ações criminosas em investigação na Delegacia).

Nesta tese, analisamos, também, a relação entre metas institucionais que o inspetor de polícia tem e o trabalho interacional em curso. Para isso, olhamos para as perguntas que ele faz e para as respostas narrativas dadas na sequência pelos outros participantes – suspeitos e vítimas. Nesse contexto, analisamos, também, a relação entre a sistemática regular de troca de turnos nos interrogatórios: como mostramos, é o inspetor, enquanto representante legal, quem coordena a interação. Isso acarreta restrições conversacionais, já que é o inspetor quem coordena a relação de adjacência de pares de Pergunta-Resposta (P-R). Essa sistemática de emparelhamento de perguntas e de respostas é crucial para entendermos as histórias que emergem, isso porque vimos que os episódios narrativos acontecem na sistemática de perguntar e de responder, nos quais o inspetor, para além de realizar uma Primeira Parte do Par (PPP) de pergunta, seleciona o próximo falante corrente, ou seja, seleciona o participante – vítima e/ou suspeito – do turno de resposta. Com isso, pudemos observar que as narrativas contadas são fruto do trabalho investigativo que se organiza, sequencialmente, em P-R. As histórias, então, são coconstruídas entre inspetor e participante selecionado: são nas segundas partes dos pares (SPPs) que vítima ou suspeito têm a oportunidade interacional de contar suas versões.

Como forma de cumprir nossos objetivos específicos, analisamos também a relação entre as histórias que os participantes contam e o conteúdo apresentado no Boletim de Ocorrência (BO). Conforme dissemos, é por meio da leitura do BO que o suspeito é oficialmente informado sobre o motivo de ele ter sido intimado a

prestar seu depoimento na Delegacia. Nesse cenário, vimos que são nos momentos de respostas narrativas que os participantes, vítimas e suspeitos, podem trazer à tona suas versões/justificativas. Ainda, mostramos como eles fazem referência ao conteúdo do Boletim de Ocorrência (BO), seja para retificar/ratificar ou para confessar o (possível) crime apresentado pelo inspetor durante a leitura do boletim. Nesse ponto, vimos como as narrativas se prestam a justificar ações, funcionando como narrativas-accounts.

Para além das análises acima, nas quais evidenciamos o caráter constitutivo das narrativas nos interrogatórios policiais, mostramos também como os narradores coconstruíram, identitariamente, a si mesmos e às personagens de suas histórias. Com isso, mostramos como, nas narrativas analisadas, um suspeito construiu-se com atributos sociais positivos para as identidades de pai/marido/profissional: (i) como bom pai, que não causa danos aos filhos; (ii) como aquele que aceita, passivamente e sem revidar, as agressões verbais; (iii) como um pacificador, que releva atitudes e agressões da esposa; (iv) como um bom vizinho e como um homem trabalhador e (v) como aquele que seria incapaz de cometer um ato impensado e uma agressão física a uma mulher. Em contraponto, vimos como ele construiu, com atributos sociais negativos, sua esposa/vítima. Mostramos, como essas construções identitárias, narrativamente construídas, parecem estar ligadas a uma tentativa de mitigação da culpa e, conseqüentemente, à uma tentativa de (des)atribuição de responsabilidade e de agência frente aos crimes em análise. Isso porque o suspeito, ao posicionar o crime no eixo da ação-reação, em que ele apenas reage frente a uma ação desencadeada anteriormente pela esposa/vítima, construiu identidades de pai, de marido e de trabalhador com atributos sociais positivos que divergem do estereótipo do suspeito/criminoso – identidade institucional na qual ele chega na Delegacia. Nesse mesmo cenário, vimos também como as narrativas, para além de serem um local privilegiado para construir performances identitárias, são também um meio para prestar contas de ações – narrativas-accounts. Nesse ponto, destacamos, ainda, que “*é (também) por meio das narrativas que nos ocupamos em ser comum (ordinary)* [cf. propõe SACKS, 1984]. *Afinal de contas, se as*

peessoas estão procurando se esvaziar do papel de “autores” do crime, elas estão tentando simplesmente ser “ordinary”, ser “comuns””.⁶³

De modo similar, vimos como a vítima, narrativamente, construiu a si mesma com atributos sociais positivos para as identidades de mãe e de esposa ao mesmo tempo em que construiu seu marido/suspeito com atributos sociais negativos.

Com isso, mostramos que é contando histórias, avaliando ações e personagens sob sua própria ótica, que os narradores – suspeitos e vítimas – fazem com que as confissões e os depoimentos sejam trazidos à tona. Mostramos como essas construções identitárias estão ligadas ao trabalho confessional e ao tipo de atividade em curso, posto que a culpa e a responsabilidade perante crimes são coconstruídas na interação negociada na Delegacia. Dessa forma, entender melhor como a agência e a responsabilidade são mitigadas discursivamente pode contribuir para a atuação dos agentes da lei, sobretudo, daqueles que participam de contextos investigativos.

Nosso interesse, nesta tese, foi o de focalizar os estudos narrativos como um recurso instrumental de análise dos interrogatórios policiais, haja vista que contar histórias é uma atividade constitutiva desse tipo de atividade de fala. Nossa perspectiva, então, foi a de tentar oferecer uma contribuição para a construção de uma metodologia de trabalho que dê conta de entender como as histórias acontecem, quando acontecem e quais são as consequências desse engajamento narrativo para o trabalho institucional em curso.

Esperamos ter mostrado que as narrativas reconstroem ‘o vivido’ mediante o prisma do narrador. Nesse cenário, o modelo narrativo laboviano ajudou-nos a ver onde a confissão está; quais justificativas são usadas e quais marcas avaliativas os participantes lançam mão a fim de construir o outro como protagonista e a si mesmo como coadjuvante. Com esses recursos discursivo-interacionais, mostramos como o narrador buscou (des)atribuir sua responsabilidade e agência ao se construir como aquele que apenas ‘reagiu’ frente a uma ação desencadeada anteriormente pelo outro, o que convergiu para uma tentativa de mitigação de sua culpa e agentividade.

⁶³ Agradecemos a Ana Cristina Ostermann, que, gentilmente, produziu esse fragmento de conclusão durante sua participação na banca de defesa desta tese.

Para pesquisas futuras, acreditamos que possam ser producentes análises que:

(i) vejam as perguntas do inspetor, especificamente, apresentando as tipificações e a forma deliberada com a qual esses profissionais podem atuar de modo a induzir ‘respostas’;

(ii) vejam, especificamente, as relações de gênero envolvidas nesse processo, vinculando-as à sociedade patriarcal brasileira e à violência doméstica.

Como propósitos mais amplos, esperamos contribuir, com esta tese, para fomentar uma discussão no que tange ‘àquilo que acontece’ nos interrogatórios policiais. Nesta tese, o que vimos deixa em evidência o quanto de informações e de confissões esse tipo de atividade pode apresentar. Mostramos como, através de uma análise discursivo-narrativo-interacional, marcas linguísticas possibilitam visualizar a confissão. Nesse contexto, o mais profícuo seria uma abordagem integrada entre Delegacia e Judiciário, já que se evitaria o (re)trabalho em audiências nas quais os juízes talvez tenham de (re)fazer todo o percurso de interrogatório, o qual já foi trilhado pelos inspetores de polícia em um momento anterior, quando da realização de trabalhos investigativos que compõem o procedimento administrativo denominado ‘inquérito policial’.

Para além, esperamos, por meio de nossa pesquisa, que tanto operadores do direito, quanto linguistas, possam atentar-se para a relação entre engajamentos narrativo-identitários e recursos de mitigação da culpa por meio da (des)atribuição da responsabilidade e da agência em contextos discursivo-interacionais nos quais a ação de interrogar esteja envolvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHEARN, LM. Language and Agency. **Annual Review of Anthropology**, Vol. 30, out, 2001, pp. 109-137.

ANDRADE, D.N.P. & OSTERMANN, A.C. O interrogatório policial no Brasil: a fala institucional permeada por marcas de conversa espontânea. **Calidoscópio**. V. 5, n.2, 2007, pp.92-104.

BAMBERG, M. Construindo a masculinidade na adolescência: posicionamentos e o processo de construção da identidade aos 15 anos. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da & BASTOS, Liliana Cabral. **Identidades: Recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, Mercado de Letras, 2002, p. 149-185.

BAMBERG, M. Biographic-narrative research, quo vadis? A critical review of "big stories" from the perspective of "small stories." *In*: MILNES, K, C. Horrocks, B. Roberts, & D. Robinson (Eds.), **Narrative, memory and knowledge: Representations, aesthetics and contexts**. Huddersfield, UK: University of Huddersfield Press, 2006.

BARREIRA, C. & NOBRE, M.T. Controle Social e Mediação de Conflitos: as Delegacias da mulher e a violência doméstica. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, p. 138-163.

BASTOS, L.C.; BIAR, L. Análise de Narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**, 2015, no prelo.

BASTOS, L.C. Narrativa e vida cotidiana. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 118-127, 1º sem. 2004.

____. Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais - uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópio**, São Leopoldo, RGS, v. 3, n.2, p. 74-87, 2005.

____. Diante do sofrimento do outro - narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. **Calidoscópio**, v. 6, p. 76-85, 2008.

BASTOS, L.C. & OLIVEIRA, M.C. A experiência de imigração e a construção situada de identidades. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 6, n.2, 2002, pp. 31-48, jul/dez.

BAUMAN, R. **Verbal Art as Performance**. Prospect Heights: Waveland Press, 1977.

____. **Story, performance and events: Contextual studies of oral narratives**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1986, x-136p.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C.L. Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life. **Annual Review of Anthropology**, Vol. 19, 1990, pp. 59-88.

BRANDÃO, E.R. **Nos corredores de uma Delegacia da Mulher: um estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal**. 1997. 202p. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. “Eu quero saber quais são os meus direitos”: a complexa trama entre cidadania e lógica familiar. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer de. & JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 85-100.

BRASIL. Decreto-Lei No 2.848, de 7 de Dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro.

BRASIL. Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

BRASIL, Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

BRIGGS, C. Notes on a “Confession”: On The Construction Of Gender, Sexuality, And Violence In An Infanticide Case. **Pragmatics**, v. 7, 4, 1997, pp. 519-546.

BRUNER, J. The narrative construction of reality. **Critical Inquiry**, 18, 1991, p. 1-21.

_____. **Acts of meaning**. Cambridge, Harvard University Press, 1992, 177 p.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. LOURO, Guacira L. (org.), Tomaz Tadeu da Silva (trad.). 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, [1993] 2010, pp. 151-172.

CAMPOS, F. **Código de Processo Penal**. In: Vox Legis (org.). São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 4ª ed, 1876.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 6.ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2001.

COSTA, M.M.M.; AQUINO, Q.B; PORTO, R.T.C. O consumo do álcool na sociedade das frustrações: uma interface com a violência simbólica nas relações de gênero. IN: CARDOSO, L.H. (org.). **Violência doméstica e gênero: um recorte no universo feminino santa-cruzense**. 1 ed., Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, pp.129-148.

CORONA, M. Fala-em-interação cotidiana e institucional: uma análise de Audiências Criminais. IN: LODER, L.L & JUNG, N.M. (org.) **Análises de Fala-em-interação Institucional**: a perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica. Campinas: Mercado das Letras, 2009, pp. 13-44.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEBERT, G.G. Arenas de Conflitos Éticos nas Delegacias Especiais de Polícia. **Primeira Versão**, n.114, Novembro, Publicação IFCH/UNICAMP, 2002.

DEBERT, G.G. & OLIVEIRA, M. B. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica". Revista **Cadernos Pagu**, n 29. Campinas. 2007. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000200013&script=sci_arttext&tlng=e> . Acesso em: 04 jan 2009.

DE FINNA, A. **Identity in Narrative**: a study of Immigrant Discourse. Amsterdam: John Benjamins, 2003, 252p.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. The Discipline and Practice of Qualitative Research. In: _____. **The Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 01-28.

Duranti, A. Agency in Language. In: **A Companion to Linguistic Anthropology**. DURANTI, A. (ed.), Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007, pp. 451-473.

DREW, Paul. Contested evidence in courtroom cross-examination: the case of a trial for rape. In: ATKINSON, J. Maxwell & HERITAGE, J. **Structures of Social Action**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1984.

DREW, P & HERITAGE, J. Analysing talk at work: An introduction. IN: DREW, Paul & HERITAGE (eds.) **Talk at work: Interaction in Institutional Settings**. Cambrigde: Cambridge University Press, 1992.

FABRICIO, B.F.; BASTOS, L.C. Narrativas e identidade de grupo: a memória como garantia do nós perante o outro. In: PEREIRA, M.G.D.; BASTOS, C.R.P.; PEREIRA, T.C. (Orgs.). **Discursos socioculturais em interação. Interfaces entre a narrativa, a conversação e a argumentação**: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política e migração. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 39-66.

FABRÍCIO, B.F; MOITA LOPES, L.P. Discursos e Vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 6, n.2, 2002, p 11-29, jul/dez.

FILSTEAD, William J. Qualitative methods: A needed Perspetive in Evaluation Research. In: COOK, T.D. & REICHARDT, C.S. (eds.) **Qualitative and Quantitative Methods in Evalution Research**. Londres: Sage Publications, 1979, pp.33-48

FERRO JÚNIOR, C.M; DANTAS, G.F.L. **A descoberta e a análise de vínculos na complexidade da investigação criminal moderna**. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10002&p=1>, 2006>. Acesso em: 20 jan. 2008.

FRANÇA, Rafael Francisco. Inquérito policial e exercício de defesa . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1900, 13 set. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11719>>. Acesso em: 04 jan. 2009.

FREED, A.; EHRLICH, S. (eds). **"Why Do You Ask?": The Function of Questions in Institutional Discourse**, New York: Oxford University Press, 2010.

GAGO, P.C. A organização sequencial da conversa. **Calidoscópio**, 3 vol, n 2, maio/ago, 2005, pp. 61-73.

GARCEZ, P. Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. In: B.T. RIBEIRO; C. LIMA; M.T. LOPES DANTAS (eds.), **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro, IPUB-CUCA, 2001, p. 189-213

_____. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (Orgs.) **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado das Letras, 2002, pp. 83-95.

_____. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação. IN: LODER, L.L; JUNG, N.M. (orgs.) **Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica**. Campinas: Mercado das Letras, 2008, pp. 17-38.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. Oxford: Blackwell, 1967.

GOFFMAN, E. The frame analysis of talk. In: E. GOFFMAN. **Frame analysis**. New York, Harper and Row, 1974, p. 496-559.

_____. **Forms of talk**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1981.

_____. A situação negligenciada. In RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo, Editora Loyola, 2ª ed. rev. e amp., [1964] 2002, pp. 13-20.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17 ed., Petrópolis, Ed. Vozes, ([1975] 2009), 233 p.

GRINOVER, A. P.; GOMES FILHO, A. M.; FERNANDES, A. S.; GOMES, L. F. **Juizados Especiais Criminais – Comentários à Lei 9099**. 2ª ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HEARN, J. **The Violences of Men: How Men Talk About and How Agencies Respond to Men's Violence to Women**. SAGE, 1998, 258p.

HERITAGE, J. Conversation analysis and institutional talk: analyzing data. In: SILVERMAN, D. (ed.) **Qualitative Analysis: Issues of Theory and Method**. London: Sage, 1997, pp. 161-182.

HOLT, E.; CLIFT, R. **Reporting talk: reported speech in interaction**. Studies in Interactional Sociolinguistics. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

HUTCHBY, I. & WOOFFITT, R. What is Conversation Analysis? In: _____. **Conversation Analysis**. Cambridge: Polity Press, 1998.

Jefferson, G. Sequential aspects of storytelling in conversation. In: SCHENKEIN, J. (Ed.) **Studies in the organization of conversational interaction**. New York, NY: Academic Press, 1978, pp.219-248.

JOAS, H. Interacionismo Simbólico. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.), trad. Gilson César Cardoso de Sousa. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: June Helm. Ed. **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: W. LABOV, **Language in the Inner City**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972, 354-396 p.

LEVINSON, S. C. Activity types and language. **Linguistics**, 17, 1979, pp. 365-399.

_____. **The Language of Life and Death: The transformation of Experience in oral narrative**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2013, 239p

LINDE, C. **Life stories: the creation of coherence**. New York: Oxford University Press, 1993.

_____. Evaluation as linguistic structure and social practice. IN: GUNNARSSON, B.L.; LINELL, P.; NORDBERG, B. (eds.). **The construction of Profession Discourse**. Londres: Longman, 1997, pp. 151-172.

_____. Narrative and Social Tacit Knowledge. **Journal of Knowledge Management, Special Issue on Tacit Knowledge Exchange and Active Learning**, 5 (2), 2001, 2-16p.

_____. **Working the Past: Narrative and Institutional Memory**. New York: Oxford University Press, 2009.

LORDER, L.L. Noções fundamentais: a organização de reparo. IN: LORDER, L.L.; JUNG, N.M. (orgs.) **Fala-em-interação social**: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica. Campinas: Mercado das Letras, 2008, pp.95-126.

LORDER, L.L.; SALIMEN, P.G.; MÜLLER, M. Noções fundamentais: sequencialidade, adjacência e preferência. IN: LORDER, L.L.; JUNG, N.M. (orgs.) **Fala-em-interação social**: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica. Campinas: Mercado das Letras, 2008, pp. 39-58.

MACHADO, L. Z. Atender vítimas, criminalizar violências, dilemas das delegacias da mulher. **Série Antropologia**, n. 319. Brasília, 2003.

MARQUES, D. Os interrogatórios policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher: divisão em fases e tarefas. **Duc in Altum** (Muriaé), v. 12, 2013, pp. 341-360.

_____. **Interrogatórios Policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher**: Fases e Tarefas em uma perspectiva interacional. 2009, 369f. Dissertação de Mestrado (Letras – Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

_____. A tentativa de construção sequencial da verdade num interrogatório policial da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher. **Veredas**, Juiz de Fora, nº1, jan/jun, 2008, p. 61-79.

MARQUES, D; BASTOS, L. C. Construindo a culpa em interrogatórios policiais: recontextualizações. **Veredas** (UFJF. Online), v. 16, p. 1-19, 2012.

_____. A construção do self e do outro nas narrativas de um suspeito em um interrogatório policial da delegacia da mulher. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 12, 2014, p. 7-27.

MASON, J. Generating Qualitative Data: Interviewing. In: **Qualitative Researching**. London: Sage, 1998 (1996), p.35-50.

MAYNARD, D. **Inside plea bargaining**: the language of negotiation. New York, Plenum, 1984, 257 p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4899-0372-3>. Acesso em 20 de julho de 2013.

MCKENZIE, I.K. Forensic investigative interviewing. In: GUBRIUM, JF; HOLSTEIN, J.A. **Handbook of interview Research: Context e Method**. London, New Delhi : Sage Publications: International Educational and Professional Publisher, 2001.

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, 128p.

MISHLER, E. **Research interviewing. Context and narrative**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

_____. **Storylines:** craftartists' narratives of identity. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

_____. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: Luiz Paulo da Moita Lopes e Liliana Cabral Bastos (orgs). **Identidades:** recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, L.P. Padrões interacionais em sala de aula de Língua Materna: conflitos culturais ou resistência. In: COX, M.I.; ASSIS-PETERSON, A. A. **Cenas de sala de aula.** Campinas: Mercado das Letras. 2001, p. 161-179.

_____. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. Org.. **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006.

_____. A performance narrativa do jogador Ronaldo como um fenômeno sexual em um jornal carioca: multimodalidade, posicionamento e iconicidade. **Revista da ANPOLL**, v. 27, 2009, p. 129-160.

MURARO, R.M.; BOFF, L. **Feminino e Masculino:** Uma Nova Consciência para o Encontro das Diferenças. São Paulo: Sextante, 2002, 288p.

NAGIMA, I.M.S. **Da confissão no direito processual penal.** Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7428/Da-confissao-no-direito-processual-penal>. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

NEGRAIS, D.; SILVA, C. R. & OSTERMANN, A. C. “Tu conhece a moreninha aquela?”: a co-construção da masculinidade na fala situada de um inspetor policial e de um suspeito em uma interação em contexto de interrogatório policial. In: Simpósio Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência E Poder, Florianópolis. **Anais.** Florianópolis, 2008, pp. 1-5.

NEGRÃO, T. Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres. IN: STREY, M.N; AZAMBUJA, M.P.R; JAEGER, F.P.(orgs.) **Violência, Gênero e Políticas Públicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 215-258.

NORRICK, N.R. Twice-told tales: Collaborative narration of familiar stories. **Language in Society**, 26v, 02, jun 1997, pp. 199-220.

NORONHA, E. M. **Direito Penal.** São Paulo: Saraiva, 1988.

OLIVEIRA, L.M. **A co-contrução de identidades em interações face a face entre pessoas com e sem afasia de expressão.** 2008. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Juiz de Fora.

_____. **A performance de pessoas com afasia na construção de narrativas em interações face a face em grupo.** Rio de Janeiro, 2013. Tese de Doutorado. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, L.M; BASTOS, L.C. Uma história de AVC: a construção do sofrimento por uma pessoa com afasia. **Veredas** (UFJF. Impresso), v. 15, 2011.

____. Aspectos da dinâmica interacional da narração de histórias por pessoas com afasia. **Calidoscópio** (UNISINOS), v. 10, 2012, p. 194-210.

____. Narrando em colaboração: as construções discursivas de uma pessoa com afasia. **Linguagem em (Dis)curso (Online)**, v. 14, 2014, p. 247-267.

OLIVEIRA, M.B. **Crime invisível: mudança de significados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal**. Campinas, SP: [s.n.], 2006. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

OSTERMANN, A.C. A ordem interacional: a organização do fechamento de interações entre profissionais e clientes em instituições de combate à violência contra a mulher. São Paulo, **Alfa**, 46, 2002, pp. 39-54.

____. Communities of Practice at Work: Gender, Facework and the Power of Habitus at an All-Female Police Station and a Feminist Crisis Intervention Center in Brazil. **Discourse & Society**, v. 14, n.4, p. 473-505, 2003a.

____. Localizing Power and Solidarity: Pronoun Alternation at an All-Female Police Station and a Feminist Crisis Intervention Center in Brazil. **Language in Society** (London), v. 32, n.3, p. 351-381, 2003b.

PINTO, D. As estórias de Larissa: O processo de construção da referência e as múltiplas “projeções do eu” em narrativas em uma entrevista psiquiátrica. IN: RIBEIRO, B.T.; LIMA, C.C.; DANTAS, M.L.T. (orgs.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, 2001, pp. 121-142.

POMERANTZ, A. Attributions of responsibility: Blamings. **Sociology**, 12, 1978, pp. 115-121.

PONCIONI, P. A “feijoada”: negociação e violência nas práticas policiais de mediação de conflitos. **Praia vermelha :Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro, N°14 e 15, 2006, p.156-183.

PSATHAS, G. Discovering sequences in interaction. In: _____. **Conversation Analysis: The Study of talk in interaction**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

REICHART, C. S.; COOK, T.D. Beyond qualitative versus quantitative methods. In: _____. (eds) **Qualitative and Quantitative Methods in Evaluation Research**. Londres: Sage Publications, 1979, pp.07-32.

RIESSMAN, C. K. **Narrative Methods for the Human Sciences**. Califórnia: SAGE Publications, 2008.

____. **Narrative Analysis**. Newbury Park, Califórnia: SAGE, 1993.

RITT, C.F. A violência doméstica contra a mulher compreendida como violência de gênero: uma afronta aos direitos humanos e fundamentais. IN: CARDOSO, L.H. (org.). **Violência doméstica e gênero: um recorte no universo feminino** santa-cruzens. 1 ed., Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, pp. 38-56.

SACKS, H. On doing 'being ordinary'. In J. M. Atkinson & J. Heritage (Orgs.). **Structures of social action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 413-429.

_____. **Lectures on Conversation**: volumes I and II. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

_____. Lecture 1. "Second stories; 'Mm hm'"; "Story prefaces; 'Local news'; Tellability". In: SACKS, Harvey. **Lectures on conversation**. Oxford: Basil Blackwell, v. 1, ([1968] 1992).

SACKS, H; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. trad. Coord. Maria Clara Castellões de Oliveira. **Veredas**. Juiz de Fora, v.7, nº2, jan/dez, [1974] 2003, pp.9-73.

SARANGI, S. Rethinking recontextualization in professional discourse studies: an epilogue. IN: LINELL, P. & SARANGI, S. (ed.). **Text: an interdisciplinary journal for the study of discourse**. Vol. 18-2, Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1998, p. 301-318.

_____. The conditions and consequences of professional discourse studies. In R. Kiely, P. Rea-Dickins, H. Woodfield and G. Clibbon (Eds.). **Language, Culture and Identity in Applied Linguistics**. London: Equinox, 2006, p. 199-220

SCHIFFRIN, D. Narrative as *self*-portrait. **Language in Society**, 25 (2), 1996, p. 167-203.

_____. How a story says what it means and does. **Text**, 4, 4, 1984, pp. 133-146.

SCHUTZ, A. **The Phenomenology of the social world**. Evanston: Northwestern University Press, 1967.

SCOTT, M.B; LYMAN, S.M. Accounts. **American Sociological Review**, Vol. 33, No. 1. fev, 1968, pp. 46-62.

SCHEGLOFF, E. **Sequence Organization**. Califórnia, manuscrito do autor, 1995.

SCHEGLOFF, E. The routine as achievement. **Human Studies**, vol. 9, 1996, pp. 111-152.

SHUY, R.W. **The Language of Confession, Interrogation, and Deception.** Califórnia: Sage Publications, 1998, 205 p.

SILVA, E.C.J. Um olhar sobre a violência contra a mulher. IN: CARDOSO, L.H. (org.). **Violência doméstica e gênero: um recorte no universo feminino santa-cruzense.** 1 ed., Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, pp. 57-72.

STREY, M.N; AZAMBUJA, M.P.R; JAEGER, F.P.(orgs.) **Violência, Gênero e Políticas Públicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, 320p.

Tannen, D. **Talking Voices: Repetition, Dialogue, and Imagery in Conversational Discourse,** Cambridge England; New York: Cambridge University Press, 1989.

TÁVORA, N.; ANTONNI, R. **Curso de Direito Processual Penal.** 3. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2009.

TAYLOR, J. (2008). **The construction of identities through narratives of occupations.** Disponível em: http://usir.salford.ac.uk/1946/1/Whole_thesis_Final_version.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013, pp. 1-272.

THORNBORROW, J. ‘Going public’: Constructing the personal in a television News interview. **Discourse and Communication**, 4, 2, 2010, pp. 105-123.

WATSON, D.R. Some features of the elicitation of confessions in murder interrogations. In: PSHATAS, G. (ed.) **Interactional Competence.** Washington DC: International Institute for Ethnometodolgy and Conversation Analysis and University Press of America, 1990, pp. 263-295.

Wortham, S.; Gadsden, V. L. **The complexities of “similarity” in research interviewing. Investigating classroom interaction: Methodologies in action.** K. Kumpulainen & M. Cesar (eds.), 2009.

APÊNDICES

Apêndice I - Nota de campo – Interrogatório Policial I

MESTRADO EM LINGUÍSTICA – UFJF

DÉBORA MARQUES & PRISCILA JÚLIO GUEDES PINTO

GERAÇÃO DE DADOS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER.

NOTAS DE CAMPO

1) **TÍTULO DO INTERROGATÓRIO:** IP I - ASSÉDIO SEXUAL DE MENOR

2) **DATA DO INTERROGATÓRIO:** 26 de abril de 2007

3) **RESUMO:** Audiência do menor, vítima de assédio sexual que, possivelmente, foi obrigado a praticar sexo oral no cunhado (casado com a irmã da vítima), o qual é ex-presidiário e nega a acusação feita pela Mãe da vítima à polícia.

4) **PARTICIPANTES RATIFICADOS:** Inspetor de Polícia; Mãe da vítima; Vítima (4 anos de idade); Suspeito (Cássio).

5) INFORMAÇÕES RELEVANTES:

O inspetor realizou uma consulta no banco de dados da polícia e certificou que o suspeito está em liberdade condicional e que foi condenado por tráfico ilegal de drogas.

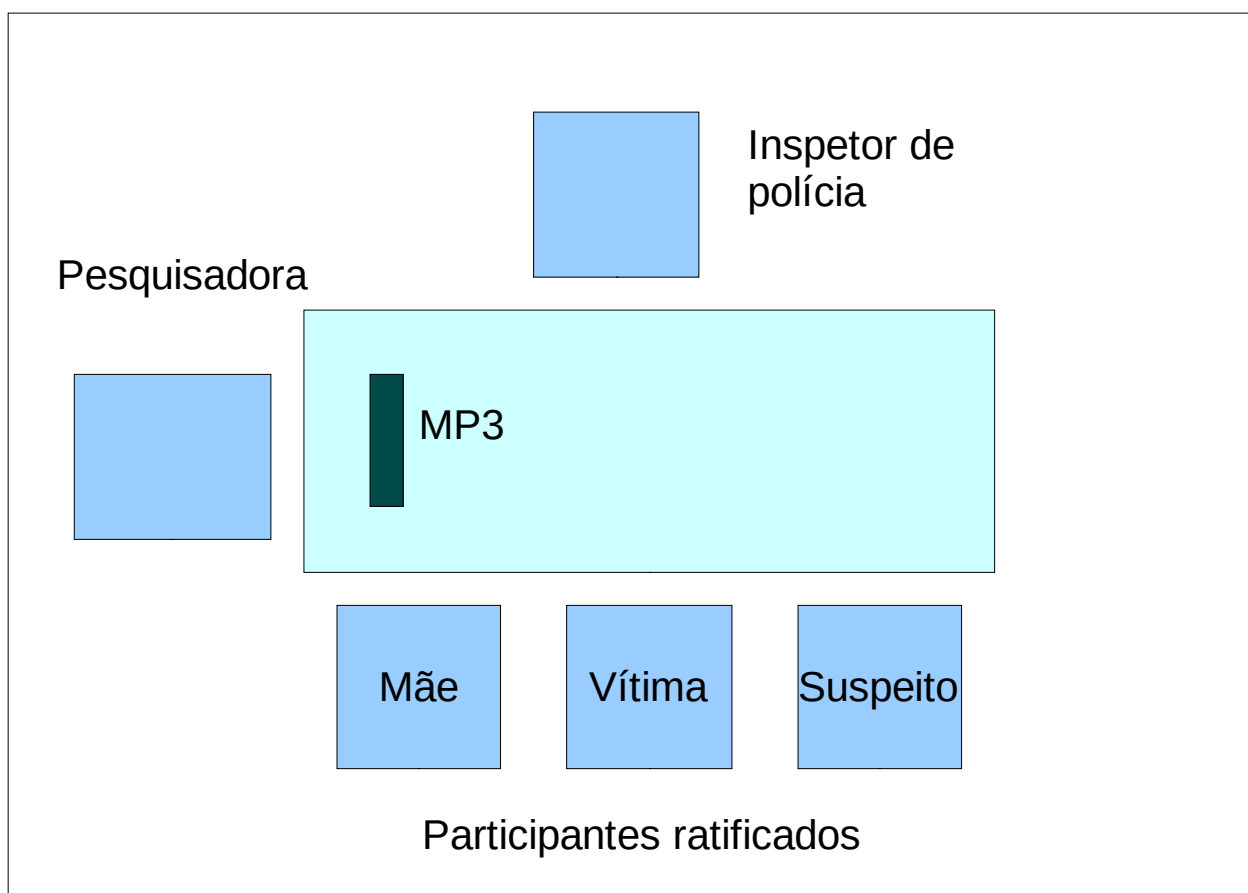
“Cenara”: penitenciária.

“Amarer”: local onde presidiários trabalham a fim de realizarem “trabalhos remidos”.

Inspetor pega brinquedos para a vítima com o intuito de se aproximar mais.

IP I: DISPOSIÇÃO FÍSICA DOS PARTICIPANTES

SALA DE INSPETORIA



Apêndice II - Nota de campo – Interrogatório Policial IV

MESTRADO EM LINGUÍSTICA – UFJF

DÉBORA MARQUES & PRISCILA JÚLIO GUEDES PINTO

GERAÇÃO DE DADOS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER.

NOTAS DE CAMPO

1. **TÍTULO DO INTERROGATÓRIO:** IP IV- AGRESSÃO FÍSICA DE EX-MARIDO CONTRA EX-MULHER

2. **DATA DO INTERROGATÓRIO:** 03 de outubro de 2007

3. **RESUMO:** Vítima acusa o suspeito de agredi-la fisicamente em um show de pagode, pelo o fato de a ex-mulher estar se relacionando com uma outra pessoa. Há testemunhas que confirmaram a agressão física e o inspetor encaminha o caso para a justiça a pedido da vítima.

4. **PARTICIPANTES RATIFICADOS:** Inspetor de Polícia; Vítima (Rosângela); Suspeito (Geraldo); Funcionária.

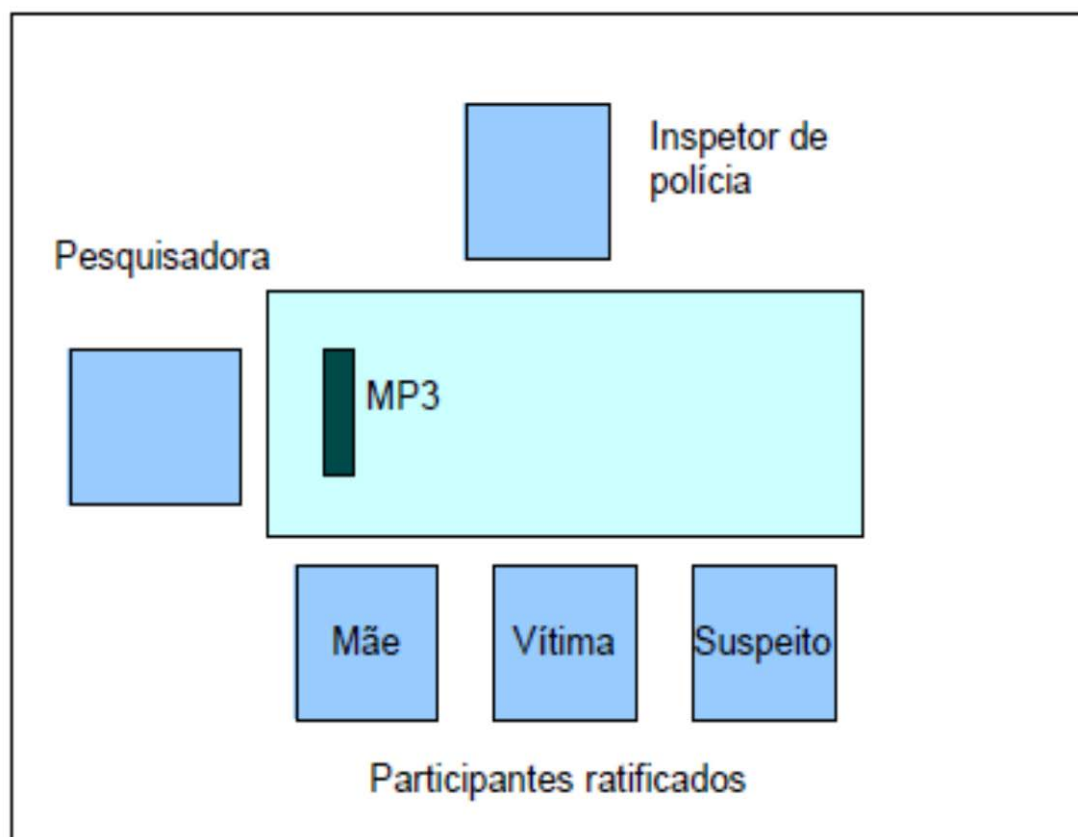
5. INFORMAÇÕES RELEVANTES:

O inspetor conversa com uma funcionária da delegacia sobre um caso que estão investigando e que não tem ligação com o interrogatório gravado. Dessa forma, não poderemos transcrever esse trecho.

Durante o interrogatório, é possível ouvir vozes ao fundo de outros funcionários.

O telefone toca e o inspetor fala ao telefone durante a realização do interrogatório.

IP IV: DISPOSIÇÃO FÍSICA DOS PARTICIPANTES

SALA DE INSPETORIA

Apêndice III - Nota de campo – Interrogatório Policial VII

MESTRADO EM LINGUÍSTICA – UFJF

DÉBORA MARQUES & PRISCILA JÚLIO GUEDES PINTO

GERAÇÃO DE DADOS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER.

NOTAS DE CAMPO

1. TÍTULO DO INTERROGATÓRIO: IP VII - AGRESSÃO FÍSICA DO MARIDO CONTRA A MULHER

2. DATA DO INTERROGATÓRIO: 29 de agosto de 2007

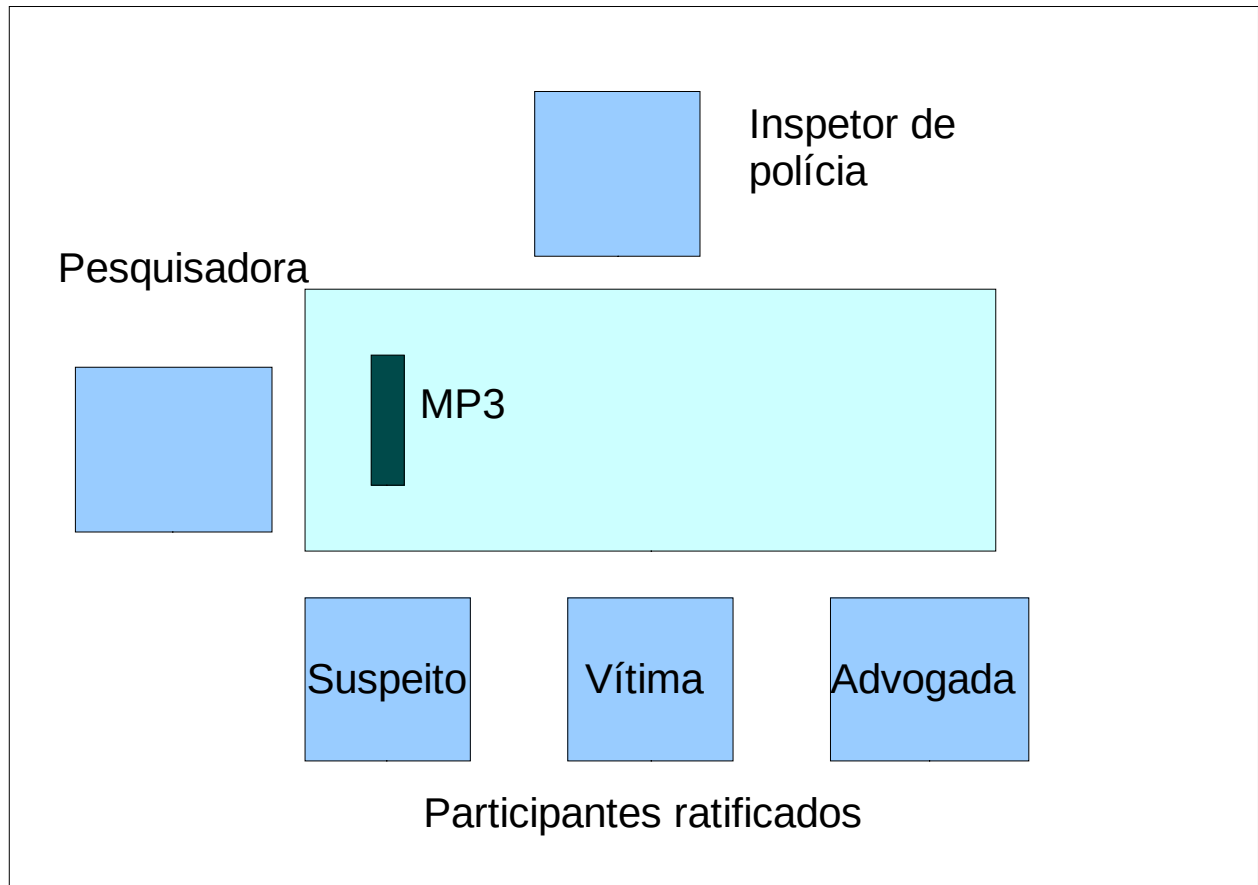
3. RESUMO: Vítima acusa suspeito de lesão corporal. Este nega tal acusação. No decorrer do interrogatório, o inspetor percebe que há um problema com relação a convivência de marido e mulher na mesma casa, nesse sentido, o inspetor sugere a separação do casal e, sugere ainda que este encaminhe o caso para a vara familiar.

4. PARTICIPANTES RATIFICADOS: Inspetor de Polícia, vítima (Vilma), suspeito (Pedro Henrique), advogada do suspeito, funcionária I (Paula), funcionária II, funcionário

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- Suspeito e vítima entregam documentos ao inspetor.
- Inspetor solicita que funcionária I procure por um boletim de ocorrência.
- Inspetor pede à funcionária II para abrir a porta da sala.
- PM- Polícia Militar.
- Eletromig- órgão responsável para a transmissão de energia elétrica na cidade.
- Inspetor mexe em papéis em cima da mesa.
- Funcionária I deixa papéis sobre a mesa do inspetor.
- Suspeito bate uma mão na outra para indicar que o filho saiu correndo.
- Inspetor faz anotação referente ao caso em investigação.
- Inspetor pede para o suspeito sair da sala.
- Funcionário pergunta pela delegada.
- Suspeito retorna à sala de inspetoria.
- Inspetor alerta o suspeito sobre a decisão da vítima em não prosseguir com o processo criminal para a justiça.
- No final do interrogatório, vítima assina documento para encaminhamento do caso para a justiça.

IP VII: Disposição física dos participantes

SALA DE INSPETORIA

ANEXO

ANEXO I - CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

Os símbolos usados foram desenvolvidos por Jefferson e encontram-se em Sacks, Schegloff & Jefferson (1974). Segue adaptação usada nesta tese.

[colchetes]	fala sobreposta
(0.5)	pausa em décimos de segundo
(.)	micropausa de menos de dois décimos de segundo
=	contiguidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos
.	descida de entonação.
?	subida de entonação.
,	entonação contínua.
:	alongamento de som.
-	auto – interrupção.
MAIUSCULA	ênfase acentuada.
↑	subida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos sublinhados
↓	descida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos precedidos de sublinhado.
>palavras<	fala comprimida ou acelerada.
<palavras>	desaceleração da fala.
(())	comentários do analista.
(palavras)	transcrição duvidosa.
()	transcrição impossível.